

Marcelo Botosso

A guerrilha ribeirão-pretana:

História de uma organização armada revolucionária

Dissertação apresentada a Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP - para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração: História e Cultura), sendo **aprovada**, tendo sido atribuída a menção "**distinção e louvor**".

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre

Banca examinadora:

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (presidente)

Profa Dra Suzeley Kalil Mathias

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

Franca
2001

Dedicatória

Ao povo brasileiro, em sua árdua luta pela autodeterminação.

Agradecimentos

Sabe-se que toda Dissertação de Mestrado é fruto de um trabalho coletivo. Partindo deste entendimento, ao mencionar os colaboradores, podem-se cometer alguns equívocos resultando em omissões, o que acarreta injustiça. Mas cometer maior injustiça é não tentar a menção. Optei por arriscar: agradeço ao Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre, orientador e amigo, que exigiu o rigor acadêmico, transformando vagas e dispersas idéias em concreta pesquisa historiográfica, pelo seu apoio, sua austeridade acadêmica, sua fraterna amizade e as valiosas e necessárias críticas, mesmo quando elas, em princípio, não me agradavam - "*Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamas*" ("Che"); à Profa Dra Teresa Maria Malatian, pelas sugestões, confiança e atenção no processo de transição; à Profa Dra Suzeley Kalil Mathias, com suas imperiosas observações e comentários; a todos que colaboraram com seus testemunhos de vida, muitas vezes feridas ainda não cicatrizadas; ao Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho e Profa Dra Denise Rollemberg, por gentilmente viabilizar e ceder, respectivamente, importante material ao presente trabalho. Mencionar a entidade fomentadora é, acima de tudo, um dever: também agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo fundamental suporte financeiro concedido a esta pesquisa. Por motivos menos acadêmicos e mais particulares, agradeço à amiga Profa Dra Nancy Airoidi, apoio em horas de desespero; aos companheiros e companheiras Vivian, Cláudia, Celize, Ana Rosa, Michael, Flávio, Rodrigo, Paola e tantos outros nomes que me faltam à memória, por me aturarem nesta jornada; aos meus preciosos pais, por direcionarem a minha conduta de vida. A eles demonstro com este trabalho os reflexos modestos, mas bem intencionados, da

influência talvez inconsciente, mas determinante, que exerceram na minha opção pelo tema abordado.

"Por mais rosas que os poderosos matem, nunca conseguirão
deter a primavera."

Fragmento de letra de música: "Aos Fuzilados da CSN" (Mau/Ciro/Darwin)

Sumário

Apresentação.....	06
 CAPÍTULO I	
A esquerda brasileira: da luta armada ao "pacifismo"	08
I.1 O golpe de Estado.....	10
I.2 A proposta armada da esquerda na iminência do golpe.....	19
 CAPÍTULO II	
A esquerda brasileira: do "pacifismo" à luta armada.....	31
II.1 FALN: A nova esquerda.....	39
II.1.1 De estudantes e trabalhadores rurais a guerrilheiros revolucionários.....	42
II.1.2 A tensão entre legalidade e ilegalidade no combatente irregular.....	47
II.2 <i>O Berro</i> como ponto de partida.....	50
 CAPÍTULO III	
Investidas contra o autoritarismo: a ação como ordem do dia.....	64
III.1 Herança pecebista: o etapismo e as FALN.....	67
III.2 Os protagonistas (carbonários do século XX).....	72
III. 2.1 O caso Madre Maurina.....	90
III.3 Ações.....	98
III.3.1 A propaganda foi a "arma" das FALN.....	99
III.3.2 Expropriação à pedreira.....	103
III.3.3 O início do fim.....	109
 Considerações finais.....	 117
 Fontes utilizadas.....	 119
 Referências bibliográficas.....	 122

Apresentação

Intentando historiar o fenômeno *luta armada revolucionária*, este trabalho é fruto de uma pesquisa historiográfica cujos resultados só foram possíveis através da utilização sistemática das fontes orais da História. Estas são entrevistas realizadas com os participantes do período estudado que, auxiliadas pela bibliografia especializada e as mais diversas fontes impressas, permitiram a análise de uma organização política brasileira que entendeu a violência armada revolucionária como a única forma de mudança social, dentro de um contexto específico.

Sem a pretensão de querer esgotar o assunto, buscamos analisar criticamente esta organização denominada "Forças Armadas de Libertação Nacional", doravante FALN, criada e centralizada na cidade de Ribeirão Preto - SP na segunda metade dos anos 60. Como dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a organização FALN foi, possivelmente, a precursora no processo de rompimento do pós-golpe de Estado, que se iniciou a partir de 1966, culminando na irreversível desagregação partidária, levando inúmeros militantes do PCB a optarem pela via armada revolucionária.

A organização FALN se caracterizou pela sua insularidade, pois, sendo autóctone, optou pela autonomia tática não se vinculando a nenhum outro grupo armado revolucionário. Muito provavelmente foi a única que não surgiu a partir de uma capital de Estado. A baixa faixa etária de seus integrantes e o elevado percentual de trabalhadores rurais registrados no único processo judicial movido contra as FALN, também foram características enfáticas do grupo em relação aos

demais existentes na época. Mereceu também destaque no episódio citado o envolvimento de uma freira franciscana, o que traria uma tomada de posição inédita por parte da Igreja Católica, fato singular em todo o período autoritário.

Apesar de suas especificidades, particularidades que muitas vezes diferenciaram as FALN de outros processos armados revolucionários decorridos no mesmo período, o estudo sistemático desta organização serve como uma amostragem do que ocorreu em âmbito nacional ou até mesmo em escala mundial no que tange às revoltas, muitas delas armadas, na região periférica do sistema capitalista, o denominado Terceiro Mundo.

CAPÍTULO I

A esquerda brasileira: da luta armada ao "pacifismo"⁵

No presente trabalho utilizamos o termo *esquerda* como o concebe Jacob Gorender⁶, ou seja, como um conceito referido às práticas e idéias destinadas a um projeto de mudança social em benefício da esmagadora maioria excluída, acima de tudo, dos indivíduos desta maioria que se encontram oprimidos e explorados através das mais variadas formas de opressão e exploração, da econômica à política, da social à cultural, da racial à ideológica. Partindo deste entendimento, o termo *esquerda* sugere o sentimento de *solidariedade*, definido como um sentimento moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um determinado grupo social, de uma nação, ou da própria humanidade, sendo um indivíduo de dependência recíproca a todos os outros seres existentes.

A pluralidade dos caminhos e formas de lutas adotada pela esquerda no seu projeto faz dela um objeto de estudo muitas vezes impreciso, difuso e multifacetado, um verdadeiro mosaico colorido cujas peças gravitam em torno de um mesmo ponto: a transformação. Nós atemos apenas um destes caminhos. Estudamos a forma específica de luta adotada pela esquerda latino-americana, particularmente a esquerda armada revolucionária no período denominado como “Guerra Fria”, ou seja, durante a polarização mundial de duas potências nucleares

⁵ O termo "pacifismo" foi usado pelos esquerdistas dissidentes do PCB em alusão a sua estratégia política institucional de escalada ao poder.

que disputavam a hegemonia global: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, U.R.S.S., e os Estados Unidos da América, E.U.A., socialista e capitalista respectivamente. Neste contexto de guerra fria toda a América Latina recebeu a influência das vitórias e tentativas de revoluções nacionalistas e socialistas que ocorreram em todo o mundo: a revolução chinesa, a guerra do Vietnã, as guerrilhas africanas, latino-americanas e, principalmente, a vitoriosa revolução cubana. Esta efervescência agiu como fator motivador da esquerda brasileira, que propugnava a violência armada como forma legítima de levar a cabo a execução de um projeto entendido como revolucionário.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é focalizar e historiar um dos vários grupos políticos brasileiros que assumiram a luta armada como o único caminho para realizar a tão ansiada revolução social. Elegemos a organização FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional) enquanto dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que, contrariando o método de luta proposto pelo partido originário, entendia a violência revolucionária armada imediata como única forma de luta em busca da transformação social contra o regime autoritário instaurado pelo golpe de Estado no Brasil. Atuando fundamentalmente na cidade de Ribeirão Preto, a organização FALN insere-se no bojo das dissidências do PCB que ocorreram a partir de 1966. Destacou-se, entre outras características, pelo seu vanguardismo em relação às inúmeras organizações dissidentes, sendo ela uma das precursoras neste processo de luta interna que levaria ao rompimento definitivo com o partido de origem.

⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998, p. 11

Entretanto, para discutir o surgimento desta organização armada revolucionária, assim como sua concepção de luta, sua atuação, particularidades, generalidades e seu desmantelamento, enfim, historiá-la, é preciso retroceder cronologicamente na análise de seu efêmero período de existência, contextualizando a atmosfera da qual ela surgiria e frutificaria.

I.1 O golpe de Estado⁷

No início dos anos 60, o Brasil surgia como uma potência industrial no mundo subdesenvolvido tentando romper com o modelo de economia dependente. Colocavam-se em risco os interesses externos, principalmente dos Estados Unidos, além dos interesses internos das elites temerosas de perderem seus privilégios. O aumento da participação das massas na vida política do país se intensificava com o forte apelo popular do governo Goulart, de herança varguista. As organizações sindicais do operariado urbano tomavam força e, cada vez mais, os trabalhadores rurais se organizavam questionando a estrutura fundiária existente, exigindo a tão almejada reforma agrária.

No comício realizado na Estação Central do Brasil no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, e assistido por uma massa de aproximadamente 250 mil pessoas, Jango, como fora apelidado amigavelmente o Presidente da República, acompanhado de sua esposa, Maria Tereza, e outras destacadas lideranças da

⁷ Nesta parte da pesquisa buscar-se-á analisar sucintamente a atmosfera golpista em âmbito nacional, tendendo para o âmbito local no intuito de situar com maior precisão o objeto de estudo aqui proposto. Acerca do golpe de Estado de 1964 encontra-se vasta bibliografia especializada na qual se exemplifica o livro de Dreifuss (consulte Referências Bibliográficas)

esquerda, entre elas o ex-governador gaúcho Leonel Brizola e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, atropelam o Congresso Nacional decretando a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e desapropriação de terras ao longo das rodovias, ferrovias e em áreas de irrigação dos açudes públicos - era a tão desejada reforma agrária sendo posta em prática. Em um discurso candente, Jango exigia a reforma da Constituição, classificando a vigente como anacrônica e lesiva aos interesses da nação e de sua classe trabalhadora. O entusiasmo aumentou quando tomou a palavra Leonel Brizola para dizer que o Congresso traía o povo e que por este motivo perdera a sua legitimidade. Sugeriu a convocação imediata de um novo Congresso composto por trabalhadores rurais, operários, sargentos e oficiais nacionalistas. Os rumores e intenções de golpe transitavam tanto no campo da direita como no da esquerda. Dois dias depois, em 15 de março, o Presidente encaminhou ao Congresso Nacional um projeto reformista que continha emendas constitucionais relativas às desapropriações de terras por meio de pagamentos de títulos públicos e a elegibilidade, há tempos reivindicada, dos subalternos das Forças Armadas.⁸ Atemorizados, o imperialismo estadunidense juntamente com a Igreja Católica, empresários, Forças Armadas e amplos setores da classe média contra-atacaram. Numa clara resposta ao comício do dia 13, os conservadores imediatamente mobilizaram, no dia 19 de março, 300 mil pessoas que saíram às ruas da capital paulista na chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Nesta os participantes manifestaram o seu repúdio ao governo de Jango e à suposta ameaça de uma "cubanização" nacional. O movimento conspiratório direitista tomava corpo diante do posicionamento do

⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 61

governo e da intensa participação da classe trabalhadora, como considerou o jornalista Chiavenato: "um povo que há menos de oitenta anos era escravo e agora reivindicava direitos que a classe média supunha que lhe seriam roubados."⁹

A histeria anticomunista chegou ao paroxismo com a criação de institutos como IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Este foi um dos órgãos de clara matriz macartista, encarregado da difusão da ideologia anticomunista, antiesquerdista contra o governo Goulart, através da publicidade e do aliciamento de artistas, políticos e intelectuais entre outros métodos. As ações do IBAD sugerem relação com o fato ocorrido no município de Ribeirão Preto, quando em março de 1964 a cidade foi inundada por um odioso manifesto publicado pelo até então conservador jornal *A Cidade*, impresso sob responsabilidade do MAD (Movimento Ativo Democrático), que dizia agir pela religião, pela democracia e contra o comunismo. Entre outras mensagens, o manifesto registrava:

Você sabia que Pernambuco sob o govêrno **cripto-comunista** de Arrais está com uma média de duas greves por dia?

Você sabia que seus capangas armados transitam livremente dentro dos quartéis da polícia pernambucana ?

Você sabia que já invadiram terras, assassinando os proprietários e famílias naquele Estado?¹⁰

O manifesto desta entidade, que era desconhecida pela população ribeirão-pretana, causou reações de repúdio imediato por parte dos setores progressistas da cidade, como demonstra a manchete do jornal *A Palavra de Ribeirão Preto* do dia

⁹ CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 7 ed. São Paulo: Moderna, 1994 p. 44

¹⁰ Arquivo particular de Divo Marino. A cópia deste manifesto também pode ser encontrada na íntegra in MARINO, Divo. *Orquídeas para Lincoln Gordon, depoimentos sobre o golpe de 64*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998, p. 117.

23.03.1964: "Interpelação judicial contra 'A CIDADE' - Quem é o responsável pelo manifesto do MAD?"

Chiavenato também registrou que o IBAD teve como um de seus fundadores o Marechal Inácio de Freitas Rolim, da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo seu primeiro diretor-geral, Ivan Hasslocher, mais tarde conhecido como agente de ligação da CIA e da espionagem estadunidense no Brasil, Bolívia e Equador.¹¹

Intensificando a falta de estabilidade política que ameaçava o governo de Jango, no final de março os marinheiros descontentes se rebelaram para exigir melhores condições de trabalho. Nessa ação contaram com o apoio de toda a esquerda nacional e do movimento sindical. Pressionado, o Presidente Goulart substituiu o Ministro da Marinha, Silvio Motta, pelo Almirante da reserva Paulo Mário Rodrigues, que, sob ordens de Jango, anistiou todos os marinheiros rebeldes¹². Esta atitude do governo causou inquietação na maioria da alta oficialidade das Forças Armadas, que se posicionou frontalmente contra João Goulart.

O CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), influenciado pelo até então ilegal PCB (Partido Comunista Brasileiro), confiava nas tradições nacionalistas e democráticas das Forças Armadas e João Goulart no seu "dispositivo militar". Entretanto, o único estadista a afirmar a necessidade da resistência armada, caso ela fosse inevitável, foi Brizola. O jovem ex-governador do Rio Grande do Sul

¹¹ CHIAVENATO, op. cit., p. 32

¹² Entre os rebeldes estava o cabo Anselmo, que mais tarde ficaria conhecido como o principal delator das organizações armadas que se insurgiriam contra o regime inaugurado em 1964. Cf. SOUZA, Percival de. *Eu, cabo Anselmo - depoimento a Percival de Souza* São Paulo: Globo, 1999

demonstrava uma postura bem mais radical que a própria esquerda comunista desejava. Através da Rádio Mairinke Veiga discursava em cadeia nacional organizando os Grupos dos Onze Companheiros. Estes grupos seriam compostos por onze homens treinados militarmente para a guerrilha, um dos quais seria seu líder. Se uma guerra civil fosse inevitável, os líderes se comunicariam, articulando os núcleos conforme o nível de necessidade. Os guerrilheiros desempenhariam também a função de conscientizadores políticos neste processo¹³. A decisão por onze homens foi em alusão ao número de jogadores de um time de futebol, desporto amplamente cultuado pela nação brasileira. Desta forma, o nacionalista Brizola entendia que este número poderia causar um efeito psicológico positivo na aceitação e formação destes grupos de combatentes irregulares.

No dia 31 de março de 1964, o General Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, apoiado pelo II e IV Exércitos e vários governadores, entre eles o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, mobilizava as tropas de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o Presidente da República. A maioria dos governadores das Unidades Federais não hesitou em aderir ao golpe. Adhemar de Barros, então governador do Estado de São Paulo, que rapidamente aderiu ao golpismo, se vangloriava ao dizer: "Se não fosse o Estado de São Paulo apoiar, os mineiros subiriam a serra de marcha ré"¹⁴

Em 1º de abril - e não foi mentira - o golpe era fato consumado. Desarmadas e atônitas, as lideranças de esquerda e as antigolpistas não mostraram nenhuma resistência. Dos mais aos menos legalistas e fiéis ao governo ficaram à

¹³ Papel semelhante ao que Mao Tsé-Tung atribuía aos guerrilheiros chineses. MAO, Tsé-Tung, *Obras escolhidas* (4 vol.) Edições em língua estrangeira, Pequim 1975; São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979

espera do comando de resistência do Presidente da República, que não chegou. Não só fracassaram os generais nacionalistas, mas também os militantes comunistas, socialistas, esquerdistas de todas as tendências, do PCB ao PTB, de Prestes a Brizola, de civis a militares. Talvez temendo uma resistência sangrenta, João Goulart não reagiu.

Em entrevista à revista ISTOÉ de 09.02.2000, Brizola declarou como fora a falta de iniciativa do Presidente da República em reagir com violência ao golpe:

Logo após o golpe de 1964, propus que ele (Jango) nomeasse ministro da Guerra o general Ladário Telles, comandante do III Exército, e que eu virasse ministro da Justiça. O Ladário era fantástico: "Presidente, tenho armas para distribuir a 110 mil civis. Mas sou legalista, preciso de ordem para agir." Aí Jango falou: "Se a minha presença no governo for à custa de derramamento de sangue, prefiro me retirar." E foi pescar no rio Uruguai.¹⁵

O Partido Comunista Brasileiro, atrelado ao governo federal, limitou-se a convocar uma greve geral que teve pouca ou quase nenhuma adesão em âmbito nacional. Em Ribeirão Preto, as portas da sede da UGT (União Geral dos Trabalhadores), associação de influência pecebista, mas que congregava vários setores da esquerda, mantiveram-se cerradas e a oposição desorientada.

Pouco se soube da iniciativa dos 24 mil Grupos dos Onze organizados em todo o território nacional. Alguns dias antes do golpe, dois lavradores apresentados como chefes de Grupos dos Onze, que residiam na Fazenda Limeira no município de Jardinópolis, denunciaram à imprensa de Ribeirão Preto que "mais de quinze policiais, armados com metralhadoras, invadiram cinco casas de trabalhadores rurais na Fazenda (...) à procura de armas apropriadas à guerra

¹⁴ Segundo depoimento de Sebastião Botosso. (entrevista N.º 18)

revolucionária."¹⁶ Através de denúncias de que aproximadamente 50 trabalhadores daquela fazenda habitualmente escutavam, por meio da rádio Mairinke Veiga, os discursos do deputado Leonel Brizola, os policiais chegaram em duas peruas e um jipe, ostentando forte armamento automático, como se estivessem numa verdadeira operação de guerra. Em seguida adentraram invectivamente nas casas dos trabalhadores, aterrorizando as crianças e as esposas dos trabalhadores rurais que se encontravam naquele local. Os agentes policiais estavam à procura de um possível núcleo dos Grupos dos Onze que, segundo João Batista Berardo, aludindo a uma mitigada e precária organização destes, declarou: "A existência destes grupos em Jardinópolis não passou de uma ficção".¹⁷ Não encontrando nenhum tipo de armamento, os agentes policiais carregaram 12 livros dos moradores, biografias de Getúlio Vargas, e alguns livros escolares.

Ainda assim, temendo algum tipo de resistência, os Estados Unidos planejaram a Operação *Brother Sam*, que consistiu, entre outras ações, no deslocamento para o Brasil de uma força-tarefa composta pelo porta-aviões Forrestal, quatro petroleiros, *destroyers* de apoio com mísseis teleguiados, sete aviões C-135 e levando 110 toneladas de armas e munição variada. Eram apoiados por bases militares no Panamá que, em caso de necessidade, fariam a ponte aérea Brasil-Estados Unidos e pela ação local de inúmeros agentes da CIA¹⁸.

¹⁵ Depoimento de Leonel de Moura Brizola à revista ISTOÉ de 09.02.2000, p. 29

¹⁶ MARINO, op. cit. p.62

¹⁷ João Batista Berardo (entrevista N.º 9). Berardo, autodenominado getulista, era militante trabalhista na época do golpe de 1964.

¹⁸ Esta informação está amplamente divulgada pela bibliografia, que menciona e trata do período estudado, na qual se exemplifica: SILVA, Antônio Ozai da. *História das Tendências no Brasil* (origens, cisões e propostas) 2. ed. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial. s/d p. 93

Apesar da aparente irreversibilidade do golpe, é indispensável mencionar a análise que Gorender, partícipe comunista da época, faz a respeito do panorama do dia 31:

No dia 31 de março, a situação não era ainda favorável aos golpistas do ponto de vista estritamente militar. Teria sido possível paralisar o golpe se, ao menos, alguma ação viável de contra-ofensiva imediata fosse empreendida. Sabe-se que Lacerda só contava com defesa muito precária no Palácio Guanabara. A tomada do Palácio pelos fuzileiros navais seria operação relativamente rápida e de enorme repercussão moral. O mesmo efeito de paralisia teria a dispersão dos recrutas, que desciam de Minas, por uma esquadrilha de aviões de bombardeio. A força-tarefa naval dos Estados Unidos, mobilizada no Caribe pela operação chamada *Brother Sam*, não alcançaria Santos antes do dia 11 de abril. Não trazia contingentes de desembarque e o seu objetivo era o do efeito de demonstração e o de apoio aos insurretos com armas, munições e combustível, na previsão de guerra civil prolongada. Já envolvidos na escalada da guerra do Vietnã, não seria fácil aos Estados Unidos manter uma Segunda frente no Brasil. Havia tempo para preparar condigna recepção de repúdio à força-tarefa norte-americana, tanto do ponto de vista militar como da mobilização das massas populares.¹⁹

Entretanto, o golpe foi executado e a esquerda brasileira, principalmente o PCB, assistiu perplexa à instauração do regime autoritário de base militar, tão distante de seus sonhos e ideais de soberania, democracia e justiça social. Latifundiários, grandes industriais, banqueiros, Igreja, ricos e privilegiados, exploradores e parasitas festejavam a vitória. Menos os trabalhadores da cidade e do campo. "Eram os derrotados", como escreveu Moniz Bandeira.²⁰

¹⁹ GORENDER, op. cit., p.72

²⁰ BANDEIRA, Moniz Luiz Antônio. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.p.186

Para Florestan Fernandes²¹ o golpe representou uma espécie de contra-revolução, que nada mais foi do que uma resposta da elite à possível revolução democrática que se estruturava. Jacob Gorender confere que "no final de 63, as classes dominantes tiveram clara percepção da ameaça aos seus privilégios e a eliminaram pela força armada, violando a ordem constitucional que elas próprias haviam instituído"²². Um espectro rondava a América. Era o espectro vermelho de uma suposta "Cuba continental". Sendo assim, o golpe caracterizou-se por ser uma contra-revolução preventiva, idealizada pelo imperialismo estadunidense e as classes dominantes nacionais que, auxiliadas pela classe média, a Igreja Católica e as Forças Armadas brasileiras, teriam toda razão de se sentirem ameaçadas.

Em depoimento, o Padre João Ripolli, enquanto membro da Igreja Católica, expressou sua opinião acerca do período:

No momento do golpe de Estado eu estava terminando meu curso de teologia nos EE.UU. Cheguei em junho de 1964 e as únicas informações de que eu dispunha sobre os acontecimentos, informações de esquerda, eram as do jornal *Brasil Urgente*, de católicos que se opunham ao golpismo. Eu acho que no primeiro momento a Igreja até acreditou nas mudanças que poderiam acontecer com a 'revolução' no país. Mas depois, a gente foi vendo que ocorriam sucessivos golpes autoritários em toda a América, patrocinados pelo imperialismo dos Estados Unidos.²³

²¹ FERNANDES, Florestan. *O que é revolução* São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Passos)

²² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: A esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 28

I.2 A proposta armada da esquerda na iminência do golpe

Mesmo antes de 1964 algumas propostas de luta armada foram entendidas como a forma de conquista do poder por amplos setores da esquerda nacional. Partindo desta afirmação, a intenção armada da esquerda brasileira pode ser compreendida como um projeto ofensivo, apesar de muitos alegarem que as ações armadas do pós-golpe devem ser entendidas como uma estratégia defensiva, ou seja, movimentos e articulações táticos de defensiva ao regime de base militar instaurado, intentando impedir sua consolidação. Não podemos negar que muitas organizações armadas visavam à redemocratização do país através da derrocada violenta do regime autoritário, mas torna-se necessário dizer que, embora mitigada, a proposta da tomada violenta do poder através da via armada pela esquerda brasileira já estava em curso no país mesmo antes do golpe direitista de 1964. O próprio PCB, com seu "pacifismo", entendido como tentativas institucionais de chegar ao poder, nunca eliminou definitivamente a questão armada de suas intenções. Em dezembro de 1959, o então governador do PTB gaúcho, Leonel de Moura Brizola, previu o encaminhamento do Brasil para o regime autoritário militar aventando a eventualidade de uma luta armada num processo revolucionário no país:

Sou um governante que tudo fará para que as soluções sejam alcançadas pacificamente, mas estou convencido de que, se continuarmos como estamos, caminhamos para a revolução armada. Poderá vir, como disse, uma ditadura militar por tempo

²³João Ripolli (entrevista N.º 8)

indeterminado, mas ela só terá forças para retardar esta revolução.²⁴

No período da iminência do golpe de Estado vários segmentos da esquerda radicalizaram na apologia da luta armada revolucionária, sobretudo aqueles segmentos influenciados efetivamente pela vitória da revolução castrista de 1959. As guerrilhas que estavam ocorrendo em todo o mundo vigoravam os ânimos daqueles que engajavam-se na luta pela transformação da sociedade brasileira. Até mesmo aqueles que propunham a transformação pela via pacífica, dentro do regime democrático vigente, chegavam a comparar o governo democrático de Jango às vitoriosas lutas guerrilheiras. O jornal *A Palavra de Ribeirão de Ribeirão Preto* publicou um artigo intitulado "As Guerrilhas das Reformas"²⁵ exaltando o estadista Goulart e comparando-o a outros estadistas ditos libertadores, como Nasser no Egito e o general Tito na Iugoslávia. O artigo ainda afirmava que "o comportamento de Jango muito se assemelha com o clássico processo das guerrilhas que acaba por redundar em expressivas vitórias". Diz ainda que o Presidente Jango "é o mais rico em movimentos táticos, o mais lúcido e o mais próximo das aspirações populares" (...) "Estadista criador, inaugura um sistema de guerrilhas em busca das reformas". O desejo de mudança pairava no ar e a palavra "revolução" estava na ordem do dia. Prova disso é que os próprios direitistas intitularam o golpe de Estado de 1964 como "Revolução". A tentativa declarada de Brizola na organização dos Grupos dos Onze, como grupo de combatentes irregulares treinados política e militarmente para a luta armada revolucionária, não

²⁴ Esta declaração de 1959 está registrada no jornal *A Palavra de Ribeirão Preto* 18.09.1961 - coleção particular de Divo Marino, doravante *A Palavra*.

²⁵ *A Palavra* 13.01.1964.

obteve êxito diante do golpe de Estado, e a omissão dos chefes civis e militares legalistas subordinados ao Presidente da República foi unânime.

No início dos anos 60, dois grupos organizados disputavam a liderança dos trabalhadores assalariados da zona rural em fazendas e vilarejos rurais circunvizinhos a Ribeirão Preto: eram os cristãos ligados à "Frente Agrária" liderados pelo padre Celso Ibson de Sylos, que também fazia parte da direção do jornal católico *Diário de Notícias*, e os comunistas do PCB liderados por Irineu de Moraes, o "Índio", antigo militante comunista e liderança nas Ligas Camponesas. Com linguagens distintas, os oradores de ambos os grupos organizavam reuniões domingueiras para conquistar o apoio dos trabalhadores rurais à reforma agrária. Outros oradores, desvinculados tanto do PCB como da Frente Agrária, fixavam seus discursos nas reformas de base do governo João Goulart. Os mais radicais utilizavam as reuniões para formar os Grupos dos Onze. Conferiu Divo Marino que nestas reuniões, seguindo a tradição, a esquerda permanecia dividida.²⁶ O apelo da esquerda à suposta força camponesa no projeto de transformação social foi uma prática nacional. Em 1962 o advogado Francisco Julião, destacada liderança das Ligas Camponesas na região nordeste, empolgado pela vitória da revolução cubana, criou o *Movimento Tiradentes*, visando unificar nacionalmente, numa única estrutura político-partidária, as até então fragmentadas experiências das Ligas. O Movimento foi lançado em ato público no dia 21 de abril na cidade de Ouro Preto - MG, através de uma proclamação à nação brasileira. O manifesto lançado por Julião reafirmava o socialismo e o exemplo cubano:

²⁶ MARINO, op. cit. p.29/30

Defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo, companheiro e compatriota, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana, proclamada a 4 de Fevereiro deste ano, naquela cidade livre, perante um milhão e quinhentas mil pessoas. Essa declaração é alta como os Andes, corajosa como Tiradentes, pura como a face da liberdade e generosa como um seio materno. É a constituição dos povos latino-americanos para esta fase de sua história e de suas lutas pela emancipação econômica²⁷.

Neste período, Julião também desafiou o projeto revolucionário do Partido Comunista Brasileiro, dizendo que o momento era de revolução socialista imediata e não da etapa nacional-democrática, como propugnava o partido. Enfatizando o caráter armado dessa luta, Julião dizia que ela deveria iniciar-se no campo sob hegemonia do campesinato, pois, segundo sua visão, as lutas operárias possuíam um teor econômico, eram basicamente lutas salariais, enquanto que as dos trabalhadores rurais possuíam um caráter intrinsecamente político e revolucionário, pois questionavam a estrutura fundiária do país, reivindicando a reforma agrária de imediato "na lei ou na marra", como propunham os setores mais radicais da esquerda da época.

Entretanto, o erro político-estratégico de Julião sempre foi superestimar a força das Ligas. Em 1961, dias antes da renúncia de Jânio Quadros, Francisco Julião teria dito ao então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que possuía cem mil camponeses armados no Nordeste do país, exército capaz de ocupar quatro Estados daquela macro região em apenas seis dias. Mas o erro dessa avaliação, como registra o livro de Marcelo Ridenti, não demoraria em se manifestar:

²⁷ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 94

Logo depois, os fatos desmentiram Julião: por ocasião da resistência comandada pelo governador Brizola no Rio Grande do Sul, para garantir a posse do vice-presidente João Goulart, foi montado um dispositivo militar para levar Julião até Pernambuco, a fim de comandar a luta na região pela posse de Jango. Desconcertado, Julião refugiou-se num convento paulistano até passar a crise.²⁸

José Antônio Segatto coloca que, com o desenvolvimento do sindicalismo rural promovido por várias entidades, entre elas a Igreja, os partidos políticos e, inclusive, o próprio Estado, ocorreu "um decréscimo da força e do vigor das Ligas Camponesas." Segundo este autor:

Isso deve ser creditado não só ao avanço da organização sindical, mas também a um certo isolamento de sua direção dos problemas mais imediatos dos camponeses - influenciados por militantes alheios ao seu meio, passa a utilizar uma retórica esquerdista, a fazer uso de uma prática política de caráter insurrecional (chega a montar aparatos guerrilheiros em Goiás e outros pontos do país) e exclusivista, sendo transformada mesmo em um movimento político-partidário...²⁹

O atrelamento e a subordinação das Ligas às forças e interesses "alienígenas" coibiram a sua ação e o seu desenvolvimento autônomo. Desta forma, as Ligas Camponesas, que já estavam em declínio pela penetração do sindicalismo no campo, pela ação do governo popular de Arraes em Pernambuco, pelo vanguardismo de Julião, entre outros motivos, encontrariam no golpe de 1964 o seu próprio golpe de misericórdia.

²⁸ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993 p. 219/220

²⁹ SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.200

O PCB, amplamente considerado pela historiografia como a maior corrente do comunismo brasileiro naquela época, propunha cada vez mais a via pacífica, secundarizando, para não dizer desconsiderando, a via armada no processo revolucionário. Com a Declaração de Março de 1958, seguida pela Resolução do V Congresso de 1960, as propostas do PCB influenciaram vários setores da sociedade visando, numa primeira etapa, à realização da revolução democrática burguesa ou democrático-nacional, reconhecendo a possibilidade e a viabilidade do caminho pacífico na execução da revolução brasileira. Segundo esta análise, as condições eram favoráveis para esta revolução, devendo ser realizada dentro da legalidade democrática e constitucional em regime de frente única e ampla. Esta concepção, além de reconhecer o potencial revolucionário da burguesia nacional, porém vacilante e conciliatória, propunha a paulatina conquista da hegemonia, dentro da Frente, pelo proletariado representado pela sua vanguarda, o partido, sem comprometer a unidade da Frente. A influência desta concepção é percebida nas páginas do semanário *A Palavra de Ribeirão Preto*, que, apesar de não ter nenhuma ligação orgânica com o PCB, desde seu primeiro número, em 06 de março de 1961, portanto três anos antes do golpe de Estado, esteve aberto a todos os defensores das teses do movimento nacionalista, dos socialistas, do movimento social-cristão, dos janistas pós-renúncia, dos comunistas, dos trabalhistas, dos brizolistas, enfim, todas as tendências políticas que lutavam pelas então chamadas "reformas de base" do governo João Goulart, como forma de defender a legalidade democrática em regime de frente única e ampla. Em artigo, o jornal definiu sua linha política que, por coincidência ou não, assemelhou-se ao etapismo³⁰ proposto pelo PCB:

³⁰ Segundo Segatto, o projeto político do PCB assumiu um nítido caráter nacional reformista, em

Caminho do Brasil nos próximos anos: Revolução Democrático-Nacional, que poderá ser pacífica ou não!

Quando afirmamos que a Revolução não é necessariamente luta armada, é por que a revolução consiste na criação de condições sócio-econômicas que possibilitem o progresso social e a insurreição sempre o retarda.

Assim como luta armada não se confunde com revolução, revolução pacífica não se confunde com reformismo, filosofia da classe média, que muitas vezes funciona como linha auxiliar da contra-revolução.

O reformismo entorpece e corrompe.

Ainda o Brasil não é uma nação. As suas afirmações revolucionárias em busca do destino independente, malograram. Cada povo somente se afirma historicamente através de sua revolução nacional. Como realizar a Revolução Brasileira? Estaria chegando o instante de realizá-la?

Fase pré-revolucionária:

Estamos numa fase pré-revolucionária por quê? Pelas seguintes razões:

- 1) Clima geral de instabilidade;
- 2) Profunda alteração na consciência das pessoas;
- 3) Grave crise moral, filosófica e política na classe dirigente;
- 4) Crescimento mais acelerado da pobreza e aguçamento da miséria;
- 5) Impossibilidade concreta da classe dominante continuar no poder, mesmo fazendo concessões.

Concessões da classe dominante

Desesperada, a classe dominante abre a mão de alguns privilégios. Piora a situação para a mesma. Assim agindo ela mostra que a posse e o usufruto aos privilégios eram ilegítimos, contribuindo para o fortalecimento da vontade de mudança social.

A pregação já monótona de que o Brasil precisa de reformas básicas é um estratagema dos conservadores e mostra que o Brasil está apto não para reformas inócuas, mas para a revolução que é uma mudança total da infra-estrutura econômica.

Nação Desfigurada

Temos, desfigurando a Nação, o colonialismo interno provocado pelos desníveis econômicos entre o sul e o norte; temos o colonialismo externo (imperialismo), por via de

total consonância com as diretrizes soviéticas, apontando cada vez mais para uma aliança de classe, principalmente com a burguesia nacional. Essa concepção ficou conhecida como "etapismo", ou seja, a revolução socialista deveria ser precedida por etapas anteriores e evolutivas como por exemplo, a etapa democrático-burguesa ou revolução democrático-nacional. SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

penetração estrangeira, desfigurando o país, num movimento pendular que vai de um capitalismo nascente ao feudalismo secular, isto é, a coexistência no Brasil de vários estágios de civilização. Nação repartida, dilacerada.

Solução

A remoção destas disparidades, destas assimetrias só poderá ser feita através do que se denomina Revolução Democrático-Nacional, que é uma revolução anti-feudal e anti-colonialista.

Dois tipos

A Índia tentou fazer a revolução democrático-nacional dentro dos quadros do capitalismo e hoje Índia é sinônimo de miséria. A China e Cuba fizeram esta mesma revolução dentro dos cânones do socialismo e foram capazes da criação de grandes riquezas. Por quê? Responde Franklin de Oliveira, no seu livro "Revolução e Contra Revolução": "Basicamente, porque quando um país está empenhado em criar a sua riqueza, e não dispõe de suportes coloniais, ele só tem um meio de forjar o seu crescimento econômico. Este processo é o de mobilização do seu excedente social, disponível; do emprego de sua capacidade ociosa; da utilização de todo o potencial produtivo e de todos os adicionais de riquezas existentes; ou seja, a liberação de todas as suas forças produtivas, de todos os seus recursos materiais e humanos até então sub-utilizados, não utilizados ou só em parte utilizados." E esta receita somente é praticável numa economia socialista, pois uma das características do capitalismo é o "desemprego disfarçado"...³¹

Em suma, o raciocínio esquemático do etapismo no Brasil, principalmente no seio do PCB, resquício do VI Congresso da Internacional Comunista de 1928, era de que o país apresentava características feudais e semifeudais no campo barrando o seu desenvolvimento capitalista autônomo. Logo, os setores feudais e semifeudais dominantes teriam no imperialismo estadunidense um grande aliado na manutenção do atraso relativo da economia, pois aos EE.UU. interessaria a dependência da nação brasileira. Desta forma, somente a união dos comunistas, trabalhistas e todos os patriotas com a burguesia nacional e outros setores descontentes com a espoliação e a dominação exercida pelo capital estrangeiro,

incluindo até alguns setores proprietários de terra, poderiam levar à vitória a revolução democrática-nacional da qual tanto necessitava a classe trabalhadora em sua jornada rumo à emancipação.³² Utilizando-se das palavras de Zuenir Ventura: "A Luta de Classe que esperasse."³³

A primeira etapa da revolução seria, portanto, antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Sua tarefa era a completa libertação do país das garras do imperialismo estadunidense e da estrutura agrária dominante, liquidando de vez a concentração fundiária, radicalizando a democracia, liberando o desenvolvimento progressista da economia nacional. O caráter nacionalista da revolução seria predominante não apenas no PCB, mas em toda esquerda terceiro mundista em suas lutas de *libertação nacional*. Com estas concepções, o PCB encontraria uma sólida plataforma no governo trabalhista de João Goulart.

Mas, segundo Leandro Konder, a autêntica revolta nacionalista dos povos efetivamente oprimidos e explorados torna-se tendencialmente democrática, fortalecendo o sentimento nacionalista através da mobilização popular realizada de baixo para cima, ou seja, o nacionalismo parte das bases para as instâncias superiores. Segundo o mesmo autor:

O nacionalismo (...) que exprime a revolta de um povo contra imposições de outra nação é um nacionalismo essencialmente *defensivo*: seus valores podem levá-lo a hostilizar *circunstancialmente* os estrangeiros exploradores, mas ele não se afirma em contraposição à humanidade em geral e não nega os valores das outras nações.³⁴

³¹ *A Palavra* 21.05.1962

³² PCB, Documento do. Lisboa: Avante, 1976. p.9 - 42

³³ VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 19

Apesar da preferência pelo caminho pacífico, o PCB nunca desconsiderou de "seu horizonte a concepção (...) de ruptura violenta (insurreição), onde a 'vanguarda da classe operária' ou seu 'Estado-Maior' (partido) toma o Estado burguês pela força e implanta o socialismo no qual o poder se institui como 'ditadura do proletariado' ".³⁵ Mas o caminho "não pacífico" mencionado pelo partido e suas principais lideranças, entre elas seu Secretário Geral Luís Carlos Prestes, preponderava, acima de tudo, na segunda etapa, entendida como revolução socialista, no caso em que um confronto mais violento fosse inevitável. Sendo assim, o partido, apoiando-se na sua tática materializada no governo de Jango e suas reformas de base, se enterrou no "pacifismo" sem se preparar para a eventualidade do confronto armado com as classes reacionárias e o imperialismo. Estes últimos, há tempos davam indícios de descontentamento com os rumos esquerdistas que tomara o Brasil.

Quebrando o monopólio de representação política dos comunistas brasileiros que o PCB pretendia desde 1922, ocorria em fevereiro de 1961, na cidade paulista de Jundiaí, o 1º Congresso da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM - POLOP), que reivindicava o legado teórico do trotskismo³⁶ e não concordava com a política partidária do PCB tida como stalinista. Esta organização seria, além do PCB e outros, um dos troncos principais de origem dos inúmeros agrupamentos armados revolucionários que operariam nos anos de autoritarismo do pós 1964. No mesmo ano do 1º Congresso

³⁴ KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. p. 13

³⁵ SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 101

da POLOP, o PCB aprova o seu novo estatuto alterando o seu nome de "Partido Comunista do Brasil" para "Partido Comunista Brasileiro", numa tentativa de legalizar a clandestina agremiação partidária acusada de ser apenas uma mera seção do PC soviético no Brasil.³⁷ Essa mudança evidenciou uma nítida manobra que privilegiava a via eleitoral à luta armada pelo poder, além de não mencionar a "ditadura do proletariado" em suas linhas estatutárias. Um grupo dissidente considerou que essas alterações, entre outras, correspondiam ao abandono do autêntico e verdadeiro marxismo e, em fevereiro de 1962, criou o PC do B (Partido Comunista do Brasil), adotando uma nova sigla em alusão ao antigo nome. Na verdade é um novo partido que tem por objetivo a implantação de um governo popular por meio da ação armada, aproximando-se das concepções teórico-políticas do líder chinês Mao Tsé-Tung.

Rompendo com o comunismo, mas sem sair do âmbito da esquerda, havia o Partido Socialista Brasileiro (PSB), considerado pelos comunistas como um partido reformista e moderado ao estilo da social-democracia européia; a esquerda católica organizada na AP (Ação Popular); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), legenda do presidente Goulart, sendo freqüentemente alvo de alianças do PCB; além da esquerda radical, na sua grande maioria petebista, representada por Brizola e seu nacionalismo belicoso. O nacionalismo brizolista congregava principalmente militares de baixas patentes e oficiais fiéis ao governo e à legalidade, sendo estes alvos de perseguições políticas e mais tarde cassados pelo

³⁶ Trotskismo: De Leon Trotski, o 3.º homem da Revolução Russa, ao lado de Lênin e Stalin. Trotski, divergindo dos rumos que tomara a revolução bolchevique, é exilado e morto no México a mando de seu camarada Stalin.

³⁷ Mesmo com a mudança de nome, o PCB continuava alvo destes tipos de acusações. Como registrou, entre outros, o polêmico manifesto do M.A.D. de 1964: "Você sabia que o partido comunista de todos os países do mundo não tem presidentes e sim secretários, porque o Presidente

golpe de Estado. Alguns desses militares nacionalistas chegaram a disputar cargos do executivo e do legislativo, como foi o caso do tenente José Wilson da Silva, cassado e rotulado pelos golpistas de 1964 como o "tenente vermelho"³⁸, um exemplar "melancia", verde por fora mas vermelho por dentro – como os direitistas referiam-se pejorativamente aos esquerdistas nacionalistas, esclarece nosso entrevistado.³⁹ Do ponto de vista militar, acreditamos que a corrente brizolista, se tivesse sido acionada pelo comando de Jango, provavelmente teria sido a única capacitada a resistir pela força naquele momento, com o apoio de setores nacionalistas das Forças Armadas e de amplos setores da esquerda nacional. Entretanto, faltou a iniciativa do Presidente da República, chefe máximo da União, que sucumbiu às ações golpistas. A ofensiva direitista foi mais eficiente.

está na Rússia? Carlos Prestes é o secretário de um partido estrangeiro cujo fim é dominar o Brasil. É um traidor autêntico." MARINO, op. cit. p. 117

³⁸ SILVA, Wilson da Silva. *O Tenente Vermelho*. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda, 1987.

CAPÍTULO II

A esquerda brasileira: do "pacifismo" à luta armada

Imediatamente depois do golpe os apoios à nova ordem instituída viriam dos mais diversos segmentos sociais. Em 2 de abril os vitoriosos saíram às ruas da cidade do Rio de Janeiro numa das maiores manifestações que já ocorreram em todo o país. "Num ambiente de intensa euforia e sob uma chuva de papel picado, mais de 500.000 pessoas participaram da 'Marcha da Vitória com Deus pela liberdade.'"⁴⁰ Em Ribeirão Preto, como em quase toda cidade caracterizada como centro regional, a classe patronal organizou marchas semelhantes, como relata o ex-sindicalista Sebastião Botosso:

Tanto eu, como todos aqueles que participaram desta marcha de apoio à nova ordem, fomos "convidados" por políticos e pelo SESI (Serviço Social da Indústria). Uns participaram de forma consciente e outros inconscientemente, sem saber o que estava por trás daquilo. Mas a maioria dos trabalhadores sentia-se convocada pelo seu patrão, às vezes temendo algum tipo de represália no emprego caso não participasse do ato público.⁴¹

O apoio da Igreja Católica manifestou-se oficialmente através de uma nota da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) noticiada pelo jornal *O Estado de São Paulo* com a seguinte manchete: "Bispos: as forças armadas livraram o país do comunismo".⁴²

³⁹ Sebastião Botosso (entrevista N.º 18)

⁴⁰ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 03.04.1964, p. 30.

⁴¹ Sebastião Botosso (entrevista N.º 18)

⁴² Jornal *O Estado de S. Paulo*, 12.04.1964, p. 23.

Mas o apoio não viria apenas sob forma de notas, publicidades e manifestações comemorativas. Algumas entidades não simpatizantes ao golpe foram alvos de ações violentas por parte das forças vitoriosas. Entre elas, a UNE (União Nacional dos Estudantes), que teve o seu prédio, na praia do Flamengo, incendiado por populares favoráveis à vitória golpista. O jornal nacionalista *Última Hora*, órgão da imprensa de ampla penetração popular desde o último governo Vargas (1951-1954) e único grande diário que não apoiou o movimento conspiratório contra João Goulart, foi invadido e completamente destruído, como registrou a imprensa da época:

O prédio onde funciona o jornal 'Última Hora' (no Rio de Janeiro) foi invadido pelos ocupantes de cinco peruas, hoje à tarde (1/4), quando ali se encontravam alguns repórteres e o pessoal da portaria. As máquinas, mesas e armários da redação foram completamente inutilizados. Em seguida, os invasores rumaram para as oficinas e danificaram os linotipos e outras máquinas. Da garagem do prédio retiraram os carros de reportagem e da distribuição do jornal, que foram agrupados em frente do prédio e incendiados. Três motonetas também foram destruídas.

Os bombeiros tentaram evitar que os veículos fossem destruídos, porém, dezessete viaturas ficaram completamente inutilizadas. (...) O diretor do jornal 'Última Hora', sr. Samuel Wainer, asilou-se na Embaixada do Chile e se encontra na residência do embaixador Marcelo Ruiz Solar.⁴³

Cassações e prisões políticas ocorreram em todo o território nacional. O clima arbitrário e de intenso sectarismo que pairava no período pode ser percebido nos acontecimentos que ocorreram no poder legislativo riberão-pretano. Imediatamente após o golpe, o vereador do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Pedro Augusto de Azevedo Marques, apontado como subversor, teve seu mandato

⁴³ Idem, 02.04.1964, p. 9.

arbitrariamente cassado. Em sessão secreta realizada pela Câmara dos Vereadores⁴⁴ às 22 horas do dia 12.05.1964, a maioria absoluta da vereança propôs uma verdadeira "profilaxia" no poder legislativo municipal com embasamento no Ato Institucional número 01, o AI-1, do dia 09 de abril de 1964. Na ata daquela secreta sessão ficaram registradas afirmações dos congregados dizendo que as "forças livres da Nação" foram vitoriosas com o regime instaurado através da "Revolução Democrática de 31 de Março" e que o PSB, partido considerado moderado e reformista, "a quem pertencia o ex-vereador Pedro Augusto de Azevedo Marques, hoje com seu mandato cassado por ser comunista militante, possui em suas fileiras, como suplentes, inúmeros elementos reconhecidamente comunistas." Portanto, contava nas suas fileiras com elementos que favoreceriam o "desenvolvimento da ideologia marxista em nosso país", e que por esse motivo ficariam impedidos de assumir o mandato de vereador os 15 suplentes da referida legenda. Foram eles: Amilcar José Papa, Emílio Dinardo, Hermenegildo Ulian, Argeu Egydio dos Santos, João Antônio Prachedes, José de Freitas Ramos, José Wilson Seixas Santos, Ned Soares Rodarte, Newton Mendes Garcia, Odilon Arcencio, Raul Machado, Roberto Benedetti, Romão Fernandes Filho, Said Issa Halah e Sebastião Alves Bitencourt.

Esse Projeto de Resolução que trata da extinção dos mandatos ainda registra que "o expurgo que se vem procedendo em todos os setores do país, quer seja no legislativo, executivo ou judiciário, é altamente benéfico para o país, visto que tem por finalidade eliminar de vez os elementos que professavam e ainda professam a doutrina marxista."

⁴⁴ Ata da Sessão Secreta realizada pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto do dia 12.05.1964.

O documento ainda não poupa louvores à suposta bravura e o "patriotismo dos líderes militares e dos eminentes homens públicos, tais como: Ademar de Barros, Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Ildo Meneghetti e outros mais." Os reacionários conservadores, simpatizantes da Redentora, não se contentaram apenas em cassar o mandato do suposto vereador comunista. Era preciso "eliminar de vez" os perigosos vermelhos.

Posto em votação o Projeto de Resolução, a Câmara Municipal deliberou que a sessão continuasse secreta. O mesmo foi aprovado em 13 de maio por 17 dos 20 vereadores da Câmara Municipal, ficando claro que a grande maioria daquela Casa de Leis estava em total consonância com o recém-inaugurado regime civil-militar. Votaram a favor os senhores vereadores: Domingos Isaac, Juventino Miguel, Celso Pascoal, José Bompani, José Delibo, Osório Carlos do Nascimento, Antônio Vicente Golfeto, Orlando Vitaliano, Paulo A. Faria, Faustino Jarruche, Artur F. Almeida, Waldo Silveira, Jacob Miguel, José Moreti, José Alves Castro, José Velloni e Barquet Miguel. Mas, mesmo em tempos de submissão, o Poder Judiciário com eminente independência, anulou, ainda em 1964, tanto a cassação do mandato do vereador do PSB, Pedro Augusto de Azevedo Marques, como o impedimento dos 15 suplentes de assumirem o cargo.⁴⁵

Com o advento do golpe de Estado e em meio à consolidação do regime civil-militar, a esquerda brasileira, que já sofrera algumas cisões, fazia um balanço dos acontecimentos e, posteriormente, segmentar-se-ia ainda mais.

⁴⁵ Esta decisão do Judiciário foi registrada no livro de Divo Marino, p. 74, e confirmada em depoimento de Sebastião Botosso (entrevista N.º 18)

No seio do PCB desencadeou-se uma acirrada luta política que se polarizaria fundamentalmente, em torno da avaliação das causas que levaram ao golpe de Estado de 1964. À luz do exemplo cubano e insatisfeitos com o "aparelho partidário"⁴⁶, os militantes comunistas também faziam um balanço dos supostos erros que os levaram à derrota, questionando a quase que completa ausência da proposta e organização armada no processo revolucionário.

Após o golpe, a repressão e o sectarismo intensificaram-se. Com o Ato Institucional número 2, em 27 de outubro de 1965, o novo regime cria regras que dificultam e inviabilizam a organização de partidos pequenos, tendendo à concentração no bipartidarismo: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), governista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), teoricamente congregando a oposição.

O clandestino Partidão - como o PCB era chamado pejorativamente por seus dissidentes que o consideravam uma pesada e impotente máquina burocrática - fragmentava-se ainda mais, pois a luta armada fervilhava nas cabeças dos militantes da esquerda mais imediatista. O caso cubano, principalmente, era o exemplo histórico que deveria ser seguido. Essa concepção de luta encontraria ecos logo em 1965, no livro clandestino de Carlos Marighella, que narra a sua resistência à voz de prisão, o confronto com os policiais dentro de um cinema, os tiros, o posterior encarceramento e os motivos que o levaram à tal resistência. Em quase todo o livro nota-se uma ponderável crítica ao PCB, partido do qual Marighella fazia parte, sendo evidente, nos últimos capítulos, a desconsideração do caminho pacífico ao alertar para a exaustão dos canais de luta política pacífica:

⁴⁶ "Aparelho Partidário" - Forma como, com frequência, os militantes comunistas se referiam à pesada máquina burocrática do PCB. Essa definição encontra-se no livro de CLUTTERBUCK,

"Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1.º de abril ou se conformam com ela. O conformismo é a morte. No mínimo, viver de joelho."⁴⁷

Mas a primeira ação armada contra o novo regime de que se tem notícia não partiu da corrente comunista e sim dos nacionalistas. Esta foi realizada em março de 1965, quando o ex-coronel do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório partiu do exílio no Uruguai, adentrando no Brasil pelo Estado do Rio Grande do Sul com um grupo de aproximadamente 30 homens armados, formado na sua maioria por ex-militares e não golpistas, todos eles perseguidos políticos do regime militar. Para João Roberto Martins Filho, a inserção de um número considerável de ex-integrantes das Forças Armadas na luta armada contra o regime ocorreu principalmente porque:

Centenas de ex-militares de baixa patente procuravam uma alternativa, pois não tinham emprego e inclusive tinham muitas dificuldades de se inserirem pacificamente na sociedade. (...) Por exemplo os militantes do MNR na Guerrilha de Caparaó e militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Esta última surgiu no final de 68 sendo uma cisão da POLOP. Ela se entusiasmou muito com esse afluxo de ex-militares, eles sabiam sobre luta armada...⁴⁸

Apoiada por alguns políticos ligados a Leonel Brizola, a coluna guerrilheira comandada por Cardim pretendia desencadear uma revolução armada a partir dos Estados do Sul do Brasil visando apoio de militares fiéis à antiga legalidade. O destacamento guerrilheiro participou de dois ou três combates, atravessando os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e parte do Paraná,

Richard. *Guerrilheiros e terroristas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p.28

⁴⁷ MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 98.

logo sendo os insurretos presos no norte deste último Estado. Enquanto a maioria dos comunistas discutia, a esquerda nacionalista agia.

Mas somente nos últimos meses de 1966 e início de 1967 é que as divergências internas no PCB iriam acirrar-se ao ponto de provocar irreparáveis fraturas na organização partidária⁴⁹. Neste último ano ocorreria o VI Congresso do partido. No referido Congresso, a maioria do Comitê Central do PCB saiu vitoriosa constatando que os "erros" que levaram ao golpe haviam sido de esquerda e aprovou uma proposta de luta contra o regime autoritário assentando-se numa política de frente democrática, não muito diferente da Frente Ampla e Única proposta até o ano de 1964. O instrumento aglutinador dessa frente deveria ser o partido da oposição consentida pelo regime, o legal Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Nos movimentos estudantil e sindical, mantinha-se sua antiga prática, agindo dentro da estrutura oficial, apesar de todas as suas restrições e limitações.⁵⁰ Enfim, resolveram aplicar uma antiga prática a uma nova situação.

Os comunistas que consideravam que os "erros" foram de direita, propunham a luta armada imediata, desconsiderando a via eleitoral e valorizando qualquer ato ou ação que repercutisse como manifestação de repúdio ao regime

⁴⁸ João Roberto Martins Filho (entrevista auxiliar)

⁴⁹ Neste mesmo período (1966/1967), mais uma vez, os nacionalistas, agora contando com a participação de Brizola e o apoio cubano, tentaram implementar uma operação armada revolucionária na Serra de Caparaó, dentre outras regiões, dentro da concepção cubana de luta armada. A base desta operação foi organizada pelo MORENA ou MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), articulação político-militar fundada pelos brasileiros exilados que se encontravam no Uruguai, entre eles estava o cabo Anselmo. Entretanto, essa operação guerrilheira não passou de manobras militares no interior montanhoso de Minas Gerais, pois foi descoberta e desmantelada pela repressão antes de iniciar as atividades beligerantes para as quais os insurretos estavam se preparando. A "Guerrilha de Caparaó", como ficou conhecido este episódio, expirou melancolicamente sem ter dado um único tiro contra as forças da repressão. O estudo desse acontecimento está mais desenvolvido em BOTOSSO, Marcelo. "A Guerrilha de Caparaó: a *Sierra Maestra* tupiniquim". In *Ensaio de História* v. 3, n. 02, Franca, 1998

⁵⁰ SEGATTO, op. cit. p.21

civil-militar instaurado a partir de 1964. Exigiam uma postura mais contundente do partido.

A multiplicidade de partidos e organizações armadas revolucionárias originou-se de alguns troncos principais que ora se aglutinariam, ora se dividiriam e subdividiriam em diversas facções e tendências, sobretudo a partir dos idos de dezembro de 1968, quando fora promulgado o Ato Institucional número cinco, o AI-5, ordenando o fechamento do Congresso Nacional entre outras arbitrariedades que estariam por vir. O draconiano AI-5 foi considerado como o golpe dentro do próprio golpe.

Mas, sem dúvida nenhuma, o PCB se destacou como o maior tronco de origem de inúmeros agrupamentos armados revolucionários. Esses grupos surgiram progressivamente não acompanhando o reduzido crescimento do número de militantes que se engajavam na luta armada contra o regime. A falta de representatividade da esquerda, acima de tudo a armada, nos mais diferentes extratos populares, pode ser percebida pelos dados do projeto *Brasil: Nunca Mais*⁵¹, tabulados por Marcelo Ridenti. Verifica-se que entre os anos de 1964 e 1979, numa população nacional média de aproximadamente 90 milhões de indivíduos, apenas 17.420 pessoas foram envolvidas nos processos judiciais, sendo: 2.183 testemunhas (correspondendo a 12,5% dos envolvidos); 6.395 indiciados (correspondendo a 36,7%); 7.367 denunciados, (42,3%).⁵² Obviamente esses números não correspondem à exatidão do envolvimento de pessoas com

⁵¹ O Projeto *Brasil: Nunca Mais* se divide em dois: "Projeto A" contendo as conclusões da pesquisa *BNM*. "Projeto B", o livro *Brasil: Nunca Mais*, contém o resumo das 6.891 páginas que foram reproduzidas 25 vezes em "off-set", formando 25 coleções de 12 volumes cada, com objetivo de serem doadas a entidades de direitos humanos, pesquisa e documentação no Brasil e no estrangeiro, para uso particular e não comercial como foi estabelecido desde o início do projeto.

⁵² RIDENTI, op. cit. p.122.

partidos e organizações clandestinas oponentes ao regime, mas mostram de forma substancial a exorbitante disparidade entre o real dos acontecimentos e o ideal da esquerda brasileira, armada ou não, que propunha a luta popular contra o autoritarismo.

II.1 FALN: A Nova Esquerda⁵³

A expressão "Nova Esquerda" é utilizada nesta pesquisa com o intuito de cingir os grupos políticos clandestinos que surgiram no Brasil, principalmente em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB, a partir dos idos de 1960. Esses grupos intentavam conduzir as lutas político-sociais da nação brasileira e de seu povo com o objetivo da transformação radical do país em benefício da grande maioria explorada. Buscavam o aniquilamento total da exploração neocolonial do imperialismo vigente, a construção de uma sociedade socialista e a reconquista da democracia que fora alijada do cenário político nacional a partir de março de 1964.

Nesse contexto a expressão "nova" deve ser compreendida como dissimilitude, sem a intenção de caracterizar os partidos e correntes políticas até então existentes e comprometidos com a classe trabalhadora como anacrônicos, ultrapassados ou retrógrados. Utilizando essa expressão como grupos de oposição ao regime autoritário que divergiam do PCB, torna-se necessário mencionar e frisar como parte desta Nova Esquerda os católicos esquerdistas que formaram a

AP (Ação Popular) e a corrente das organizações do chamado "Nacionalismo Revolucionário" que não possuem origens ou vínculos diretos com o ideário comunista. Desta última corrente originaram-se vários grupos armados vinculados a "um pensamento nacionalista de esquerda, mas não tributário ao marxismo"⁵⁴. Por conseguinte, esses grupos nacionalistas são oriundos do pensamento brizolista⁵⁵, manifestado no pós-golpe, principalmente, no MORENA ou MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), articulação político-militar de onde surgiram vários grupos armados revolucionários, como o RAN (Resistência Armada Nacional), o MR-21 (Movimento Revolucionário 21 de abril), o MAR (Movimento de Ação Revolucionária) parte considerável da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), entre outros grupos. Inserido no panorama nacional, no ano de 1966, o Comitê Zonal do PCB em Ribeirão Preto não se diferenciaria dos acontecimentos que ocorriam dentro de quase todos os comitês do Partidão, sendo palco de uma verdadeira avalanche de lutas internas, discussões, duras críticas, acusações de "reboquismo" à burguesia nacional, de "imobilismo", de "pacifismo", sectarismos, distensões, rompimentos e expulsões.

O depoimento Nanci Marietto configura certas diretrizes que contribuem para a compreensão daquele momento:

Eu saí do PCB antes deles, antes do grupo do Vanderley. Depois eles saíram em um grupo mais compacto e logo começamos a trabalhar juntos, eu, Vanderley e a Áurea. Foi quando saiu o jornal *O Berro*, nós fomos praticamente fundadores deste jornal,

⁵³ Assim como Reis Filho fez em seus livros (ver Referências bibliográficas), a utilização da expressão "Nova Esquerda" neste trabalho terá o mesmo teor, mas alertando para outros grupos opositores ao regime que não foram propriamente oriundos do marxismo.

⁵⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO *Brasil: nunca mais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 109

⁵⁵ Cf. SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

ainda que meu nome não aparecesse nem o da Áurea. (...) Na verdade o partido quase chegava a nos expulsar, pois ele nos colocava numa situação de isolamento. Você não tinha como agir, o partido não discutia o que propúnhamos. Tanto que depois, o partido ficou minoritário perante as expulsões e as dissidências ocorridas em Ribeirão. Saíram dois grupos do PCB em Ribeirão Preto. Primeiro o grupo do Vanderley, que mais tarde seria as FALN, depois saiu o outro chamado DISSIDÊNCIA,⁵⁶ que depois se estruturaria na ALN.⁵⁷

Leopoldo Paulino⁵⁸, participe dos acontecimentos da época, que mais tarde engajou-se na ALN, registrou que em 1967, em um antigo casarão localizado na rua Duque de Caxias, centro de Ribeirão Preto, ocorreu uma reunião coordenada pelo jovem universitário e militante comunista Vanderley Caixe. Contando com a presença de cerca de 40 pessoas, entre elas membros do partido e simpatizantes, Vanderley discursava informando e comentando a respeito das expulsões de militantes ocorridas no PCB, das pretensões de Mário Alves, veterano dirigente pecebista, em estruturar uma nova organização partidária comunista, porém utilizando-se da luta armada no processo revolucionário. Caixe relatou também que havia tido um encontro "secreto" com Carlos Marighella para discutir o futuro da esquerda e que este último se dispunha a formar uma organização armada de combate ao regime autoritário. Ambos concordavam em que essa organização não deveria ter a formação da estrutura burocrática de um partido político. Porém,

⁵⁶ Entre os militantes da DISSIDÊNCIA que se ligaram à ALN, constatou-se os pecebistas Patrocínio Henrique dos Santos e José Marietto, pai de Nanci Marietto. Pelo desgaste e o esfacelamento natural do PCB em Ribeirão Preto, ambos não desligaram-se efetivamente do partido. Entretanto, entendendo a luta armada imediata como caminho para a transformação, ligaram-se ao grupo de Marighella. Em depoimento, José Marietto alega: "Apesar de ter pertencido a ALN, eu nunca deixei de ser um pecebista; o objetivo era o mesmo." Conferimos que Patrocínio Henrique dos Santos atua no PCB até os dias de hoje.

⁵⁷ Nanci Marietto (entrevista N.º 14)

⁵⁸ PAULINO, Carlos Leopoldo Teixeira. *Tempos de resistência*. Ribeirão Preto: Editora Oswaldo Cruz Empreendimentos Ltda., 1998, p. 68/69.

Marighella reconhecia que a maioria de seus seguidores ainda encontravam-se integrados ao PCB e espalhados por todo o país, motivo pelo qual acreditava que o processo de organização ainda levaria algum tempo.

Diante desse contexto, Vanderley propunha a imediata organização de um grupo clandestino armado de caráter local. A semente dessa proposta, em questão de tempo, germinaria, transformando-se nas FALN.

II.1.1 De estudantes e trabalhadores rurais a guerrilheiros revolucionários.

"Nós estávamos preparados para morrer pela revolução e não para sermos presos e torturados pelo regime autoritário" (Áurea Moretti Pires)

Filhos diretos do caldo cultural dos anos 60, aclimatado pela bipolarização da Guerra Fria, das reuniões politizadoras na UGT, na Frente Agrária, das discussões travadas pela imprensa riberopretana, *Diário de Notícias*, *A Palavra*, *O Diário da Manhã*, *A Cidade*, do *Centro de Debates Culturais* da potente rádio P.R.A.-7, do ativo Movimento Estudantil (M.E.), universitário e secundarista, do Movimento Nacionalista, dos sindicatos entre outros segmentos e organizações sociais existentes, a maioria dos jovens militantes ribeirão-pretanos, ligados direta ou indiretamente ao PCB, mostrava-se favorável à idéia da violência armada na redemocratização e no processo revolucionário, assim como insatisfeita com a política de alianças proposta pelo partido, tida como conciliatória. A repulsa pela impotência do PCB frente ao regime instaurado era a tônica dos descontentamentos.

Passado o período de catalepsia causado pelo advento de 1964, os anos subseqüentes ao golpe ficariam marcados para os opositores pelas dúvidas quanto ao que ocorrera e o que fazer, seguidos de cassações políticas, prisões, arbitrariedades de todos os gêneros, insatisfações, mobilizações e protestos, acima de tudo os protestos estudantis.

No dia 21 de setembro de 1966, as ruas centrais da cidade de Ribeirão Preto seriam mais uma vez testemunhas das manifestações estudantis que repudiavam a nova ordem. A passeata dos estudantes era festejada por alguns populares que, solidarizando-se, a recebia com chuvas de papel picado lançadas dos edifícios. Às vezes, algumas adesões de populares que estavam por perto aconteciam. Rua São Sebastião, rua Américo Brasiliense, rua Tibiriçá, rua General Osório, Catedral Metropolitana, Palácio do Rio Branco, Edifício Santa Casa, Praça XV de Novembro, Praça das Bandeiras, Esplanada do Theatro Pedro II... prédios e logradouros públicos conheciam seus protagonistas e coadjuvantes. A tradicional choperia Pingüim por muitas vezes era utilizada discretamente como área de concentração pelos manifestantes. O confronto com a polícia quase sempre era inevitável. Metralhadoras, cacetetes, bombas de gás lacrimogêneo, pancadaria, cães, cavalos, jipes e outros veículos da repressão investiam contra os manifestantes. Rolhas e esferas de vidro lançadas ao chão procuravam derrubar os "cavalos de baixo e os cavalos de cima" que às vezes patinavam no asfalto como relatou em entrevista Áurea Moretti Pires, participante dos acontecimentos⁵⁹. A Catedral Metropolitana quase sempre era refúgio seguro. No momento do perigo, muitos estudantes ditos comunistas transformavam-se em crentes temporários e

padres tomavam partido pela não violência policial. No palco da guerra a criatividade contava ponto:

O Vanderley Caixe pediu aos meninos engraxates da praça que arrumassem alguns gatinhos. No tumulto o Vanderley saiu do prédio do centro acadêmico, que ficava no centro da cidade, com um saco cheio de gatinhos e soltou os bichinhos. Os cães da polícia não tiveram dúvida, saíram disparados atrás dos pobres animaizinhos.⁶⁰

Sem os cães por perto, os estudantes tinham mais mobilidade de ação. A manifestação ganhava um pouco mais de fôlego. Também as pichações noturnas, frases e palavras de ordem gravadas nos muros da cidade, eram práticas correntes. Estas eram algumas das táticas e armas utilizadas pelo movimento estudantil no combate ao regime autoritário de base militar. Faixas, cartazes, gritos de protestos e hinos brasileiros, assim como a indispensável bandeira nacional também faziam parte do rito. Relata Áurea, na época estudante da Universidade de São Paulo - USP, que as passeatas e os comícios relâmpago eram freqüentes pelas ruas da cidade.

Utilizávamos um banquinho discreto que carregávamos numa sacola quando supúnhamos que o momento era ideal, logo subíamos no banco a discursar em meio à multidão: "Abaixo a Ditadura!", "O Exército é o braço do Estado e não a sua cabeça!", "Viva o Brasil!". A coisa era muito rápida e logo saíamos disfarçadamente com a sacolinha, como se nada tivesse acontecido.⁶¹

⁵⁹Os ensinamentos do jornalista Antônio Machado Santana do *Diário da Manhã*, parece que fizeram escola. Em reuniões e bate-papos políticos Santana pregava insistentemente o lançamento de rolhas e esferas de vidro como dispositivo anticavalaria. Sebastião Botosso (entrevista N.º 18)

⁶⁰Áurea Moretti Pires (entrevista N.º 03)

⁶¹Áurea Moretti Pires (entrevistas N.º 3)

A efervescência contestatória, principalmente no meio estudantil, chegaria mais tarde ao ápice com a opção pela via armada e o consequente surgimento da organização FALN.

Em 20 de abril de 1965, o vereador Aloízio Oláia Paschoal promoveu um projeto de lei que concedia o título honorífico de Cidadão Ribeirão-Pretano ao então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, o senhor Lincoln Gordon. Aprovado pela unanimidade da vereança, o referido projeto de lei contou favoravelmente com o inesperado voto do vereador (suplente), outrora preso político, Newton Mendes Garcia.⁶² Para os esquerdistas, Lincoln Gordon era nada mais nada menos que a própria personificação física do imperialismo estadunidense no país. A agitada manifestação de repúdio à vinda do embaixador a Ribeirão Preto foi organizada previamente pelos estudantes, pelos futuros integrantes das FALN entre outras pessoas. O episódio foi relatado por Áurea:

Eu lembro que lá estava a faculdade de Medicina, de Direito... havia um representante de cada faculdade. Era uma reunião no Pingüim. Estávamos tomando chope numa espécie de farra, mas só que não era farra, nós estávamos organizando uma recepção para o Lincoln Gordon, que viria dos EE.UU. O prefeito Gasparini estava trazendo-o para a cidade e nós estávamos organizando uma "festinha" para receber o homem.

Eu me recordo do Vanderley (Caixe) careca, com a boina do Direito e eu com a boina da Filosofia. Aí nós organizamos a "festa" pro Lincoln Gordon. Eu sei que o Vanderley até soltou bomba *molotov* lá no clube Recreativa onde iriam recepcionar o homem. E nós, meninas, ajudamos a fazer as faixas, os cartazes e os bonecos. Os bonecos representavam o embaixador enforcado, que era pendurado nos postes e fios. O Patrocínio do Santos, um antigo comunista, ensinou os meninos a jogar os bonecos nos fios elétricos, de maneira que só os bombeiros conseguiriam tirar. Então eles pegaram o roteiro que o Lincoln Gordon ia fazer, do aeroporto à prefeitura, o roteiro inteiro, pois não havia outro caminho, outra via de acesso naquela época.

⁶² Marino, op. cit. p. 105

Tudo foi preparado para a recepção com a intenção de acabar moralmente com ele. Nos bonecos estava escrito "Fora 'gringo'!", "Abaixo a ditadura!". Não deu tempo para os bombeiros tirarem os "enfeites" e o homem passou por tudo. Havia também as pichações nas paredes e muros. Nós organizamos a operação da seguinte forma: saíam geralmente os meninos, poucas meninas participavam, porque naquela época mulher não saía à noite na rua, aquela que saísse era considerada prostituta, etc. É claro que alguma ou outra companheira ia, mas essencialmente eram os meninos que saíam com a latinha de tinta e o pincel na mão, à noite, com um grupo fazendo a segurança. E nós, meninas, ficávamos nos serviços mais internos, como eu, que fiquei nesta noite com um telefone recebendo ligações para saber se alguém havia sido preso, ou seja, aquele que não ligasse provavelmente teria sido pego. A pessoa que não avisasse ou não retornasse, nós avisávamos aos seus familiares. Isso porque nós nunca poderíamos ir numa delegacia, senão acabávamos ficando por lá. Aquilo era uma verdadeira loucura.⁶³

Se na cidade os conflitos e as insatisfações imperavam, na zona rural a situação não era diferente. Os descontentamentos com as condições de trabalho e os salários aviltantes dos trabalhadores do campo eram as formas mais visíveis que indicavam que o novo regime instaurado não estava a serviço do povo. Essas insatisfações e revoltas deveriam ser canalizadas para um projeto de transformação social. Mário Bugliani, destacada liderança entre os trabalhadores rurais, fundador do sindicato rural no setor sucro-alcooleiro, militante pecebista e perseguido político logo após o golpe⁶⁴, desconsiderou o caminho pacífico no processo de derrocada do autoritarismo civil-militar e de transformação radical na sociedade brasileira. Bugliani, que divergia da conduta pacífica assumida pelo PCB, logo é contactado pelos ex-militantes pecebistas que propunham a ação armada imediata contra o regime. Mário Bugliani, assim como tantos outros descontentes e idealistas, desligou-se do partido e assumiu uma posição mais

⁶³ Áurea Moretti Pires (entrevista N.º 03)

incisiva. Sofreria as conseqüências de sua conduta. Essa "posição mais incisiva" acima citada traduz-se pela opção da violência revolucionária armada como meio de luta prática para objetivar a desejada mudança. Os oponentes aqui estudados concebiam a tática de guerrilha como instrumento de mudança, agindo no sentido de sua implementação mais efetiva. Mas fica a questão: ao tornarem-se guerrilheiros revolucionários, os militantes das FALN sabiam o que estava por vir? Coincidindo com a opinião de alguns entrevistados, entre eles os ex-militantes Mário Lorenzatto e Luiz Gonzaga da Silva, Áurea expressou sua idéia: "Nós estamos preparados para morrer pela revolução e não para sermos presos e torturados pelo regime autoritário. O Vanderley avisava que se 'caíssemos' a coisa seria feia."⁶⁵

II. 1.2 A tensão entre legalidade e ilegalidade no combatente irregular⁶⁶

A tática de guerrilha é uma força armada não regular pois carece das características identificadoras estabelecida pela convenção de La Haya de 1907 e pela convenção de Genebra de 1949. São quatro as condições básicas exigidas para reconhecer uma tropa como sendo regular: insígnias fixas e visíveis (ex: uniforme reconhecido, bandeiras identificatórias), exibição ostensiva do armamento, chefes responsáveis (hierarquia rígida) e respeito aos costumes, às

⁶⁴ Processo 198/69 Superior Tribunal Militar (STM)

⁶⁵ Áurea Moretti Pires (entrevista N.º 3)

⁶⁶ Cf. SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada* - fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 183 -188.

regras e ao direito de guerra internacionalmente estabelecidos. Por definição, a guerrilha constitui-se como formação irregular por comparação com o exército regular, que é o moderno, mais precisamente, o exército napoleônico. Sendo assim, a guerrilha também apresenta uma metodologia diferente das tropas regulares. Por ser irregular, a guerrilha nega uma forma regular de guerra. Nas suas ações utiliza meios irregulares: não usa uniformes, não ostenta armamento, etc. Ela se esconde entre a população civil, aparece para golpear o inimigo e se oculta novamente no povo. Evita o confronto direto, procura a vitória não pela força, mas pela astúcia.

Há outro sentido de irregularidade também: o guerrilheiro é um combatente irregular por não se submeter às legislações vigentes que regulam os conflitos bélicos. O autor Carl Schmitt⁶⁷, teorizando sobre o guerrilheiro, não conceitualiza guerra de libertação e guerra revolucionária, tampouco faz a distinção entre a formação dos tipos de combatentes irregulares de ambas as guerras: o da resistência, que luta contra o exército de um Estado estrangeiro invasor, e o revolucionário, que luta contra o inimigo de classe e sua ordem legal.

A grande maioria das legislações internacionais sobre o direito de guerra, principalmente os regulamentos das convenções de La Haya e de Genebra, quando tratam dos combatentes irregulares, referem-se exclusivamente ao combatente irregular da resistência. Entre as duas convenções citadas, o *status* do guerrilheiro é essencialmente alterado. Na de La Haya os combatentes da resistência estavam no mesmo plano que os combatentes regulares, possuíam os mesmos direitos. A partir das convenções de Genebra o exército invasor regular

⁶⁷ SCHMITT, Carl. *Teoria del partisano* - Acotación al concepto de lo político. Madrid: Instituto de Estudios Politicos, 1966 (Coleccion Ideologias Contemporaneas)

tem o direito de estabelecer disposições à polícia local para manter a ordem e reprimir as ações dos irregulares.

Nesse sentido o combatente irregular não goza dos direitos e privilégios do combatente regular; é um criminoso comum e pode ser enquadrado de acordo com o direito positivado sofrendo procedimentos sumários e medidas repressivas. Dessa forma, o combatente irregular é considerado um ilegal. A caracterização regular/irregular se funde no nosso tempo com a caracterização legal/ilegal. Entre esta tensão legalidade e ilegalidade, ao guerrilheiro só resta atuar sabendo-se desamparado, lutando por sua própria conta e risco. Teoricamente ele não tem ninguém por trás de si, no caso um Estado que possa defendê-lo juridicamente.⁶⁸ Dir-se-á teoricamente, pois empiricamente há exemplos históricos de apoio à guerrilha por Estados estrangeiros, partidos políticos, grupos étnicos, religiosos, etc⁶⁹. Esse elemento de apoio Schmitt identificou como o "terceiro interessado", que, na maioria das vezes apoia, a guerrilha, seja de forma material (armas, munições, dinheiro, etc) ou com a defesa jurídica. Mesmo o guerrilheiro da resistência que aceita a ordem legal institucional não contestando o conflito interno de classes, lutando apenas contra o invasor, está desamparado pois o invasor exerce seu domínio através daquela ordem por cuja manutenção o guerrilheiro luta. Ao contrário é a atitude do guerrilheiro revolucionário que declara o inimigo um criminoso e considera um engano ideológico todas as

⁶⁸ Cf. SAINT-PIERRE, op. cit.

⁶⁹ Dir-se-á "teoricamente" pois a História mostra frequentemente a existência de um "terceiro interessado" que não apenas apoia materialmente com financiamento, armas e até treinamentos dos militantes, mas que também auxilia-os política e juridicamente. Isto ocorreu com os guerrilheiros do MNR no Brasil, apoiados por Cuba; com os guerrilheiros da OLP (Organização para Libertação da Palestina), apoiados por alguns Estados Islâmicos, entre outros tantos exemplos estudados e a serem estudados. Ele é o terceiro interessado entre aquele que detém o monopólio legítimo da violência e a força que disputa esse monopólio.

convicções do inimigo sobre o direito, a lei e a honra. Ele combate não só o inimigo que detém o poder, mas também a ordem jurídica institucional existente. A mesma coisa o inimigo pensa dele, por isso o guerrilheiro revolucionário seja rotulado depreciativamente de “terrorista”.

O guerrilheiro moderno (revolucionário) não espera do inimigo nem direito nem misericórdia. Ele se coloca fora da inimizade convencional da guerra circunscrita e controlada, transferindo-se a outra dimensão: a da inimizade real que, mediante o terror e as medidas antiterroristas, cresce continuamente até a destruição recíproca. Mas será que os militantes das FALN possuíam conhecimento dessa teoria? Ao afirmarem que estavam preparados para dar a vida, porém não para serem presos e torturados, os próprios ativistas das FALN parece que satisfazem essa questão. Ao assumirem a luta armada revolucionária como instrumento de mudança, os guerrilheiros das FALN talvez se esqueceram de que o inimigo era o seu próprio Estado, o mesmo que estabelecia a ordem jurídica institucional que combatiam. Portanto, todo aparato jurídico existente não estaria a favor dos insurgentes.

II.2. *O Berro* como ponto de partida

Os primeiros gritos de protestos dos militantes das FALN certamente foram impressos no jornal estudantil *O Berro*. Esse veículo teria um papel vital no surgimento, estruturação e atuação da organização clandestina.

No período autoritário brasileiro, tanto os jornais da grande imprensa nacional coniventes com o regime vigente, como os que não era, encontravam-se sob forte esquema de censura. Sem canais adequados de expressão, os opositores ao regime encontrariam como alternativa a edição de alguns periódicos de circulação muitas vezes precária e sem frequência fixa. Os alternativos semanais, mensais, bimestrais e outros com maiores intervalos de publicação e irregular periodização, também chamados "nanicos" devido a sua baixa distribuição e disseminação entre a população, encontraram enormes barreiras impostas pelos órgãos de censura o que, na maioria das vezes, ocasionavam a escassez de recursos, como a falta de patrocinadores, o livre comércio, chegando até a repressão policial, que infligia arbitrariedades contra os seus leitores, produtores e divulgadores. Foi o que aconteceu com os proprietários do jornal nacionalista *A Palavra de Ribeirão Preto*, desativado logo em 1964. Divo Marino e sua esposa Anice foram perseguidos pela polícia política mesmo após o definitivo encerramento das suas atividades gráficas e jornalísticas⁷⁰.

Em 1975, também na cidade de Ribeirão Preto, circulou o jornal *Domingão*, que atuou explorando matérias culturais. Em forma de tablóide, o *Domingão* teve como editores Sérgio de Souza, atual editor da revista *Caros Amigos*, e José Hamiltom Ribeiro, que também estiveram à frente de outros famosos alternativos que circularam durante o regime autoritário.

Outros inúmeros alternativos circularam nacionalmente dando vazão aos descontentamentos da época, como os jornais *Movimento* e *Opinião*. Esses dois congregavam vários intelectuais de esquerda e opositores ao regime, como o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. O maior expoente da imprensa alternativa

⁷⁰ Divo Marino (entrevista N. ° 4)

brasileira, parece ter sido o *Pasquim*, jornal editado a partir de 1969 que visou a uma certa neutralidade jornalística, embora se saiba que a neutralidade é um tema discutível.

A imprensa alternativa também seria instrumento de grupos opositores que visavam à derrocada do regime por meio da luta armada. O jornal *Amanhã*, iniciado na capital paulista em meados dos anos 60, era ligado ao Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Esse veículo de informação seria mais tarde, entre outros, um dos porta-vozes da luta armada contra o regime instaurado a partir 1964. Seu editor, Raimundo de Rodrigues Pereira, era amigo do destacado líder estudantil José Arantes de Almeida. A pesquisa limitar-se-á em focalizar e analisar apenas a trajetória do jornal de protesto *O Berro*, que não foi somente um exemplo de instrumento da oposição armada, mas também um exemplo de veículo da imprensa alternativa que desenvolveu papel fundamental na formação e atuação de um grupo político revolucionário.

Fundado em 1966 na cidade de Ribeirão Preto - SP, o jornal estudantil *O Berro* em seu primeiro número denominou-se "Órgão independente e de vanguarda dos acadêmicos de Direito de Ribeirão Preto". Em pouco tempo passava a ser o porta-voz do movimento estudantil universitário e secundarista, tanto na cidade sediada, como em parte dos municípios circunvizinhos. Paralelamente à edição de *O Berro*, alguns de seus idealizadores, Vanderley Caixe, Nanci Marieto, Áurea Moretti entre outros, transitavam das bases estudantis do clandestino Partido Comunista Brasileiro para uma posição mais independente.

O relato que Nanci faz desse jornal torna-se muito pertinente na análise deste caso, de sua posição pessoal e de seu envolvimento:

A gente fazia *O Berro*, escrevia artigos e vendia, fazia tudo, era um jornal independente. Nós fazíamos reuniões e fazíamos movimento político. Até minha proposta naquele tempo era de fazer grupos de trabalho em função de um determinado trabalho, quando o trabalho desaparecesse e acabava, acabava o grupo. Depois que eu estive na cadeia, em 1969, notei que esse elemento parece que foi a organização básica da organização armada. O que eu propus numa série de reuniões e a gente praticou naquele período, na cadeia é que percebi que eles utilizaram estas diretrizes como organização básica do grupo. Eu praticamente dei idéias para a organização do grupo do jornal, mas quando eles deram um nome ao grupo, uma estrutura armada para o grupo, eu já não estava mais.

O jornal era muito independente, mas ele criticava muita coisa, aliás nós já tínhamos alguma divergência. O Vanderley fazia artigos mais pungentes sobre questões locais ou participação de pessoas próximas. Eu achava que não devíamos publicar nome de pessoas em certos artigos, o período era de muita repressão. Então a gente já começava a divergir de alguma coisa, depois eu larguei o grupo deles e eles continuaram e deram um nome, uma estrutura armada realmente. Eu fiquei sabendo isso na cadeia; no período que eu estava a gente fazia política mais em função d'*O Berro* divulgando idéias, na época eu ainda discordava da luta armada, portanto realmente eu não era das FALN, eu era do grupo político que produzia o jornal.⁷¹

Ainda restrito ao meio estudantil, o informativo opositor era impresso em gráficas que, com o passar do tempo e a radicalização de seu conteúdo, recusaram-se a continuar imprimindo-o. Com o progressivo endurecimento do regime, que culminou com o AI-5, Ato Institucional número cinco, a própria classe média e a Igreja Católica, que apoiaram o golpe de Estado, começaram a constatar e sentir as pressões arbitrárias do regime instaurado⁷². Nesse momento

⁷¹ Nanci Marietto (entrevista N.º 14)

⁷² A mudança de opinião e comportamento de pessoas inicialmente simpatizantes ao golpe é evidenciada no livro *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis (ver Referências Bibliográficas). Nos

que *O Berro* transcendeu o universo estudantil para permear os mais diversos segmentos da sociedade. O informativo começa a ser lido, além dos estudantes, por alguns profissionais liberais, comerciários, intelectuais, clérigos, operários e trabalhadores rurais, enfim, todos aqueles que estavam e os que começaram a ficar descontentes com os rumos da "Revolução", como os golpistas intitularam o advento de 1964.

Nesse íterim, havendo decidido pela violência armada revolucionária na luta contra o regime estabelecido, o líder do grupo local dissidente do PCB, Vanderley Caixe, encontra-se com Carlos Marighella, expressivo dissidente pecebista, na capital paulista. A pedido de Caixe, o encontro das duas lideranças foi viabilizado por Irineu Luís de Moraes, o "Índio", veterano militante do PCB e das Ligas Camponesas na região de Ribeirão Preto⁷³. Após o anteriormente citado encontro com o dissidente Marighella, a já prenunciada expulsão do partido realmente ocorreu e o grupo de Vanderley relutou em desligar-se do PCB, dizendo: "O partido somos nós, expulsos estão vocês"⁷⁴. Mas em pouco tempo, o insatisfeito grupo desistiu e desvinculou-se da estrutura partidária levando consigo grande parte dos quadros de militância. Órfãos de partido e de qualquer outra estrutura organizacional, o grupo de ex-militantes pecebistas e do movimento estudantil procuram se reagrupar, apoiando-se nas atividades de produção,

primeiros capítulos, o autor relata o seu um tanto quanto ingênuo lacerdismo, chegando, no final da década de 70, a aderir à esquerda armada. Contrapondo-se a esta mudança, notamos uma das características das FALN no que diz respeito à sua precocidade, pois sua célula embrionária é datada a partir de 1966, antes da formação de inúmeros grupos revolucionários e do próprio A.I. 5, dezembro de 1968, mola propulsora das formações e adesões aos grupos armados.

⁷³ Em entrevista, o ex-pecebista Antônio Giroto, disse que o velho "Índio" foi um dos líderes precursores na organização das Ligas Camponesas nos anos 40. Constatamos que atuação, sempre destacada, do "Índio" percorreu dos quadros do PCB a organização guerrilheira ALN. Cf. WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião. *Lutas Camponesas no Interior Paulista* Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1992

divulgação e distribuição do combativo periódico estudantil *O Berro*, fazendo deste o germe e o porta-voz do que mais tarde identificou-se como Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Em entrevista, o ex-líder das FALN revela:

No começo ela foi como Frente de Libertação Nacional (FLN), essa foi a primeira denominação. Depois, mais tarde, que nós vamos fazer a outra denominação que é Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). (...) O primeiro nome durou um ano, creio que não chegou a um ano. Isso porque nós não tínhamos claro como definir e até como nós organizar.⁷⁵

As FALN se estruturaram em torno do já existente jornal *O Berro*, tendo este como um elemento de união e coesão do grupo, além de disseminar idéias e angariar fundos e recursos humanos para suas ações ditas revolucionárias. Através das atividades desempenhadas em torno do jornal, procurariam aglutinar os favoráveis à luta contra o regime autoritário, sendo ela armada ou não, pelo menos num primeiro momento. Tendo o jornal como pretexto, a aproximação dos ativistas com os pretendidos futuros militantes se deu das mais variadas formas. Vendagens e distribuições gratuitas em portas de fábricas, como a cervejaria Antártica e a tecelagem Matarazzo, foram empreendidas com frequência.⁷⁶ O grupo procurava elementos influentes na sociedade que se destacavam em lutas sociais e trabalhistas, tais como: padres progressistas, professores universitários, sindicalistas entre outros lutadores sociais. Caso típico do líder sindical Sebastião Botosso, membro da diretoria do sindicato dos metalúrgicos em 1958 a 1981, que

⁷⁴ Vanderley Caixe (entrevista N.º 19)

⁷⁵ Vanderley Caixe (entrevista N.º 19)

⁷⁶ A vendagem livre desse jornal em bancas de Ribeirão Preto também está registrada em depoimento de Abrahão José Tobias no Processo 198/69 STM vol. 03. Fl. 770

em março de 1964, dias antes ao golpe, comandou a greve estadual da categoria na cidade de Ribeirão Preto. Em depoimento, o ex-metalúrgico relata:

Eu creio que tenha sido procurado pelo grupo naquela época por eu ter sido um elemento de participação no sindicato. Lutava mesmo com ardor (...) e por essa razão talvez eu fui contactado pelo Sílvio⁷⁷ para distribuir o jornal que, soube depois, era um jornal que de alguma forma se opunha ao golpe e seu regime.⁷⁸

Outro exemplo a considerar é o do padre João Ripolli, substituto do padre Celso Ibson de Sylos na paróquia do bairro Vila Seixas após a sua prisão. Ripolli contribuía em dinheiro através da aquisição do jornal, como ele relata:

Eu não tive envolvimento, eu é que fui envolvido naquele momento porque eu assinava um jornalzinho, *O Berro*. Alguns conhecidos, como a Áurea Moretti e principalmente o Mário Lorenzato, nos ofereciam e a gente colaborava com o jornal e foi por aí que eles, o pessoal do grupo, nos procuravam.⁷⁹

Militantes anônimos, de pouca expressão popular mas de grande importância nas atividades da organização, também foram contactados, entres eles jornaleiros, operários e trabalhadores rurais. Alguns jornaleiros permitiram a utilização de suas bancas como pontos de apoio às atividades dos contestatários. Um destes foi o jornaleiro Antônio⁸⁰, antigo militante do Partidão, que acabou integrando-se às FALN. O operário Orpheu Tibério seria um dos "contatos" da organização na cervejaria Antártica⁸¹. Os trabalhadores rurais disseminaram as idéias da tática de guerrilha rural impressas no jornal aos moradores do campo.

⁷⁷ Trata-se de Sílvio Rego Rangel, militante das FALN.

⁷⁸ Sebastião Botosso (entrevista N.º 18)

⁷⁹ João Ripolli (entrevista N.º 8)

⁸⁰ Processo 198/69 STM vol. 05 fl.1411

Entre eles estava o já mencionado Mário Bugliani, que se engajou com destaque nas FALN. Bugliani, intitulado capitão, foi o encarregado da base rural da organização⁸².

Intentando uma legalidade⁸³, o jornal era publicado com o nome e o endereço residencial de Caixe, dessa maneira acreditava-se estar prevenindo o líder contra uma possível acusação de envolvimento com ações armadas e, concomitantemente, criando uma espécie de álibi para o líder da organização armada: "Se fosse pego, eu diria: 'Tudo que eu tenho que falar eu falo, vocês acham que eu ia fazer uma coisa dessas escrevendo um jornal como este?'" - argumentou ironicamente Caixe⁸⁴. Fora da clandestinidade, o periódico circularia com maior facilidade, chegando a atingir leitores de outros municípios. Com o objetivo de criar uma base logística ampla na região, os militantes empenharam-se na divulgação do veículo de informação, contactando novos assinantes que poderiam simpatizar com sua luta. Municípios da região de Ribeirão Preto, tais como Bebedouro, Sertãozinho, Pitangueiras, Pontal, São Joaquim da Barra, Franca, São Simão, Cajuru, Brodowski, Batatais e tantos outros foram alvos de publicidade das FALN. Alguns municípios fora dessa região também chegaram a receber informativos da organização, como São Paulo, Bauru, Santos, Uberaba e outros. Em depoimento, Luiz Carlos Henrique Fernandes, ex-integrante da organização na cidade de Franca, município limítrofe com o sul do Estado de Minas Gerais, diz que a missão de distribuição d'*O Berro* era exercida quase que

⁸¹ Processo 198.69 STM fl. 191

⁸² Atuação de Mário Bugliani está registrada, além dos depoimentos gravados, no processo 198/69 STM vol. 03 fl. 862 entre outras fontes.

⁸³ Além das evidências que se constata nas fontes, na página 92 o livro de Luiz Maklouf Carvalho (ver Referências Bibliográficas) também registra que a fachada legal das FALN era puxada por *O Berro*.

⁸⁴ Vanderley Caixe (entrevista N.º 19)

religiosamente, demonstrando o afinco que os ativistas possuíam naquela tarefa⁸⁵. A dedicada integrante Áurea Moretti, como se constatou nas fontes, parece ter sido uma das pessoas que mais se empenharam neste trabalho de divulgação regional. Os militantes que exerciam tarefas mais fixas, como Nelson Agenor Tonetto, monitor de tiros em seu "aparelho"⁸⁶, difundiam o jornal às pessoas mais próximas e a antigos amigos, como demonstra o depoimento de Tonetto:

Eu também era encarregado de distribuir *O Berro*. Eles deixavam em casa uma parte do material impresso. A Áurea deixava uma certa quantia e dizia: "Essa é para você." Eu distribuía às pessoas que eu batia papo, para simpatizantes da luta e descontentes com o regime, não dava jornal pra qualquer um não. Parece que *O Berro* também foi vendido, mas os volumes que ficavam lá em casa era para eu dar às pessoas que eu conhecia.⁸⁷

A distribuição do jornal entre os padres de Ribeirão Preto e outros municípios era realizada, principalmente, por Mário Lorenzato, presidente do M.E.J. (Movimento Ecumênico de Jovens ou Movimento Estudantil Jovem)⁸⁸ sediado no orfanato católico Lar Santana. Lorenzato fazia contato com padres progressistas que, na maioria das vezes, não aceitavam a luta armada, mas concordavam em ajudar financeiramente não querendo nem ao menos saber o

⁸⁵ Luis Carlos Henrique Fernandes (entrevista N.º 11)

⁸⁶ "Aparelho" era o imóvel utilizado por elementos de uma organização na prática de suas atividades. Seu emprego era limitado no tempo, sendo as residências de militantes de vida legal os mais freqüentes. Era comum que um aparelho preenchesse mais de uma função, em particular nos estágios iniciais ou quando a organização não dispunha de meios suficientes. Podia ser uma casa ou apartamento, se estivesse situado em área urbana ou suburbana; ou uma casa, chácara, sítio ou fazenda, se estivesse localizado em área suburbana ou rural. In CLUTTERBUCK, op. cit. p. 27

⁸⁷ Nelson Agenor Tonetto (entrevista N.º 15)

⁸⁸ A pesquisa não conseguiu definir exatamente o significado literal da sigla M.E.J., pois as fontes apontam para mais de uma hipótese. Para facilitar o raciocínio, sem comprometer a veracidade dos fatos, doravante utilizar-se-á a sigla como nome.

conteúdo do jornal⁸⁹. Outros concordavam com as denúncias dos textos, mas não concebiam a violência revolucionária armada como forma legítima de luta popular.

Diante da proliferação de leitores, da intensa repressão e a conseqüente recusa das gráficas em confeccionar o tão necessário jornal, entrou em cena o mimeógrafo e novas edições surgiram. Divo Marino, ex-diretor proprietário do jornal *A Palavra de Ribeirão Preto*, possuía uma gráfica, a Gráfica Santo Antônio, solicitaram-lhe para que imprimisse novas edições de *O Berro*, mas segundo ele, sua recusa foi imediata, como registra o relato:

Eu, como era sempre vigiado pela polícia política, resolvi dar como diretriz à minha esposa Anice, que era proprietária da gráfica Santo Antônio, não editar jornais estudantis por um certo tempo, pois eu recebia visitas suspeitas, também pelo controle total e a vida fiscalizada que tínhamos. Então eu fiz isso, tanto que o Vanderley (Caixe) sugeriu que eu editasse *O Berro*, mas eu expliquei que não poderia editá-lo.⁹⁰

A organização, estendendo seus contatos no centro acadêmico da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP), utilizando-se de processos mimeográficos, confeccionou uma nova edição do jornal dentro da própria entidade estudantil. Os militantes também promoveram festas insuspeitas onde, no porão do prédio festivo, passavam toda a noite mimeografando novas edições, quase embriagados ao amanhecer pelo cheiro de álcool etílico⁹¹.

⁸⁹ Como mostra, entre outras fontes pesquisadas, o testemunho do padre Aryclenes Rodrigues Barbosa registrado no processo 198/69 STM vol. 03 fl. 857

⁹⁰ Divo Marino apesar de não ter ligação com a organização, em 1969 foi qualificado e interrogado juntamente com os membros das FALN acusado de crime contra a Lei de Segurança Nacional.

⁹¹ Áurea Moretti Pires (entrevista N.º 3)

No Lar Santana, considerado pela polícia como o principal aparelho da organização⁹², este processo alternativo de produção do jornal também foi empregado: "Nós trabalhávamos no porão onde era editado o jornal" - disse o ex-militante Mário Lorenzato⁹³. O aparelho do Lar Santana pode ser considerado o típico "aparelho de imprensa", como define o livro de Clutterbuck⁹⁴.

Paralelamente à edição de *O Berro*, outros três jornais de existência efêmera começaram a ser lançados pelas FALN. Os mesmos eram produzidos clandestinamente através de processos datilográficos e mimeográficos em diversos aparelhos da organização, mas nunca assumindo como pertencentes ao grupo armado. Foram eles *Você Deve Saber*, *Prática Revolucionária* e *Informação Extra*. Devido à escassez de vários exemplares destes veículos de informação, expõem-se aqui uma breve abordagem dos quatro jornais produzidos:

- Jornal *Você Deve Saber* - denunciador das supostas mazelas do novo regime e do imperialismo estadunidense no Brasil, englobando todos os níveis de denúncias: políticas, econômicas, sociais, entre outras.
- Jornal *Prática Revolucionária* - divulgador por essência da luta armada revolucionária. Este alternativo chegou imprimir "receitas" de bombas que deveriam ser utilizadas pela população nas ações contra o regime.

⁹² Processo 198/69 STM vol. 01 fl. 274

⁹³ Mário Lorenzatto (entrevista N.º 13)

⁹⁴ Aparelho de imprensa - Local que era utilizado para confeccionar documentos de agitação e propaganda da organização. Era dotado de máquinas datilográficas, mimeógrafos, material de impressão entre outros da mesma estirpe. Ficava sob a responsabilidade do setor de imprensa da

- *Jornal Informação Extra* - como o próprio título indica, era uma edição extraordinária que surgia em momentos de maior tensão do regime, assumindo posições que inicialmente *O Berro* não poderia assumir abertamente.
- *Jornal O Berro* - um misto dos outros 3 jornais. Nasceu antes mesmo do grupo armado, no meio estudantil, logo sendo utilizado e apropriado pela organização. Este jornal funcionava, acima de tudo, como aglutinador das idéias e elementos do grupo, que também possuía origens na base rural e estudantil urbana do PCB. Este jornal vivia numa espécie de semi-legalidade. Ora perseguido, ora não.

Em síntese, os objetivos declarados eram os de difundir a ideologia do grupo, além de angariar fundos e recursos humanos para a luta armada revolucionária. Todos eram contestadores do regime, mas cada qual direcionado a um determinado tipo de leitor, um público definido e com objetivos específicos. Era preciso saber qual o grau de disponibilidade e comprometimento de luta de cada indivíduo e setores de leitores.

A exemplo do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), grupo armado esquerdista que entendia que para o desenvolvimento das condições revolucionárias era indispensável a existência de um jornal⁹⁵, em 1968 a

organização e sua localização era do conhecimento de poucos elementos. Poderia ser também um gráfica. In CLUTTERBUCK, op. cit. p. 27

⁹⁵ REBELLO, Gilson, *A Guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. P. 61. Neste livro o ex-guerrilheiro Amadeu Rocha reivindica o jornal *O Levante*, ligado ao MNR, como sendo o primeiro jornal clandestino da luta armada no Brasil. Entretanto, lembrar-se-á que, apesar de

organização FALN apropria-se definitivamente de *O Berro*, periódico cujo corpo editorial composto apenas por membros do movimento estudantil há muito não existia, sendo escrito, fundamentalmente, por ativistas da organização armada. Também como fez a DI-RJ (Dissidência do PCB no Rio de Janeiro), que manteve duas publicações - o jornal *Resistência* e a revista *8 de Outubro*⁹⁶ - a organização FALN publicou uma edição do alternativo em forma de revista e noutra edição normal do jornal, as teses do guerrilheiro Régis Debray, conteúdo considerado altamente subversivo para o regime da época.

Servindo-se de uma estratégia de omissão, *O Berro* nunca anunciou a sigla ou o nome FALN. Mas essa relação de texto "subversivo" com a semiclandestinidade era um tanto quanto conflituosa ou ambígua. No ano de 1968, em uma das inúmeras operações de distribuição e divulgação, no município de Cajuru, aproximadamente 60 quilômetros de Ribeirão Preto, dois integrantes das FALN, Luís Gonzaga da Silva e Paulo Otávio de Azevedo Júnior, foram presos por distribuírem o "subversivo" jornal contestador, mas logo foram estranhamente liberados pela polícia de Ribeirão Preto⁹⁷. Dir-se-á "estranhamente" pois se tratava de um período de intensa repressão, no qual as libertações de detidos por motivos políticos eram absolutamente infreqüentes. A respeito desta dúbia relação do regime com o livre, porém "subversivo" jornal *O Berro*, um dos entrevistados, Divo Marino, concebeu isso como uma forma de "isca" para pescar os "peixes" ligados à subversão. Segundo suas próprias palavras: "a repressão deixava

inicialmente *O Berro* não tratar de forma aberta a luta armada, este foi criado em 1966, mesmo ano de criação d'*O Levante*.

⁹⁶ Em uma edição da revista *8 de Outubro*, a DI-RJ também publicou textos teóricos de Régis Debray. REIS FILHO. Daniel Aarão & SÁ. Jair Ferreira de. (org.). *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1995 p. 358.

⁹⁷ Processo 198/69 do Superior Tribunal Militar, único movido contra as FALN.

funcionar para ver se conseguia 'mapear' os contestadores, porque o período não admitia que circulasse algo com aquele conteúdo." Talvez a apreciação de Divo Marino seja correta. Mas o fato é que apesar da irregularidade de sua periodicidade, este jornal circulou consideravelmente, atingindo as principais regiões da cidade e alguns outros municípios paulistas, chegando até outro Estado.

Com o total desmantelamento das FALN, em outubro de 1969, o alternativo sai de cena. Por meio das listas de distribuição apreendidas, a polícia aumentaria o círculo de prisões de supostos envolvidos, confundindo simples leitores com ativos integrantes da organização, como se constatou nas páginas do extenso processo movido contra as FALN.

A análise da existência e trajetória do jornal alternativo *O Berro* demonstra nitidamente a importância atribuída a certas atividades e, por que não, a certos ritos como um elemento de união e coesão de princípios e idéias na luta de um determinado grupo ou de uma sociedade por um denominador comum: no caso especificamente estudado, a organização da luta armada revolucionária contra o regime autoritário de base militar. Seria difícil imaginar a existência das FALN, tal como ela foi, senão houvesse *O Berro*. Nesse caso pode-se considerar que a imprensa alternativa foi, exemplarmente, um vetor na organização da oposição armada.

CAPÍTULO III

Investidas contra o autoritarismo: a ação como ordem do dia

"Só a ação faz a vanguarda" (Carlos Marighella)

Pesquisando o projeto *Brasil: Nunca Mais* e o processo 198/69 STM, constatamos que as FALN não produziram nenhum relevante documento programático interno que expressasse sua orientação política. Pode-se considerar que a discordância das FALN em relação ao seu partido político de origem, o PCB, deu-se, acima de tudo, pela sua repulsa ao "imobilismo" provocado pelo "teoricismo" pecebista, isto é, o excesso de teoria em detrimento da ação. Neste caso, a ausência de uma produção documental significativa abona uma das características das FALN: seu vanguardismo que, além da situação de clandestinidade, também fora impulsionado pela crença no voluntarismo e no imediatismo armado como forma de desarticulação e, por que não, de derrocada efetiva do regime instaurado. A omissão documental torna-se uma emissão definicional, ou seja, observa-se claramente o vanguardismo "falnista", pois a organização FALN foi uma das precursoras, pós golpe, neste processo de luta e rompimento com o PCB. Bastava de reuniões, complicados organogramas, amplas produções documentais ininteligíveis, conversas de gabinete, decisões que nada decidiam. Discussões infundáveis que a nada levariam. Onde estava a ação? O partido do proletariado nem se quer discutia com as bases proletárias. Era preciso sair da "torre de marfim", pelo menos a do discurso, e mostrar que as aspirações democráticas encontrariam ecos nas ações ditas revolucionárias.

Analisando um comunicado lançado à população pelas FALN, durante uma operação em semana dedicada ao guerrilheiro argentino e cubano Ernesto "Che"⁹⁸ Guevara, é possível identificar, mais uma vez, o caráter vanguardista do agrupamento. Com efeito, naquele impresso a organização convocava "qualquer grupo" a realizar ações como aquela, em favor do povo brasileiro e contra o regime de exceção instaurado.⁹⁹ Em 1968, o líder da ALN, Carlos Marighella, conclamava a população para que acontecesse em todo o país "o surgimento mais ou menos espontâneo de um número incontável de grupos revolucionários autônomos"¹⁰⁰. Caminho já trilhado nas discussões do grupo que viria ser as FALN, a partir de sua célula embrionária datada em 1966.

Observamos que naquele comunicado aparece a denominação "Forças Armadas de Libertação Nacional, secção do Comando Brasileiro de Libertação Nacional - COBRAS". Essa denominação acabava sugerindo que as FALN fossem apenas um segmento entre outros existentes, tanto no país como no estrangeiro, de um "Exército" revolucionário com aparente comando e formulação estratégica unificado. Porém, não verificamos nenhuma constância de que essa coordenação unificada tenha sido conseguida, muito pelo contrário, as FALN aparecem de forma insular em quase toda sua existência. Se alguns contatos se deram com outra organização, isto pode ser considerado como fatos isolados de algum militante, mas via de regra o grupo, enquanto entidade coletiva, agiu de forma autônoma. Aparentemente a idéia do grupo era a de que, quando

⁹⁸ Pronuncia-se tchê!, expressão freqüentemente utilizada pelos gaúchos, habitantes naturais da região dos pampas, que compreende desde parte do Estado de Mato Grosso do Sul estendendo-se pelo Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e abrangendo amplas áreas do Paraguai, Uruguai e Argentina, terra natal de Guevara.

⁹⁹ Processo 198/69 STM vol. 01. Fl. 285

¹⁰⁰ RIDENTI, op. cit., p.223. Neste livro Ridenti cita as FALN como um bom exemplo da idéia de Marighella.

conflagrasse a guerra civil, as várias forças revolucionárias existentes no interior do país, e até no exterior, se articulassem na formação de exércitos populares de libertação dos povos oprimidos. Uma mescla de libertação nacional com internacionalismo revolucionário. Confere Reis Filho, os grupos da Nova Esquerda argumentavam que a prática mostraria o caminho da aglutinação das organizações de esquerda¹⁰¹.

A análise feita dos veículos de informação produzidos pelo grupo também revelam essa idéia. As palavras impressas parecem conclamar à coletivização da causa revolucionária, à cooperação mútua de todas as forças revolucionárias de esquerda, sem formar necessariamente uma única organização, mas uma corrente de solidariedade e cooperação revolucionária. Destacam-se alguns trechos destes jornais que abonam a idéia deste apelo:

Jornal *Prática Revolucionária*

(Cuba) o berço não apenas de uma revolução, mas de uma linha de luta, que indicava a via insurrecional, o caminho para *os povos da América Latina*. É por isso que os ataques do imperialismo norte-americano contra a *América Latina* se infocam em Cuba, por sua irrecusável posição verdadeiramente revolucionária. O Exército de Libertação Nacional da Colômbia, *apóia* de maneira aberta a Revolução Cubana (...) é duro reconhecer a via armada como única solução para a problemática *nacional*, solução difícil e penosa para *os povos irmãos da América Latina* (...) *nossa geração, nossa juventude latino-americana* deve reconhecer esta realidade e preparar-se para a guerra revolucionária...¹⁰²

Jornal *O Berro*

Os povos da América Latina lutam para se libertar dos invasores e a *nossa luta* deve ser a *luta de irmãos*, de *todos os povos oprimidos do mundo*, pela liberdade, contra a opressão, a

¹⁰¹ REIS FILHO, op. cit., p. 14

¹⁰² Processo 198/69 STM Vol. 02 fl. 472 (Os destaques são desta pesquisa)

fome, a miséria e o subdesenvolvimento. (...) Os explorados de *todo o mundo* devem *unir-se*, pois a luta é *uma só*.¹⁰³

Com esta análise, podemos notar que a idéia principal contida nas mensagens das FALN nada mais foi que: Patriotas revolucionários de todo o mundo uni-vos!

III.1 Herança pecebista: o etapismo e as FALN

Analisando a concepção de luta da "Nova Esquerda", sobretudo da organização FALN, constatamos a influência que sobre ela teve o legado teórico da concepção revolucionária etapista do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Segatto, o projeto político revolucionário do PCB assumiu um nítido caráter nacional reformista, em total consonância com as diretrizes soviéticas, apontando cada vez mais para uma aliança de classe, principalmente com a burguesia nacional. Anteriormente citada, essa concepção ficou conhecida como "etapismo", para a qual a revolução socialista deveria ser precedida por etapas evolutivas, como, por exemplo, a etapa democrático-burguesa ou revolução democrático-nacional.¹⁰⁴ No período anterior ao golpe de Estado de 1964, o PCB propunha, para o processo revolucionário que visualizava, a via pacífica secundarizando a via armada. Prova disto é a Declaração de Março de 1958, seguida pela Resolução do V Congresso de 1960. Essa concepção de luta pacífica, dentro da legalidade existente, era contestada por parte da esquerda nacional antes

¹⁰³ Processo 198/69 STM Vol 02 fl. 460 (ênfase desta pesquisa)

do golpe de Estado, como foi o caso de Francisco Julião com as Ligas e do PC do B, que rompem com o Partidão e propõem a luta armada desconsiderando a etapa institucional tida como revolução nacional-burguesa ou nacional-democrática.

Divergindo das políticas adotadas pelo PCB, a Nova Esquerda concebeu a violência armada como única forma de luta em busca da transformação político-social. Entretanto, acreditamos que nestas organizações, particularmente nas FALN, permaneceram resquícios pecebistas em sua estratégia de luta. Se as mudanças nas ações eram nítidas, o mesmo parece não ter ocorrido na teoria deste "novo" grupo. O etapismo defendido pelo PCB e criticado por parte da Nova Esquerda, principalmente como sendo "reboquismo" à burguesia nacional, permaneceu no pensamento de uma parcela considerável destas organizações armadas que propugnava, na sua retórica, novos métodos prático-teóricos na luta pela transformação político-social.

Nas entrevistas realizadas com os ex-ativistas das FALN, a unanimidade corrobora que, na época, a principal preocupação era com o regime autoritário de base militar, concebendo as desigualdades sociais como fruto do próprio regime instaurado. O conflito de classes não fora priorizado. Para eles, a ausência da democracia levava àquele estado de coisas, barrando as reivindicações e as freqüentes conquistas populares e trabalhistas que se utilizavam dos canais de luta política pacífica.

O depoimento do ex-militante Paulo Otávio de Azevedo Júnior abona esta idéia: "Eu não tinha conhecimento teórico nenhum, eu era contra a ditadura, queria derrubá-la a qualquer custo, mas, via de regra, nunca pude me considerar

¹⁰⁴ SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

um marxista, nem entendia direito o que era o socialismo..."¹⁰⁵ Como quase em todos os depoimentos concedidos por militantes, percebe-se neste o voluntarismo do ativista, sua disposição no combate ao regime militar instaurado, porém, sem almejar necessariamente uma mudança do sistema capitalista para o socialista. Com exceção de algumas lideranças, essa característica parece ter predominado em quase todos os militantes jovens da Nova Esquerda que, no primeiro momento, engajavam-se na luta armada revolucionária. Para a maioria, o inimigo principal era a ditadura civil-militar e não o sistema capitalista em si com sua classe social privilegiada. O regime e o Estado militarizado eram mais visíveis. No caso específico das FALN, seus membros eram muito jovens, a maioria secundaristas sem qualquer participação política organizada anterior, e não dispunham de um arcabouço teórico que fundamentasse outra concepção de luta, além do voluntarismo e o imediatismo armado contra a nova ordem estabelecida. Este foi o caso típico do referido depoente, Paulo Otávio, que, posteriormente à gravação da entrevista, assinalou: "Eu era um verdadeiro 'tarefista'", isto é, supunha-se que ele cumpria tarefas determinadas pela organização, com pouco ou quase nenhum questionamento. A própria "célula de inteligência", como foi denominada a célula dirigente da organização FALN, que planejava e determinava as operações, composta basicamente por dissidentes jovens do PCB, não enfatizava o capitalismo como inimigo primordial. As fardas e a opressão eram mais visíveis que a classe dominante e seu complexo sistema de exploração.

¹⁰⁵ Paulo Otávio de Azevedo Júnior (entrevista N.º 17)

O ex-líder das FALN, Vanderley Caixe, ativo membro do PCB nas bases estudantis, disse em depoimento: "Nossa luta era, acima de tudo, contra a ditadura militar e o imperialismo, o resto seria consequência desta luta"¹⁰⁶

O rompimento com o partido de origem deu-se efetivamente em termos da aplicação tática e não pela total divergência na concepção estratégica. Ao contrário do que propugnava o PCB, para a grande parte da Nova Esquerda a luta armada era inadiável, devendo ser deflagrada imediatamente a qualquer custo. Notamos, principalmente nas entrevistas realizadas, o predomínio do pensamento de que a experiência concreta mostraria o caminho correto.

Mas a luta armada revolucionária não significava necessariamente "revolução socialista". A pretensa guerra civil deveria assumir impreterivelmente o caráter de luta de libertação nacional, ao molde cubano, objetivando o fim do autoritarismo de um governo títere e da dominação do capital estrangeiro. A etapa socialista, pouco discutida, viria depois quase como uma consequência desta luta nacionalista. Apesar de considerar a violência armada revolucionária como única forma de derrotar o regime autoritário, constatamos que os "comunistas" das FALN não chegaram a discutir efetivamente a mudança do sistema capitalista. Essa característica também é notada na mais importante organização guerrilheira que existiu no Brasil, a ALN (Ação Libertadora Nacional) de Carlos Marighella, entre outras existentes no mesmo período. Nos documentos de discussão da ALN¹⁰⁷, observou-se que os discursos de Marighella eram sempre voltados contra o autoritarismo do regime, sendo que a própria palavra "socialismo" não aparece impressa, quando muito surge a expressão "anticapitalista". Tanto a concepção

¹⁰⁶ Vanderley Caixe (entrevista N.º 19)

das FALN como da ALN entre outras organizações, apesar de muito valorizar todos os tipos de práticas armadas, entre elas o terrorismo revolucionário, pode ser considerada, pela sua concepção estratégica, como um "etapismo reciclado", pois conclamava todas as forças nacionais sob hegemonia do proletariado, incluindo a própria burguesia brasileira, contra o que seria o inimigo comum: o regime autoritário de base militar a serviço da oligarquia nacional e do imperialismo estadunidense. Embora armada, a etapa de revolução nacional, congregando inúmeras forças patrióticas extra classe social, é o claro sinal de permanência do resquício pecebista nesta "nova" corrente política.

Constatamos que a hipótese de vanguarda não plena, ou seja, a não ruptura total de parte da Nova Esquerda, particularmente as FALN, com a concepção de luta etapista do PCB, encontrou reforços nas falas dos entrevistados, entre a escassa documentação programática interna existente e, obviamente, nas próprias siglas ou nomes de parte destas organizações, como exemplifica claramente o grupo em questão, as Forças Armadas de *Libertação Nacional* (FALN).

No projeto revolucionário das FALN preponderou a luta armada, o que diferiu parcialmente da proposta pecebista, porém apontou para a etapa nacional-burguesa que visou à união de todas as forças nacionais extra classe social contra o regime autoritário e a associação da oligarquia nacional com o imperialismo estadunidense. A busca pelo socialismo, quando discutida, ficaria para a etapa posterior à tão necessária etapa de *libertação nacional*. Esta concebida, prioritariamente, como necessária não só pelas FALN, mas pela grande maioria da

¹⁰⁷ REIS FILHO. Daniel Aarão & SÁ. Jair Ferreira de. (org.). *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1995

Nova Esquerda nacional e internacional na sua jornada em busca da mudança social.

III.2 Os protagonistas (Carbonários do século XX)

Os carbonários, integrantes de sociedades secretas revolucionárias, surgiram nos primeiros anos do século XIX na península itálica e, apesar de menor ocorrência, ramificaram-se pela Europa continental. Na futura Itália, combatiam a tirania papal e o imperialismo austro-húngaro. Atuaram nas revoltas de 1820 em Nápoles; 1821 em Piemonte e 1831 na Emília Romagna, todas estas aniquiladas. Inúmeras sociedades carbonárias foram dizimadas com prisões e requintes de crueldade, entre eles tortura e a pena capital através da considerada moderna decepção por guilhotina. Isolados das massas pela intensificação do terror governamental, os carbonários foram derrotados não só na península, mas em todo o continente, sendo aniquilados pela repressão ou desagregados pelos rompimentos e dissensões internas.¹⁰⁸ De maneira análoga, isso aconteceu com os “companheiros”¹⁰⁹ das organizações revolucionárias no Brasil do século XX. Os integrantes das FALN, semelhante ao que ocorreu em todo o país, com a opção pela luta armada imediata, isolaram-se das grandes massas que, intimidadas pelo terror do autoritarismo, dificilmente entendiam o porquê de sua luta.

¹⁰⁸ SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980. p 9-11;300.

¹⁰⁹ Além do pseudônimo, a designação “companheiro” também foi amplamente utilizada por militantes da esquerda clandestina no Brasil, como medida de segurança.

Diferentemente dos protagonistas de organizações como a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares) entre outras, os "carbonários" mais expressivos das FALN não desagregaram-se¹¹⁰, permanecendo no grupo até o seu desmantelamento pela polícia. Tampouco houve uma tentativa de reorganização, pois os principais quadros de militância foram presos com a “queda”¹¹¹ do agrupamento. “Nós entendíamos que a Inteligência seria o ponto final”¹¹² - enfatiza Vanderley Caixe. “A ‘Base de Inteligência’, cuja missão era de efetuar levantamentos, planificar assaltos, dirigir e esquematizar as demais operações do grupo”¹¹³, encontra-se registrada no único processo movido contra as FALN, assim como os demais quadros da organização. O grupo caía, os contatos acabavam e os militantes foram vendo ruir sonhos que alimentaram durante muito tempo. A maioria dos membros das FALN foram detidos e presos por tempo variado. Jacob Gorender refere-se a eles quando narra sua experiência no Presídio Tiradentes. Diz que ali encontrou velhos amigos, mais que a maior parte das pessoas na cela integravam as Forças Armadas de Libertação Nacional de Ribeirão Preto. Como a organização distribuía exemplares do jornal *O Berro*, o autor afirma que “a polícia misturou de cambulhada assinantes do jornal com militantes ativistas, o que ampliou o círculo de supostos implicados após as

¹¹⁰ Talvez por uma questão de tempo, pois agudas discordâncias entre os membros evidenciavam-se, como demonstram as entrevistas gravadas.

¹¹¹ “Queda” – Do jargão da esquerda brasileira, refere-se à prisão de algum militante ou o conhecimento de sua identidade pela repressão. O termo também é referente ao desbaratamento de “aparelhos” ou da própria organização clandestina. Exemplo: Com a “queda” da Base de Inteligência, o grupo “caiu” por completo.

¹¹² Vanderley Caixe (entrevista N.º 19)

¹¹³ Processo 198/69 vol. 03 fls 914/915

primeiras prisões no final de 69.”¹¹⁴ Fato que realmente aconteceu como pudemos constatar nas entrevistas realizadas e no processo STM 198/69.

No livro *Tiradentes, um presídio da ditadura*, organizado por Alípio Freire e outros organizadores, encontram-se depoimentos de três ex-presos políticos envolvidos nas atividades das FALN: Silvio Rego Rangel, Vicente Alessi Filho e Guilherme Simões Gomes, este último nega ter sido quadro militante do grupo, alertando para sua idade, 55 anos, e a idade média dos membros da organização, 21 anos, e dizendo que: “...era hábito meu ajudar quando solicitado, e a causa dos que lutavam contra a ditadura me parecia, quase sempre, justa.”¹¹⁵ Os depoimentos no livro são eloqüentes relatos da chegada ao presídio, a vida, o cotidiano na prisão, as rotinas, passatempos e expectativas no cárcere até a liberdade. Liberdade esta que, paradoxalmente, chegou a causar medo e tristeza em Silvio Rego Rangel naqueles tempos de incertezas.¹¹⁶

Constatamos que 179 pessoas, entre elas acusadas e testemunhas, foram chamadas na construção do processo 198/69, sendo 125 indiciadas. A um número aproximado chega Marcelo Ridenti quando afirma que “pelo menos cem pessoas foram presas e 49 processadas na apuração das atividades das FALN.”¹¹⁷ Em novembro de 1969, no Quartel da Polícia Militar, no cruzamento da rua Sete de Setembro com a rua São Sebastião, centro de Ribeirão Preto, 37 pessoas com prisão preventiva decretada, entre elas duas mulheres, madre Maurina e Áurea Moretti, foram encaminhadas para o DEOPS (Departamento Estadual de Ordem

¹¹⁴ GORENDER, op. cit. p 220.

¹¹⁵ FREIRE, Alípio. (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.p 175/176

¹¹⁶ Idem. Ibidem. p 161

¹¹⁷ RIDENTI, op.cit p. 223

Política e Social) na cidade de São Paulo e, após a identificação, enviadas ao Presídio Tiradentes, onde muitas passariam alguns anos de suas vidas.

Sabe-se que nem todos os militantes efetivos foram processados e nem todos os processados pertenciam diretamente aos quadros organizacionais. Nossos carbonários dos anos 60 do século XX serão discriminados a seguir, de acordo com o número de processados, com ênfase para os militantes mais destacados ou ativos do agrupamento. Os critérios utilizados para este destaque foram os mesmos usados na definição do banco de dados orais, ou seja, as notícias da imprensa, as informações do documento oficial e, por fim, as entrevistas que, na maioria das vezes, neste aspecto, condizem com as informações das fontes escritas.

O jornal *Folha de São Paulo* de 14 de novembro de 1969 na página 06 registrou que,

Além de Vanderlei Caixe, faziam parte da cúpula da organização terrorista, denominada “FALN”, Áurea Moretti (“Maria, Ana e ainda Amélia”). Luiz Gonzaga da Silva, “Rui”, Mário Lorenzato, “Antônio”, Mário Bugliani, “João”, Silvio Rego Rangel, “Simão” ou “Sérgio”, José Ivo Vanuchi, “Lucas”, Mauro Rosa Mosca, Guilherme Simões Gomes e a madre superiora do “Lar Sant’ana”, Maurina Borges da Silveira.

Com exceção de madre Maurina, que não pertencia à “cúpula” da organização, constatamos que os acusados neste jornal tiveram participação de fato nas atividades praticadas pelas FALN. Relacionamos, em ordem alfabética, os 49 processados, descrevendo a participação de alguns militantes aparentemente mais expressivos, veja a seguir:

01	Nome: Agostinho Muniz Batista	N.ºfl. Processo: 00131
	Pseudônimo: Ernesto	Idade na ocasião da “queda”: 20 anos
	Natural de: Serrana	Residia em: Sertãozinho
	Instrução: Primária	Profissão: Lavrador

Este integrante ajudou nas ações realizadas na cidade de Sertãozinho e participou de treinamentos nos campos de guerrilha, onde permaneceu acampado por aproximadamente 40 dias.

*02	Nome: Antônio de Pádua Silva	N.ºfl. processo: 00097
	Pseudônimo: Padinha	Idade na ocasião da "queda ": 24 anos
	Natural de: Franca	Residia em: Franca
	Instrução: Universitária	Profissão: Professor

03	Nome: Antônio Galvão Sacagnhe	N.ºfl. Processo: 00201
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 34 anos
	Natural de: Santa. Rosa de Viterbo	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Primária	Profissão: Func. Público Municipal

04	Nome: Antônio Inocêncio Gomes	N.ºfl. Processo: 00055
	Pseudônimo: Mateus	Idade na ocasião da “queda”: 46 anos
	Natural de: Ituverava	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Primária	Profissão: Jornaleiro

Antigo membro do PCB, acabou integrando-se às FALN, era proprietário de uma banca de jornal e revista que fora utilizada como "aparelho" de contato. Participou da expropriação à pedreira municipal de Ribeirão Preto em outubro de 1969.

05	Nome: Aristóteles Francisco Fagundes	N.ºfl. Processo: 00114
	Pseudônimo: Teles	Idade na ocasião da “queda”: 28 anos
	Natural de: Conceição Aparecida - MG	Residia em: Sertãozinho
	Instrução: Primária	Profissão: Lavrador

Atuou na cidade de Sertãozinho, realizando pichações e explosões de bombas panfletárias.

06	Nome: Artur Adolfo Parada	N.ºfl. Processo: 00182
	Pseudônimo: Tuleca	Idade na ocasião da “queda”: 19 anos
	Natural de: São Joaquim da Barra	Residia em: São Joaquim da Barra
	Instrução: Secundária	Profissão: Estudante

Membro do grupo em São Joaquim da Barra e, posteriormente, passou a ser contato na cidade de São Paulo.

07	Nome: Áurea Moretti	N.ºfl. Processo: 00033
	Pseudônimo: Maria	Idade na ocasião da “queda”: 24 anos
	Natural de: São Joaquim da Barra	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Universitária	Profissão: Estudante

Encarregada da "Base de Apoio Logístico", cujas tarefas, além de divulgação dos jornais e aulas de primeiros socorros, era de obter apoio e novos militantes, alimentos, medicamentos, transportes, roupas, dinheiro e calçados.

08	Nome: César Marcelino da Silva	N.ºfl. Processo: 00069
	Pseudônimo: Célio	Idade na ocasião da “queda”: 18 anos
	Natural de: São Joaquim da Barra	Residia em: São Joaquim da Barra
	Instrução: Secundária	Profissão: Func. Público Municipal

Treinou no campo de guerrilha e participou da operação de seqüestro que foi desbaratada pela polícia no dia 18 de outubro de 1969.

*09	Nome: Cleómenes de Paula Ribeiro	N.º fl.Processo: 00551
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 25 anos
	Natural de: Claraval – MG	Residia em: Franca
	Instrução: Universitária	Profissão: Vendedor de livros

10	Nome: Djalma Quirino de Carvalho	N.ºfl. Processo: 00049
	Pseudônimo: Márcio	Idade na ocasião da “queda”: 20 anos
	Natural de: São Joaquim da Barra	Residia em: São Joaquim da Barra
	Instrução: Secundária	Profissão: Func. Público Municipal

Elemento vinculado à "Base Rural", participou de treinamentos nos campos de guerrilha e fez parte da operação de seqüestro que foi frustrada pela repressão.

Enquanto esteve acampado, escreveu uma espécie de “diário da guerrilha” que foi apreendido pela polícia logo após a “queda”.

11	Nome: Edson Bullamah	N.º fl.Processo: 00207
	Pseudônimo: Bidu	Idade na ocasião da “queda”: 33 anos
	Natural de: Ribeirão Preto	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Universitária	Profissão: Vendedor

12	Nome: Ekson Parada Prócida	Nºfl.Processo: 00175
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 20 anos
	Natural de: São Joaquim da Barra	Residia em: São Joaquim da Barra
	Instrução: Universitária	Profissão: Professor

Atuou em São Joaquim da Barra sendo, posteriormente, elemento de contato na cidade de Santos.

13	Nome: Fernando Antônio Tremeschin	N.º fl.Processo: 01208
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 21 anos
	Natural de: Ribeirão Preto	Residia em: Rio Claro
	Instrução: Universitária	Profissão: Estudante

Acusado de ter participado na difusão do jornal *O Berro* e em pichações em Ribeirão Preto.

14	Nome: Flávio Poltronieri	N.º fl.Processo: 00226
	Pseudônimo: Geremias	Idade na ocasião da “queda”: 22 anos
	Natural de: Aramina	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Secundária	Profissão: Comerciante

Membro do grupo, foi responsável pela construção de aparelhos transceptores de rádio.

15	Nome: Francisco Alves Reis Filho	N.ºfl. Processo: 00832
	Pseudônimo: Chico Branco ou Careca	Idade na ocasião da “queda”: 36 anos
	Natural de: Jardinópolis	Residia em: Pitangueiras
	Instrução: Primária	Profissão: Lavrador

16	Nome: Francisco Jorge	N.º fl. Processo: 00212
	Pseudônimo: Paco	Idade na ocasião da “queda”: 54 anos
	Natural de: Jaú	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Primária	Profissão: Comerciante

17	Nome: Francisco Marques Ponce	N.º fl. Processo: 00811
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 33 anos
	Natural de: Ribeirão Preto	Residia em: Sertãozinho
	Instrução: Primária	Profissão: Tratorista

18	Nome: Geraldo Nascimento	N.º fl. Processo: 00119
	Pseudônimo: Geraldinho	Idade na ocasião da “queda”: 24 anos
	Natural de: Jardinópolis	Residia em: Sertãozinho
	Instrução: Primária	Profissão: Lavrador

Ligado à "Base Rural", ficou acampado no campo de treinamento de guerrilha.

19	Nome: Guilherme Simões Gomes	N.º fl. Processo: 00060
	Pseudônimo: Dr. José	Idade na ocasião da “queda”: 55 anos
	Natural de: Ribeirão Preto	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Universitária	Profissão: Prof. Catedrático de odontologia

Apesar de negar ser quadro efetivo do grupo, contribuiu financeiramente, tendo também participado em algumas das tarefas de abastecimento dos campos de treinamento, fazendo transportes com um automóvel de sua propriedade.

20	Nome: Heleno Martins	N.º fl. Processo: 00079
	Pseudônimo: Mauro	Idade na ocasião da “queda”: 22 anos
	Natural de: São Joaquim da Barra	Residia em: São Joaquim da Barra
	Instrução: Secundária	Profissão: Bancário

21	Nome: Hélio Geraldo Freitas	N.º fl. Processo: 00105
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 22 anos
	Natural de: Nova Europa	Residia em: Sertãozinho
	Instrução: Primária	Profissão: Lavrador

22	Nome: João Carlos Nicolau	N.ºfl. Processo: 00044
	Pseudônimo: Cláudio	Idade na ocasião da “queda”: 20 anos
	Natural de: São Joaquim da Barra	Residia em: São Joaquim da Barra
	Instrução: Primária	Profissão: Escriturário

Participou da expropriação de material explosivo da pedreira municipal de Ribeirão Preto.

23	Nome: João Estevão Martins	N.ºfl. Processo: 00247
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 36 anos
	Natural de: Taiuva	Residia em: Bebedouro
	Instrução: não consta	Profissão: Lavrador

Acusado pela polícia de ter participado em treinos de tiros com militantes do "grupo do Marighella" e detonado, no município de Bebedouro, uma bomba enviada pelas FALN.

24	Nome: José Adolfo Carneato	N.ºfl. Processo: 00778
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 21 anos
	Natural de: Orlândia	Residia em: São Joaquim da Barra
	Instrução: Primária	Profissão: escriturário

25	Nome: José Geraldino Machado Teles	N.ºfl. Processo: 00093
	Pseudônimo: Eugênio	Idade na ocasião da “queda”: 19 anos
	Natural de: Ipuã	Residia em: São Joaquim da Barra
	Instrução: Secundária	Profissão: Escriturário

Era matriculado no tiro de guerra de São Joaquim da Barra, foi acusado de fazer levantamento naquela repartição militar para posterior assalto.

26	Nome: José Guido Fidelles de Oliveira	N.ºfl. Processo: 00196
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 25 anos
	Natural de: Sacramento - MG	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Primária	Profissão: Mecânico

Era o contato do grupo dentre os operários da Cervejaria Antártica.

27	Nome: José Ivo Vannuchi	N.ºfl. Processo: 00038
	Pseudônimo: Lucas	Idade na ocasião da “queda”: 20 anos
	Natural de: Sorocaba	Residia em: São Joaquim da Barra
	Instrução: Universitária	Profissão: Func. Público Municipal

Era ativo integrante da "Inteligência" e participou, entre outras, da expropriação à pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

28	Nome: José Mendes de Souza Júnior	Nº fl.Processo: 00084
Pseudônimo: Marcelo		Idade na ocasião da “queda”: 19 anos
Natural de: Ipuã		Residia em: São Joaquim da Barra
Instrução: Secundária		Profissão: Sapateiro

29	Nome: Leila Bosqueto	Nº fl.Processo: 00151
Pseudônimo: Amélia		Idade na ocasião da “queda”: 22 anos
Natural de: Ribeirão Preto		Residia em: Bauru
Instrução: Universitária		Profissão: Estudante

Envolvida afetivamente com um militante do grupo, seria contato da organização na cidade de Bauru, município onde estudava. Era namorada do "ex-quase-futuro guerrilheiro"¹¹⁸ Djalma Quirino de Carvalho.

30	Nome: Luiz Carlos Henrique Fernandes	Nº fl. Processo: 00269
Pseudônimo: Valter		Idade na ocasião da “queda”: 22 anos
Natural de: Franca		Residia em: Franca
Instrução: Primária		Profissão: Escriturário

31	Nome: Luiz Gonzaga da Silva	Nº fl.Processo: 00156
Pseudônimo: Rui		Idade na ocasião da “queda”: 21 anos
Natural de: Ribeirão Preto		Residia em: Sorocaba
Instrução: Secundária		Profissão: Viajante Propagandista

Ativo membro da organização, vinculado à "Inteligência", foi responsabilizado pela fabricação e detonação de bombas panfletárias. Posteriormente foi contato da organização em outra cidade paulista.

¹¹⁸ CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998. p. 96. O autor utiliza esta denominação em alusão a uma guerrilha que nunca começou. Observa-se que, no caso das FALN, não houve nenhum confronto bélico direto com as forças da repressão. Entretanto tornar-se-á necessário verificar um trecho da entrevista realizada com o professor Victor Scotti. Diz ele: "... a guerrilha não é só tomar as armas e trocar tiros com a polícia. Guerrilha é uma organização de resistência, é fazer trabalho de massa, é organizar os companheiros de trabalho, etc." in BOTOSSO, Marcelo et al. *Entrevista Prof.º Dr.º Victor Scotti da Università di Trieste e pesquisador do Instituto do Risorgimento italiano de Milão-Itália*, in *Estudos de História*, v.5, n.1,p.9-18, Franca, 1998.

32	Nome: Maginho Agostinho Pinto	Nº fl. Processo: 00252
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 53 anos
	Natural de: Viradouro	Residia em: Pitangueiras
	Instrução: Primária	Profissão: Lavrador

33	Nome: Magno Dadonas	Nº fl. Processo: 00314
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 31 anos
	Natural de: Claraval – MG	Residia em: São Paulo
	Instrução: Secundária	Profissão: Repórter

34	Nome: Mário Bugliani	Nº fl. Processo: 00006
	Pseudônimo: João	Idade na ocasião da “queda”: 29 anos
	Natural de: Orlândia	Residia em: Sertãozinho
	Instrução: Primária	Profissão: Lavrador

Com o título de "Capitão", era encarregado da "Base Rural". Arregimentou vários trabalhadores rurais, treinou nos campos de guerrilha e participou, entre outras, da operação de seqüestro que foi desmantelada pela polícia.

35	Nome: Mário Lorenzato	Nº fl. Processo: 00257
	Pseudônimo: Antônio	Idade na ocasião da “queda”: 29 anos
	Natural de: Ribeirão Preto	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Universitário	Profissão: Func. Público Municipal

Membro da "Base de Inteligência", teve atuação direta com o líder Vanderley e com Áurea Moretti. Foi encarregado do "aparelho" no Lar Santana e participante da expropriação da pedreira. Fazia contatos com padres, divulgando o jornal *O Berro* e outros manifestos da organização. Dos detidos, Lorenzato seria o último. Sem perspectiva de uma vida legal, entregou-se à polícia de Ribeirão Preto.

36	Nome: Maurina Borges da Silveira	Nº fl. Processo: 00274
	Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 45 anos
	Natural de: Perdizes - MG	Residia em: Ribeirão Preto
	Instrução: Superior	Profissão: Religiosa

Era madre superiora da instituição religiosa Lar Santana, seu envolvimento foi um caso específico e, merecendo mais detalhes, será descrito e analisado à parte em um subcapítulo.

37	Nome: Mauro Rosa Mosca	Nº fl.Processo: 00532
Pseudônimo: não consta		Idade na ocasião da “queda”: 25 anos
Natural de: Penápolis		Residia em: São Paulo
Instrução: Universitária		Profissão: Téc. Química Industrial

Talvez pela sua condição de técnico em química, fabricou e detonou bombas em Ribeirão Preto.

38	Nome: Nanci Marietto	Nº fl.Processo: 00077
Pseudônimo: Amélia		Idade na ocasião da “queda”: 21 anos
Natural de: Ribeirão Preto		Residia em: Ribeirão Preto
Instrução: Universitária		Profissão: Estudante

Iniciadora e propagadora do jornal estudantil *O Berro*. Por divergências táticas, desligou-se do grupo que produzia o jornal antes de ele se configurar como organização armada revolucionária. Seu pai, José Marietto, militante do PCB, envolveu-se com a ALN na célula de Ribeirão Preto. Com a "queda" das FALN e ação da Operação Bandeirantes (OBAN) na cidade e região, Nanci foi acusada de ser integrante da organização armada. Tentando provar sua inocência, o que não conseguiu, ficou por 3 anos na clandestinidade e posteriormente partiu para o longo, incerto e nostálgico exílio.¹¹⁹

¹¹⁹ Em entrevista Áurea Moretti disse que Nanci Marietto permanece no estrangeiro, Itália, até os dias atuais. Esta informação também foi confirmada por Antônio Giroto, ex-militante do PCB e, posteriormente, nas entrevistas realizadas com a própria personagem e seu pai. Também corrobora

39	Nome: Nelson Agenor Tonetto	Nº fl.Processo: 00025
Pseudônimo: Tadeu	Idade na ocasião da “queda”: 30 anos	
Natural de: Ribeirão Preto	Residia em: Ribeirão Preto	
Instrução: Primária	Profissão: Lavrador	

Membro efetivo. Era monitor de tiros e responsável pelo "aparelho" da chácara Bela Vista. Participou da expropriação na pedreira municipal e das preliminares da operação de seqüestro.

*40	Nome: Nelson José Japaula	Nº fl.Processo: 00034
Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 23 anos	
Natural de: Franca	Residia em: Franca	
Instrução: Secundária	Profissão: Supervisor de qualidade-Indústria	

41	Nome: Orpheu Tibério	Nº fl.Processo: 00191
Pseudônimo: Júlio	Idade na ocasião da “queda”: 32 anos	
Natural de: Ribeirão Preto	Residia em: Ribeirão Preto	
Instrução: Primária	Profissão: Operário	

Foi acusado de ser responsável por um "aparelho" e desviado ácido sulfúrico da Cervejaria Antártica para confecção de bombas.

42	Nome: Oscar dos Santos Nunes de Lima	Nº fl.Processo: 00537
Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 24 anos	
Natural de: Tiros – MG	Residia em: Ribeirão Preto	
Instrução: Primário	Profissão: Escriturário	

43	Nome: Paulo Antônio Faleiros Rocha	Nº fl.Processo: 00911
Pseudônimo: não consta	Idade na ocasião da “queda”: 19 anos	
Natural de: Patrocínio Paulista	Residia em: Franca	
Instrução: não consta	Profissão: Estudante	

44	Nome: Silvio Rego Rangel	Nº fl.Processo: 00163
Pseudônimo: Simão	Idade na ocasião da “queda”: 20 anos	
Natural de: São Paulo	Residia em: Ribeirão Preto	
Instrução: Secundário	Profissão: Estudante	

esta informação a entrevista gravada com Nanci, realizada por Denise Rollemberg e Daniel Aarão Reis Filho em Roca Priora, Itália.

Era ativo militante da “Inteligência”. Participou da expropriação na pedreira e detonou várias bombas panfletárias em Ribeirão Preto. Passou a ser também elemento de contato da organização na cidade de São Paulo.

45	Nome: Walter Andrade	Nº fl.Processo: 00222
Pseudônimo: não consta		Idade na ocasião da “queda”: 39 anos
Natural de: Brodósqui		Residia em: Sertãozinho
Instrução: Primária		Profissão: Motorista

46	Nome: Valfredo Ramalho dos Santos	Nº fl.Processo: 00542
Pseudônimo: Valdir		Idade na ocasião da “queda”: 39 anos
Natural de: Limoeiro de Anadia – Al		Residia em: São Paulo
Instrução: Primária		Profissão: Distribuidor de livros

Acusado de contato na cidade de São Paulo e de manter ligação com outros grupos armados.

47	Nome: Vanderley Caixe	Nº fl.Processo: 00023
Pseudônimo: Pedro		Idade na ocasião da “queda”: 25 anos
Natural de: Ribeirão Preto		Residia em: Ribeirão Preto
Instrução: Universitária		Profissão: Estudante

Expulso do PCB e iniciador das FALN. Líder da organização, encaixado na "Base de Inteligência", participou da expropriação à pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto entre outras atividades. Foi responsabilizado pela realização de todas as atividades da organização e, conseqüentemente, a maior vítima de sevícias e maus-tratos.

48	Nome: Vergílio Massoneto	Nº fl.Processo: 00820
Pseudônimo: não consta		Idade na ocasião da “queda”: 31 anos
Natural de: Santa Cruz das Posses		Residia em: Sertãozinho
Instrução: não consta		Profissão: Lavrador

49	Nome: Vicente Alessi Filho	Nº fl.Processo: 00170
Pseudônimo: Magrão		Idade na ocasião da “queda”: 20 anos
Natural de: Piracicaba		Residia em: São Paulo
Instrução: Secundária		Profissão: Estudante

Foi integrante efetivo do agrupamento, encaixando-se na "Inteligência". Passou a ser contato na capital paulista e participou da expropriação na pedreira de Ribeirão Preto.

*Os Autos de Interrogatório e Qualificação, Informações sobre vida pregressa e Planilhas de Identificação de Antônio de Pádua Silva, Cleómenes de Paula Ribeiro e Nelson José Japaula encontram-se no corpo do processo 49/70 STM. Os mesmos, por insuficiências de provas, tiveram seus documentos trasladados para o último processo.

Cabe registrar que quase todos os integrantes com participação nas práticas das FALN, sejam eles da "Base de Inteligência, "Base Rural" ou da "Base de Apoio Logístico", também realizaram a difusão dos informativos impressos produzidos pelo agrupamento, em especial o jornal *O Berro*.

Analisando os dados pessoais dos relacionados acima e com o auxílio da bibliografia consultada, particularmente o livro *O fantasma da revolução brasileira*¹²⁰, notamos que as FALN se destacaram em 3 aspectos básicos por percentual de processados em relação às organizações da esquerda armada no Brasil dos anos 60 e 70 do século XX. O primeiro aspecto é a elevada taxa de indivíduos com menos de 25 anos de idade. São 30 pessoas, correspondendo a 61% do total de processados. O segundo é o alto percentual de estudantes

¹²⁰ RIDENTI, op. cit.

secundaristas, característica incomum nas organizações da esquerda armada, são 12 estudantes que correspondem a 24% dos 49 indivíduos processados.

O terceiro e possivelmente o mais característico aspecto das FALN, em relação aos outros grupos da esquerda armada brasileira, é a quantidade de trabalhadores rurais processados. Redenti registra que 9 militantes das FALN foram processados como lavradores.¹²¹ Entretanto, pesquisando diretamente o processo 198/69 do Superior Tribunal Militar, único movido contra esta organização, constatamos que 11 (e não 9) trabalhadores rurais foram processados neste grupo, correspondendo a 22% do total de seus processados. Apesar do número se elevar em relação ao apontado por Ridenti, que utilizou como fonte básica o processo *Brasil: Nunca Mais* número 65, esta constatação apenas reafirmou tal característica peculiar da organização autóctone FALN.

Apesar de a maioria das organizações clandestinas brasileiras concordar, pelo menos retoricamente, com "Che" Guevara e Régis Debray na necessidade e na viabilidade de implementar a tática de guerrilha no campo, apenas dois agrupamentos empregaram como forma de luta guerrilhas rurais propriamente ditas: o MORENA ou MNR (Movimento Nacional Revolucionário), articulação político-militar identificada com as formulações teóricas do líder trabalhista Leonel Brizola e o PC do B (Partido Comunista do Brasil), dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro) desde 1962. Na prática, ambos operaram aproximadamente dentro da concepção foquista, ou seja, prepararam focos guerrilheiros com militantes armados e treinados militarmente para combates irregulares, mas sem realizar um intenso *trabalho político* com as populações autóctones. Esta concepção de luta foquista evidencia-se no livro *Revolução na*

revolução? de Debray, que, por sua vez, se afasta do cerne da concepção guevarista, que exigia do guerrilheiro um eficiente trabalho político com a população como condição *sine qua non* para o êxito da revolução. O primeiro grupo, nitidamente foquista, o MNR, pareceu aos cubanos o grupo em que deveriam apostar. Através dos brasileiros exilados que se encontravam no Uruguai, os cubanos vincularam-se ao MNR, fornecendo vários tipos de apoio, incluindo treinamento tático de combate irregular. Este grupo operou aproximadamente 160 dias, em 1966/67, na Serra de Caparaó (que deu o apelido a esta guerrilha) também conhecida como Serra da Chibata, na linha limítrofe do Estado de Minas Gerais com o Estado do Espírito Santo, sendo rapidamente desmantelado pelas forças da repressão, antes mesmo de iniciar as atividades beligerantes para as quais estava-se preparando.¹²² O segundo grupo guerrilheiro, formado pelos militantes do PC do B, autoproclamado maoísta, entendendo teoricamente que a estratégia de luta mais eficaz para a situação era a de guerra popular prolongada, iniciou os combates no sul do Pará na região do rio Araguaia em 1972, forçosamente antes do prazo previsto. Apesar de algumas vitórias iniciais, esta guerrilha foi totalmente aniquilada já em 1974 pelas forças armadas regulares.¹²³

Embora operacional e estrategicamente rurais, tanto a guerrilha de Caparaó quanto a do Araguaia tinham como componentes, na esmagadora maioria de seus processados, indivíduos do meio urbano que se instalaram nas respectivas regiões para efetuarem as operações guerrilheiras. Em relatório sobre a luta no Araguaia, o comandante guerrilheiro Ângelo Arroyo registra que 11 elementos da população

¹²¹ RIDENTI, op. cit. p.222

¹²² REBELLO, Gilson. *A Guerrilha de Caparaó*, São Paulo: Alfa Ômega, 1980

local, portanto pessoas com supostas atividades agrárias, aderiram como combatentes e "uma boa parte da *massa*¹²⁴ realizou tarefas ligadas à atividade guerrilheira."¹²⁵ Entretanto, os dados do projeto *Brasil: Nunca Mais*, tabulados por Ridenti, registram que nos processos do PC do B, apenas 2 indivíduos são caracterizados como lavradores, correspondendo a 0,9% dos 233 com ocupação conhecida. O processo *Brasil: Nunca Mais* número 24, único que trata do MNR, registra que dos 17 militantes processados com ocupação conhecida, nenhum deles foi classificado como trabalhador do campo. Outro era o perfil das FALN, pois dos 49 indivíduos acusados e processados por envolvimento com as atividades da organização, 11 (22%) eram trabalhadores agrícolas ou assemelhados, sendo 10 classificados como lavradores e 1 como tratorista que trabalhava no município de Sertãozinho - SP, local de crescente cultura canavieira, como nos relatou em entrevista o ex-dirigente das FALN, Vanderley Caixe. A maioria destes trabalhadores rurais classificados vagamente no processo como lavradores, possivelmente eram assalariados do setor sucro-alcooleiro.

Este número, embora pequeno, caracteriza esta organização como aquela que possivelmente havia contado porcentualmente com o maior número de trabalhadores do campo entre os processados em suas fileiras.

¹²³ PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*, São Paulo: Global, 1979

¹²⁴ Destaca-se a expressão *massa* pois neste contexto ela é passível de uma reflexão. Não sendo objetivo desta pesquisa discutir tal emprego, a questão ficara aberta para novas contribuições.

III.2.1 O caso Madre Maurina

Maurina Borges da Silveira nasceu no dia 20 de junho de 1924, na pequena cidade de Perdizes, Estado de Minas Gerais. De pais humildes, Antônio Borges da Silveira e Francelina Teodora dos Santos, é a quinta filha de uma família de onze irmãos.

Cursou até o terceiro ano em escola estabelecida na zona rural onde morava, sendo encaminhada, aos 14 anos, para o Colégio São Domingos na cidade mineira de Araxá. Optou pela vida religiosa e em janeiro de 1942 entrou no Juvenato da Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição sediado no município de Araraquara, Estado de São Paulo, onde iniciou os seus estudos secundários na escola profissional. Prestou os exames de madureza ginásial e, em 1958, ingressou no curso da Escola Normal Particular Nossa Senhora do Sagrado Coração em Vila Formosa na capital paulista, concluindo-o em 1960.

Posteriormente ingressou na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Católica de Campinas, licenciando-se em Pedagogia no dia 20 de março de 1965. Neste mesmo ano, lecionou na Escola Normal Particular Nossa Senhora de Lourdes no bairro Água Rasa, em São Paulo. No ano de 1966, foi nomeada mestra de noviças¹²⁶, sendo transferida para a Casa Provincial na cidade de Araraquara na qual permaneceu dois anos neste cargo.

¹²⁵ POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980 (Coleção Brasil Estudos; nº 2), p. 262.

¹²⁶"A mestra de noviças compete a formação das religiosas que se preparam para a profissão religiosa, exigindo-se que para este ofício se escolha a pessoa mais capacitada e aceita pelas irmãs." in Processo 198/69 vol. 03 fl.1105.

Sempre dedicada à religiosidade, em fevereiro de 1969, irmã Maurina foi designada para assumir a direção da Instituição Religiosa Lar Santana na rua Conselheiro Dantas em Vila Tibério, na cidade de Ribeirão Preto, local onde meninas abandonadas eram acolhidas e permaneciam em regime de internato e semi-internato. Quando assumiu a direção do Lar Santana, em substituição à irmã Neli, teve o primeiro contato com o MEJ (Movimento Ecumênico de Jovens ou Movimento Estudantil Jovem) que já se encontrava instalado naquele local, antes de sua chegada em início de 1969.¹²⁷

O MEJ, que tinha como presidente o jovem Mário Lorenzato, na época funcionário público municipal, promovia diversas atividades culturais e recreativas, além de participar das liturgias na capela da instituição e promover festas beneficentes, das quais parte do dinheiro arrecadado era destinado ao Lar Santana para auxiliar as obras assistenciais que lá se realizavam.¹²⁸

Madre Maurina foi convidada a participar da diretoria do MEJ, mas recusou devido às suas ocupações. Contribuiu, porém, cedendo alguns móveis e uma sala para as reuniões do grupo de jovens. Mais tarde, o MEJ também passou a exercer suas atividades no porão do Lar Santana, cuja chave de acesso ao cômodo, permaneceu em poder de Mário Lorenzato. Este, além de atuar no movimento de jovens no Lar Santana, militava nas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Lorenzato também utilizou a estrutura do MEJ no prédio do orfanato como "aparelho" da organização clandestina, guardando algumas armas, munições, víveres, medicamentos e, sobretudo, farta quantia de materiais para

¹²⁷Processo 198/69 vol. 10 fl.2846

¹²⁸Processo 198/69 vol. 10 fl.2844

propaganda oposicionista e guerrilheira, chegando a produzir, naquele local, o jornal *O Berro*, principal porta-voz do grupo.¹²⁹

Com aquiescência de madre Maurina, Lorenzato ainda conseguiu, em diversas oportunidades, auferir gêneros alimentícios cedidos pela Prefeitura Municipal e do próprio Lar Santana, recolhendo-os secretamente para o movimento armado.

Mas em meados do mês de outubro de 1969 a rotina do Lar Santana mudaria drasticamente. Lorenzato, que há muitos dias se ausentava das reuniões do MEJ, evidenciou-se nas páginas dos jornais como sendo procurado pela polícia, acusado de crime contra a Lei de Segurança Nacional. A atuação clandestina integral do presidente do MEJ no interior do Lar Santana, até então somente conhecida por Vanderley Caixe, líder das FALN, foi revelada distorcidamente à população pela polícia e a imprensa subserviente ao regime. Exemplo disso, entre outros, foi a publicação do jornal *Folha de São Paulo* dizendo que Mário Lorenzato formou um "aparelho" no Lar Santana com o consentimento de irmã Maurina.¹³⁰ Um jornal regional de 1997 publicou que:

Ela nega que tenha alguma vez pertencido a qualquer grupo de ação política e defende-se afirmando que quando assumiu a direção do Lar, já lá estava o tal grupo liderado por Mário Lorenzato do qual ela nada sabia, além das contribuições que ele dava aos pobres através do Movimento Ecumênico de Jovens (MEJ).¹³¹

¹²⁹ Mário Lorenzato (entrevista N.º 13)

¹³⁰ *Folha de São Paulo*, 14 nov. 1969, p. 6

¹³¹ ROCHA, Marcos "Tempos difíceis, Porões da Ditadura" in *Tribuna Ribeirão*. Ribeirão Preto, 10 mai. 1997, p. 13

Em entrevista, Lorenzato afirma que madre Maurina sabia da realização, no porão do Lar, de algum trabalho de imprensa que se opunha às injustiças praticadas pelo governo, mas não tinha nem noção da luta armada que as FALN preparavam como meio de ação prática contra o regime. Com efeito, Maklouf Carvalho confirma que "a rigor nada tinha a ver com o peixe (era, se tanto, uma discretíssima simpatizante)."¹³²

Quando tomou contato com as informações telefônicas e publicações jornalísticas a respeito do envolvimento de Lorenzato com o "terrorismo", a madre superiora do Lar Santana desesperou-se e, no intuito de evitar complicações de sua comunidade religiosa com a polícia, foi pessoalmente verificar as salas utilizadas por Lorenzato onde se realizavam as reuniões e os trabalhos do MEJ. No primeiro cômodo, usado exclusivamente pelos membros do MEJ, nada foi encontrado. Dirigiu-se então para o segundo, o porão, onde encontrou a porta trancada. Não conseguiu a chave, que estava em poder de Lorenzato, arrombou a porta e achou uma máquina de escrever, diversos pacotes de exemplares do jornal *O Berro* e outros manifestos políticos de oposição ao regime autoritário. Assustada, irmã Maurina concluiu que aquele material comprometeria o Lar Santana e, depois de algumas horas de reflexão acerca do problema, decidiu pela destruição dos informativos opositores.

Com o auxílio de "Tina"¹³³, levou os papéis para um buraco de incineração que foi aberto no quintal pelo pedreiro Pedro Degani, funcionário da prefeitura cedido ao Lar Santana. Depois de queimarem os papéis, irmã Maurina entregou à funcionária uma caixa de munição que encontrou juntamente com os manifestos,

¹³²CARVALHO, op. cit. p.91

¹³³Trata-se de Crizantina de Souza Germanos, funcionária encarregada da portaria do Lar Santana.

determinando que ela guardasse em outro local, o qual mais tarde foi revelado à polícia.¹³⁴ A máquina de escrever foi entregue, posteriormente, a Abraão Caixe Neto, também integrante do MEJ. Este, irmão de Vanderley Caixe, apesar do grau de parentesco, declarou à polícia não ter nenhum conhecimento do envolvimento de seu irmão, assim como o de Lorenzato, com o movimento armado que havia sido desbaratado pela polícia na cidade.¹³⁵ Passaram-se alguns dias e a polícia vasculhou as salas do MEJ e todas as outras dependências do Lar Santana, inclusive o claustro. Algum tempo depois, a polícia impediu a entrada de irmã Maurina no orfanato, dirigindo-a até uma delegacia de polícia de Ribeirão Preto. Foi nesse órgão oficial que a religiosa teve uma terrível e dolorosa constatação: o emprego sistemático de tortura como prática policial na obtenção de depoimentos, pois dois funcionários do Lar Santana eram cruelmente agredidos, sem ao menos saberem o porquê de tal brutalidade.

Sozinha em uma sala onde fora deixada, Maurina observou a existência de inúmeros instrumentos utilizados em torturas físicas, tais como vidros, uma barra de ferro, armas, cordas, além de uma máquina criada especificamente para a aplicação de choques elétricos. Após 30 minutos de isolamento, o silêncio da sala foi rompido pela entrada de dois agentes policiais, que desmascararam suas anteriores aparências gentis com frases como: "Fale senão vai apanhar". A partir daí, outras pessoas adentraram invectivamente ao recinto atribuindo-lhe atos criminosos e desonrosos, entre elas estava o delegado Sérgio Paranhos Fleury.¹³⁶ Este delegado, depois de muito injuriar a religiosa, dizendo que ela não era virgem e que faria nela um exame ginecológico, exigindo-lhe a confissão de ser

¹³⁴Processo 198/69 vol. 04 fl.1172

¹³⁵Processo 198/69 vol. 02 fl.642

comunista, socialista e amante de Mário, com a ajuda de outros policiais, colocou fios elétricos nos dedos da mão da interrogada para aplicar descargas elétricas que faziam rir os sádicos inquisidores. A sessão de tortura prolongou-se por várias horas. Antes do dia amanhecer, Maurina foi colocada em uma cela juntamente com Áurea Moretti, guerrilheira das FALN, que se encontrava gravemente ferida, como relatou a própria freira: "Ela não podia nem sentar nem deitar, pois estava toda machucada. Nas mãos e no rosto, eles não faziam nada, mas no resto do corpo sim. Não podia nem falar, comunicava-se só com gestos".¹³⁷ No dia seguinte foi transferida para a cadeia da cidade de Cravinhos, a 18 quilômetros de Ribeirão Preto, onde permaneceu 29 dias totalmente incomunicável.

Logo após as prisões, as suspeitas de sevícias e maus-tratos em madre Maurina e outras pessoas presas consideradas subversivas, entre elas leigos, religiosos e sacerdotes, foram levantadas por todas as partes. Na cidade de São Simão, aproximadamente 50 quilômetros de Ribeirão Preto, o padre Plínio Toldo solicitou publicamente aos fiéis para que orassem por uma irmã injustiçada que havia sido presa pela polícia.¹³⁸ Vários sacerdotes foram intimados a se apresentarem na Delegacia Seccional de Polícia para prestarem declarações. Acompanhados violentamente por investigadores armados, prestaram depoimentos cheios de chacotas e ironias por parte das autoridades policiais, sendo obrigados a assinarem as declarações sem o direito de lê-las, com a

¹³⁶Processo 198/69 vol. 10 fl.2845

¹³⁷"A Freira na Prisão" in *Folha de São Paulo*. 07 jul. 1998. 5º caderno. p.5

¹³⁸ Pe. Plínio Toldo foi indiciado pelo 2º Exército por ter acusado, em um sermão de casamento, o Exército Nacional de matar um padre de Pernambuco, além de se pronunciar a favor de irmã Maurina e receber panfletos da organização armada, contribuindo mensalmente com NCr\$ 15,00. Processo 198/69 vol.03 fl.927

agravante de que testemunhas que nem sequer haviam acompanhado os interrogatórios também assinaram os documentos.

Nenhuma comunicação oficial foi feita pelo delegado seccional e seus delegados adidos à autoridade arquidiocesana: "as tentativas de diálogo com aquelas Autoridades, por parte da Arquidiocese foram repelidas com ironias e ameaças de novas prisões."¹³⁹

Diante dessa situação, o arcebispo metropolitano, Dom Frei Felício César da Cunha Vasconcelos e o clero arquidiocesano de Ribeirão Preto tomaram a seguinte posição:

Depois de paciente reflexão e meditação, cumprimos também o nosso grave dever pastoral de lembrarmos que os mandantes de tais arbitrariedades já estão excomungados; excomunhão reservada ao Bispo, de acôrdo com a Legislação da Igreja, Código de Direito Canônico, cânon 2342, § 4. Diante de fatos evidentes, declaramos estarem incursos no referido cânon o dr. Renato Ribeiro Soares, Delegado Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, e o dr. Miguel Lamano, Delegado Adido de Ribeirão Preto.¹⁴⁰

A inédita e corajosa posição assumida pela Igreja teve repercussão em todo o país e no exterior como registrou Gorender: "...a penalidade canônica, noticiada pela imprensa, foi única no período ditatorial, quando tantos sacerdotes passaram pelo cárcere."¹⁴¹ D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo da capital paulista de 1973 a 1998, que também foi aluno do arcebispo de Ribeirão Preto, Dom Felício, disse que se empenhou na luta pelos direitos humanos a partir de ter tomado conhecimento das prisões e torturas sofridas por madre Maurina e pelos

¹³⁹DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Ribeirão Preto, 13 nov. 1969

¹⁴⁰Idem, ibidem

¹⁴¹GORENDER, op. cit.220

militantes das FALN em Ribeirão Preto.¹⁴² Em 1964 D. Paulo Evaristo Arns, juntamente com o alto comando da Igreja Católica no país, havia-se posicionado a favor do golpe militar, segundo informação de um jornal.¹⁴³

Mas se irmã Maurina, na condição de madre, não estivesse envolvida neste episódio, a Igreja Católica, particularmente D. Felício, tomaria esta austera posição? A repercussão dos fatos na grande imprensa nacional e internacional teria ocorrido da mesma maneira? Em entrevista, as palavras do padre João Ripoli foram claras na sua reflexão sobre essas questões:

Nem toda a Igreja era favorável ao regime. Havia as vozes contra e havia as vozes a favor. Mas quando se tomou uma posição em Ribeirão, foi uníssono. O Arcebispo teve o apoio total do clero, dos padres... A Igreja estava muito unida naquele momento porque era justamente o grupo da Áurea, madre Maurina, Lorenzato e outros mais, que estavam sendo torturados aqui, onde hoje é a secretária de segurança (...) Não se pode colocar que foi uma defesa da madre, porque até então ela era uma desconhecida. A condenação não deve ser entendida com relação a madre Maurina, como se fosse um interesse do clero ou das congregações etc. Era um interesse comum, pois as pessoas estavam sendo torturadas, não foi só a madre, foi a Áurea e outros tantos nomes. Ela teve repercussão no Brasil inteiro devido à inusitada posição, eminentemente cristã, de D. Felício.¹⁴⁴

Em novembro de 1969, o delegado seccional Renato Ribeiro Soares levou ao conhecimento da freira detenta, o mandado de prisão preventiva decretada, sendo removida ao DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e em seguida ao presídio Tiradentes na capital de São Paulo. Em fevereiro de 1970,

¹⁴²"A Freira na Prisão" op.cit.

¹⁴³ *Folha de São Paulo*, 07 jul. 1998, 5^o caderno, p. 7

¹⁴⁴ João Ripoli (entrevista N.º 8)

foi transferida à penitenciária feminina de Tremembé, que era cuidada por religiosas.

O caso Madre Maurina teve ampla notoriedade ao ser noticiado pela grande imprensa¹⁴⁵, momento em que, militantes da esquerda armada, utilizando-se de uma estratégia de propaganda e publicidade, incluíram a irmã numa lista de cinco pessoas que seriam trocadas pelo cônsul japonês Nobuo Okuchi. Este, seqüestrado em uma operação conjunta dos grupos armados VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e REDE (Resistência Democrática).

Em 1970, contra sua vontade, irmã Maurina partiu para o exílio no México, onde trabalhou em uma fazenda em atividades assistenciais com os trabalhadores rurais¹⁴⁶.

Maurina, que relutou até o fim em partir para o exterior, preferindo sempre provar sua inocência, conseguiu voltar ao Brasil somente no final dos anos 70, depois de longos anos distante de seu país de origem.

III.3 Ações

Na primeira metade do ano de 1967, as FALN, que já propagavam suas idéias em Ribeirão Preto, estenderam sua divulgação aos municípios adjacentes.

¹⁴⁵ A prisão de madre Maurina e os militantes da organização foi espetacularmente publicada na primeira página do jornal *O Estado de São Paulo* de 14 de novembro de 1969. O texto do jornal enfatizou a ação conjunta das polícias que conseguiu "prender os principais articuladores das FALN, dismantelando os 'aparelhos' e apreender armas, munições, farta literatura subversiva, bombas que seriam utilizadas em atentados e um rádio transmissor-receptor com possibilidade de alcance até a Ásia."

¹⁴⁶ Áurea Moretti Pires (entrevista N.º 3)

Cidades como Bebedouro, Pitangueiras e Sertãozinho, além de Ribeirão, foram palcos de pichações nas quais a conclamação à luta armada contra o regime autoritário era a tônica.

Textos, jornais e panfletos, impressos e mimeografados, foram distribuídos em várias cidades do Estado, chegando à capital paulista e à cidade mineira de Uberaba, onde os envolvidos, logo após a "queda", tiveram o seguinte parecer emitido pela delegacia regional de Minas Gerais:

...Apesar de suas tendências nitidamente esquerdistas, não passaram da intenção pois efetivamente não negam que são simpatizantes do Marxismo, porém, não participaram ativamente de nenhum atentado característico de terrorismo, ao passo que os elementos ligados ao grupo da cidade de Ribeirão Preto são de reconhecida periculosidade para a segurança nacional, terroristas e subversivos...¹⁴⁷

III.3.1 A propaganda foi a "arma" das FALN

Foi a partir da segunda metade de 1967 que as FALN partiram mais decididamente para suas ações ditas “revolucionárias”. Em semana comemorativa dedicada ao guerrilheiro Ernesto "Che" Guevara, a organização instalou diversas bombas panfletárias cujo objetivo era espalhar manifestos que homenageavam "Che" e conclamavam qualquer grupo a reagir violentamente contra o regime autoritário instaurado. As ações ocorreram em vários locais de Ribeirão Preto, sendo eles: na igreja dos Mórmons situada na rua São Sebastião, no 3º Batalhão da Polícia Militar na rua 7 de setembro, bem como nos cinemas Centenário, São

Paulo, Paratodos, Pedro II, São Jorge, Zenith e Suez, além do mercado e estação rodoviária Campos Elíseos e de uma suposta instalação em um posto de combustível próximo ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

A propaganda armada também se estendeu a duas cidades próximas de Ribeirão Preto. No mesmo dia e hora, em Sertãozinho, um pequeno grupo, dirigido por Mário Bugliani, explodiu bombas panfletárias nos cinemas e em uma praça pública da cidade. Em Pitangueiras, Maginho Agostinho Pinto determinou João Estevão Martins a detonar uma bomba panfletária no cinema. Porém, João Estevão, por falta de condições emocionais, a fez explodir na estação ferroviária de Bebedouro, cidade próxima àquela. As bombas detonadas, se não fosse o barulho, seriam quase imperceptíveis pois o seu poder de destruição era ínfimo, como observou Antônio Giroto: "soltaram umas bombicas que não fizeram coisa nenhuma, uns *traquinhos* que eles soltaram (...) só pra chamar a atenção, mas não foi com a intenção de incendiar nada não".¹⁴⁸

Necessitando angariar mais fundos, a organização, através do militante Lorenzato, elaborou um bônus estudantil cujo pretexto de venda era supostamente ajudar um congresso que seria realizado pela União Nacional dos Estudantes, a UNE¹⁴⁹. O bônus continha uma foto de "Che" Guevara e os seguintes dizeres: "Colaborei com a comissão de organização do 1º Congresso dos Estudantes Independentes", "Pela unidade política dos estudantes - unidos para a Libertação

¹⁴⁷Processo 198/69 vol. 07 fl. 1998

¹⁴⁸ Antônio Giroto (entrevista N.º 2) Giroto, ex-membro do PCB, também foi presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), agremiação de influência pecebista onde também atuavam, entre outros, os quadros estudantis do partido, entre eles o jovem estudante Vanderley Caixe.

¹⁴⁹ Mário Lorenzato (entrevista N.º 13) Foi o "clandestino" Congresso da UNE em Ibiúna, onde centenas de estudantes de todo o país foram presos, entre eles o jovem estudante ribeirão-pretano Leopoldo Paulino. A prisão de L. Paulino foi fotograficamente publicada pelos veículos da grande imprensa nacional. Nanci Marietto (entrevista N.º 14)

Nacional (Bônus pró-congresso)".¹⁵⁰ Vários talões do bônus foram produzidos clandestinamente na gráfica Santo Antônio pelo jovem gráfico Guilherme, amigo de Lorenzato. Entretanto, os proprietários desta gráfica, Divo Marino e sua esposa Anice, nada sabiam a respeito da confecção do bônus estudantil, realizada fora do horário de trabalho. Ainda assim, posteriormente ambos seriam indiciados por crime contra a Lei de Segurança Nacional.¹⁵¹ O referido bônus foi vendido, entre outras instituições estudantis, na faculdade Moura Lacerda, onde Lorenzato estudava.

Os trabalhos de arregimentação, sempre vinculados às ações de propaganda, eram realizados não só nas cidades, mas também nas zonas rurais dos municípios da região onde Mário Bugliani exercia o papel preponderante como encarregado da "Base Rural".¹⁵²

Sendo assim, no ano de 1969, o grupo armado instalou os campos de treinamentos dos pomposamente intitulados *Comandos do Exército Popular de Libertação Nacional*. O primeiro foi instalado em uma mata próxima à Fazenda Capão da Cruz, cuja área de treinamento foi devastada acidentalmente pelo fogo que se alastrou por entre a vegetação nativa. Em seguida instalou-se o segundo campo nas matas da Fazenda Boa Vista, no distrito Guatapará, que operou até o desmantelamento da organização.

Ambos os campos de guerrilha foram entregues a Bugliani, que recebeu o título de "Capitão"¹⁵³ para executar, juntamente com outros integrantes, treinamentos de subsistência, tiros, mapeamento de estradas, atalhos e trânsito de

¹⁵⁰Processo 198/69 vol. 03 fl. 794

¹⁵¹ Divo Marino (entrevista N.º 4)

¹⁵²Processo 198/69 vol. 03 fl. 861

pessoas, entre outras ações. Os campos também eram abastecidos por Áurea Moretti com o auxílio do professor Guilherme Simões Gomes, quem utilizou o seu veículo automotor como meio de transporte de militantes, medicamentos e outros suprimentos de campanha. Em entrevista, Guilherme relata:

Eu fui procurado pela Áurea, que na época era estudante de enfermagem na USP, universidade na qual eu dava aula, e ela disse: "Professor, nós estamos fazendo um movimento de assistência, trabalhando com gente pobre, nas fazendas, na região do distrito Guatapará e estamos precisando levar umas coisas para lá. Será que dava para o senhor levar comigo, com o seu automóvel? Eu disse: "Claro, não há problema algum e o que você vai levar?" Ela respondeu: "Nós vamos levar alimento, roupa e até gostaria de saber se a sua senhora pode contribuir, a madre Maurina está arrumando arroz, feijão, mantimento para a turma."

Indo para Guatapará, antes de chegar em Guatapará, em torno da mata Santa Tereza, eu deixei eles ali, como pediram, mas ninguém estava armado, não tinham nada, e voltei.

Passaram uns dias, ela pediu para que eu tornasse a levá-la pois tinha que entregar mais comida, etc. Ela até pediu para que eu arrumasse alguns remédios e roupas usadas. Eu andei pedindo para uns médicos essas medicações mais usuais, mais comuns. E fomos. Eu fui acho que 3 ou 4 vezes e na quarta vez é que eu vi a arma. A Áurea vinha embora para a cidade. Eu vi a arma com eles. Ela disse: "O pessoal daqui vai para a mata de Sertãozinho, dá para o senhor levar a gente?" Disse que não tinha problema, e fui, inclusive minha família sabia que eu estava fazendo isso, não tinha problema nenhum. Quando eu cheguei lá, (mata de Guatapará) aí é que entraram no meu carro: ela estava sem arma, e três sujeitos, todos armados. Eu levei da mata de Guatapará até a mata em Sertãozinho, eles ficaram ali. Eu perguntei: "Para que estas armas?" Ela disse: "É porque o pessoal fica aí no mato, é perigoso e tal." Por fim, ela me confessou: "O pessoal tá sendo treinado, esse novo rapaz veio para isso". Eu disse que não contassem mais comigo daí para frente. Passaram-se uns três dias, eles foram pegos e aí começaram as prisões.¹⁵⁴

¹⁵³ Conforme consta no regimento interno do campo de treinamento - artigo 3. Processo 198/69 vol. 02 fl. 399

¹⁵⁴ Guilherme Simões Gomes (entrevista N.º5)

Outro local utilizado pelo grupo era o "aparelho" de Nelson Agenor Tonetto na chácara Vista Alegre situada na avenida Patriarca - Vila Virgínia, próximo à estrada que liga Ribeirão Preto a Sertãozinho.¹⁵⁵ Este "aparelho" era o principal campo de treinamento de tiros, além de depósito de armas, bombas e munições. O local também era utilizado na elaboração e preparo de algumas operações de propaganda e publicidade entre outras, como, por exemplo, a ação de seqüestro de um usineiro da família Marchezzi.

III.3.2 Expropriação à pedreira

Antes de iniciar a discussão acerca deste episódio, é necessário fazer uma breve definição do verbo *expropriar* para compreender o sentido de sua aplicação em determinado período e por quem foi aplicado. Da Língua Portuguesa, *expropriar* nada mais é que desapossar (alguém) de sua propriedade segundo as formas legais e mediante justa indenização.

Verifica-se, a seguir, que a aplicação deste verbo pelos guerrilheiros revolucionários, apesar de parecer distorcida, será totalmente aceitável se for compreendida segundo a concepção daqueles o aplicavam, pois os mesmos não aceitavam a ordem legal institucional considerando um engano ideológico todas as convicções do inimigo repressor sobre a honra, o direito e a lei.

¹⁵⁵Processo 198/69 vol. 05 fl. 1412

Desta maneira justificavam a sua ação em favor da construção de uma sociedade que consideravam absolutamente boa. A ação violenta nas operações guerrilheiras não é nenhuma novidade pois sabe-se que a aplicação deste método é, em última instância, uma prática política utilizada ao longo da história da humanidade.

Segundo a máxima de Clausewitz¹⁵⁶, a própria guerra é uma continuidade da política. Os exemplos históricos mostram que do simples roubo ao atentado terrorista, estas são ações empreendidas pelos mais diversos agrupamentos ou indivíduos isolados que se utilizavam e utilizam-se da violência tentando alcançar uma situação almejada, seja ela uma situação coletiva ou individual.

Entretanto existem tipos de violências que, apesar de se igualarem em seus métodos, não podem ser confundidas em seus fins. A ação de algum grupo delinqüente pode em nada diferir da ação de um grupo armado revolucionário quando nos remetemos à equiparação do nível operativo de ambos. Saint-Pierre¹⁵⁷ cita o exemplo histórico do *Empecinado*,¹⁵⁸ que lutou contra as invasoras tropas napoleônicas. Analisando o modo de operar do *Empecinado*, percebemos que quase nada diferia dos métodos utilizados pelos grupos delinqüentes denominados *asaltantes del camino*. Estes últimos utilizavam-se da emboscada assaltando as caravanas que passavam pelas estradas próximas às montanhas nas quais se escondiam. Ambos serviam-se da tática de guerrilha cuja característica definicional básica é a irregularidade, tanto de seus combatentes como de suas

¹⁵⁶CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Brasília: UnB, 1979 "A guerra é a continuação da política por outros meios". A célebre frase de Clausewitz é citada por vários autores, entre eles o líder da revolução bolchevique Vladimir Lenin.

¹⁵⁷SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *Fundamentos Teóricos da Guerra Revolucionária*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Filosofia da Unicamp, 1996 p. 123

¹⁵⁸ *El Empecinado* foi o nome de guerra utilizado por Juan Marin Diez, liderança espanhola que atemorizou os franceses no caminho entre Madrid e Zaragoza. SAINT-PIERRE, op. cit. p. 123

ações. Neste caso, o único elemento diferenciador entre a ação do primeiro e a do segundo é o que Carl Schmitt, na sua *Teoria do Guerrilheiro*¹⁵⁹, definiu como o "intenso compromisso político", pois o primeiro justifica a sua ação violenta por motivos políticos, enquanto o segundo, o "vil ladrão", age exclusivamente em seu proveito particular, motivado apenas pelo lucro fácil sem ter outros motivos agregados.

Não é aleatoriamente que os grupos armados revolucionários que lutavam contra o regime autoritário brasileiro nos anos 60 e 70, serviam-se amplamente do termo "ação expropriatória" para definir as operações cujos objetivos eram angariar recursos materiais utilizados na manutenção do agrupamento e na implementação da luta armada revolucionária. Verificamos que a aplicação deste termo se encaixa na concepção daqueles que a usavam, no caso os guerrilheiros revolucionários, pois acreditavam que todo bem material é fruto de uma produção coletiva, sendo assim perfeitamente justificável sua ação que rejeitava a legalidade vigente, a ordem burguesa instituída, em busca do bem comum. Considerando o intenso compromisso político, tal como define Schmitt, como elemento diferenciador da ação violenta dos grupos armados revolucionários à ação violenta dos grupos marginais delinquentes, utilizamos o termo "expropriação" como consagrado pela esquerda armada brasileira, na definição e análise de uma de suas operações.

O distanciamento físico de alguns militantes da principal área de atuação, Ribeirão Preto, parece ter preocupado as FALN. Provavelmente querendo mostrar

¹⁵⁹ SCHMITT, Carl. *Teoria del partisano* - Acotación al concepto de lo político. Madrid: Instituto de Estudios Politicos, 1966 (Coleccion Ideologias Contemporaneas)

para si mesma que existia, a organização planejou uma equivocada operação de expropriação.

Em outubro de 1969, o grupo realizou a sua mais bem-sucedida ação do ponto de vista tático, porém não estratégico. Na passagem do dia 12 ao 13, oito integrantes das FALN, "Lucas", "Cláudio", "Antônio", "Mateus", "Tadeu", "Pedro", "Simão" e "Magrão"¹⁶⁰ se mobilizaram para uma expropriação na pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.¹⁶¹ Para este empreendimento, foram designados dois grupos de militantes, ambos sob o comando do dirigente "Pedro", os quais contavam com dois automóveis, fardamento do exército, cordas, facas, esparadrapos, boletas com prego¹⁶², ferramentas, revólveres e munição.

Com a placa suja de barro, o grupo 1 partiu no veículo DKW - *Vemag* de propriedade do pai do jovem motorista "Lucas", que tinha ao seu lado "Cláudio" e no banco traseiro dois companheiros, "Antônio" e "Tadeu". Também com a placa enlameada, o grupo 2 partiu num veículo Itamarati marron de propriedade do pai do condutor "Magrão", este acompanhado por "Simão", "Pedro" e "Mateus". O grupo deixou "Simão" na rodoviária, defronte ao posto Cury, sua missão seria colocar um envelope num lugar previamente determinado, contendo o comunicado da expropriação que, após um telefonema, deveria ser localizado e divulgado pela imprensa local, possivelmente pelo jornal *Diário de Notícias* e uma emissora de rádio AM.¹⁶³

¹⁶⁰Pseudônimos

¹⁶¹Fato semelhante já havia ocorrido no país, como registrou Gorender: "...no final de 1968, a Ala Vermelha praticou mais três assaltos a agências bancárias, o confisco de dinamite de uma pedreira..." op.cit. p. 153

¹⁶²Dispositivo que seria utilizado para furar os pneus das viaturas policiais caso houvesse perseguição.

¹⁶³Vanderley Caixe.

Deixando "Simão" no seu posto, os dois grupos dirigiram-se rumo à pedreira, sendo que o grupo 1 partiu para a execução, enquanto o grupo 2 ficou com a função de "choque e segurança" do primeiro. Devidamente fardados e disfarçados com maquiagem, algodão sobre as gengivas, penteados de maneira diferente da habitual, óculos, bigodes postiços e outros disfarces, "Cláudio" e "Tadeu" desceram do carro com um envelope que simulava um ofício do Exército Nacional. Quando foram recebidos pelo vigia Sebastião Batista, os dois guerrilheiros o surpreenderam imobilizando suas mãos e tapando a sua boca com esparadrapos. Vejamos o depoimento abaixo:

Eu me escondi no batente da porta. Então na hora que foi entregue a correspondência, que o vigia abriu a porta, eu juntei nele. Encostei o revólver no peito dele, só que eu não fiz nada, tratei ele muito bem, inclusive cobri ele, só preguei esparadrapo na boca dele, amarrei com as mãos pra trás, deitei ele na cama, cobri... o olho dele eu não tampei, não sei se foi erro meu... deve ter sido erro meu... mas na hora de me reconhecer perante o juiz, ele ficou cismado, não contou, ele falou que parecia comigo mas que não era eu não.¹⁶⁴

Com adesivos nas mãos e dedos para não deixarem impressões digitais, os militantes comunistas interromperam a comunicação telefônica e com o auxílio de um "pé de cabra", arrombaram a porta do depósito de dinamites. Quando "Antônio", que era funcionário da Prefeitura Municipal, entrasse para ajudar na remoção dos explosivos, os olhos do vigia deveriam ser vendados, o que acabou não ocorrendo.

Subtraído todo o material, os dois veículos deram a fuga sem alarme e sem perseguição. Em local ermo da cidade, provavelmente na zona norte antiga,

¹⁶⁴ Nelson Agenor Tonetto, o "Tadeu" do grupo (entrevista N.º 15)

transferiram-se para o grupo 2 os militantes "Antônio" e "Tadeu" juntamente com os materiais expropriados. Em seguida foram a um ponto onde "Antônio" deu o sinal positivo a "Simão" para que realizasse o telefonema combinado, finalizando assim a ação. O saldo desta operação foi a subtração de aproximadamente quinze (15) quilos de dinamites, cinquenta (50) espoletas, setecentos e cinquenta (750) metros de estopim e nenhum incidente. Mas certamente tal operação trazia em si o despertar da repressão e, conseqüentemente, o germe do desmantelamento.

Após a "queda", a polícia encontrou no "aparelho" de Nelson Agenor Tonetto todo material expropriado e os planos de ação anteriormente previstos para a execução na pedreira que foram elaborados pela "Inteligência" da organização.¹⁶⁵

Neste caso, particularmente, é nítida a percepção de que a utilização do material explosivo subtraído da pedreira não tinha outro fim senão sua aplicação nas futuras ações armadas do grupo revolucionário. Desta forma, tal ação não se caracteriza por um simples roubo e sim por uma expropriação revolucionária, como fora anteriormente definida, pois, segundo a concepção dos próprios guerrilheiros, o material expropriado seria utilizado contra o regime militar e em favor do povo brasileiro¹⁶⁶. Os motivos que levaram o grupo a agir neste caso se caracterizavam por serem claramente políticos e não apenas pela intenção do lucro fácil como seria num ato de banditismo que visasse apenas ao enriquecimento ilícito. É apenas a formulação explícita do objetivo e a justificativa da ação violenta, em um caso a derrocada violenta do regime autoritário e noutro a

¹⁶⁵Processo 198/69 vol. 02 fl. 405-410

¹⁶⁶ Como está registrado no próprio comunicado da organização que foi deixado na pedreira municipal. Este manifesto encontra-se no *corpus* documental do processo 198/69 STM vol. 01 fl. 285.

apropriação indébita, que limita os dois campos distintos e irreconciliáveis: o campo do político e o campo do delito, respectivamente.

III.3.3 O início do fim

"O sonho é necessário, o sonho faz parte da vida da gente, mas o sonho dentro de uma medida, dentro de uma possibilidade de êxito. Os meninos sonharam muito alto..." (Antônio Felix da Silva)

O desmantelamento das FALN deu-se como a rápida queda de peças enfileiradas de um jogo de dominó. Pode-se assim chamar de "efeito dominó" ou "efeito cascata" cujas águas correntes, quando avolumadas com as subseqüentes, ultrapassam sem grandes dificuldades as barreiras arquitetônicas impostas pela natureza. A reveladora entrevista concedida pelo único agente policial que colaborou com nossa pesquisa, pode não dar conta da descrição total da operação repressiva que desbaratou a organização FALN, com a prisão de seus integrantes e colaboradores, mas ilumina significativamente a gênese tática desta operação realizada pelos órgãos repressores.

A seguinte entrevista foi realizada com Antônio Felix da Silva, aposentado e primeiro tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo. No período estudado, mais precisamente na época das prisões, Felix ocupava o posto de sargento policial em Ribeirão Preto, como revela a própria entrevista:

Na época eu era sargento e sempre fui designado para missões difíceis, porque sempre fui meio arrojado, sempre gostei de sair à caça. Na época eu comandava um grupo policial que saía efetuando prisões, investigações, procuras. E naquele período, os meninos já agitavam o pedaço com muitas greves. Com o padre Celso Ibson de Sylos também, comandavam

greves na Matarazzo, nas portas de fábrica e tinham a ideologia deles e pregavam aquilo e alguns de forma até meio violenta. Entre muitas missões, eu fui encarregado de fazer algumas investigações quando eu consegui levantar uma pista de uma das células, porque eles trabalhavam em forma de células: cinco, seis aqui, não sabiam o que faziam cinco, seis ali e vai cinco, seis acolá etc. Era uma forma deles tentarem segurança entre si para não haver delação. Se um "rodasse" não conseguiria entregar o outro. E assim foi até que, por um golpe de sorte e informações também, eu acabei "batendo" numa banca de jornal que havia na rua Américo Brasiliense com a Tibiriçá. Ali era um dos pontos de contato de célula com célula. Alguém deixava uma mensagem naquela banca, dentro de uma revistinha do Pato Donald e uma outra pessoa passava por lá para apanhar a mensagem, só que eles não sabiam quem havia deixado e também não sabiam quem iria apanhá-la. Então quem chegasse na banca, perguntava se tinha a revista do Tio Patinhas, como o cidadão da banca era um dos contatos, ele dizia a senha: "Não tem Tio Patinhas, só tem Pato Donald". O receptor falava a contra senha, então ele passava a revista do Pato Donald com a tarefa dentro. Ali o camarada pegava a revista, ia embora cumprir aquela tarefa e assim era de pontos em pontos da cidade.

Era uma organização, já havia a existência de uma organização. Já havia uma teia armada. Eles trabalhavam em cima de informações e contra informações. A polícia já sabia da existência, mas não sabia como funcionava. Então ela começou a trabalhar através de seus órgãos de informação e informantes. O informante é um mal necessário. Hoje ele entrega você pra mim, amanhã ele pode me entregar pra outra pessoa, ele vive de fuxico. Infelizmente ele é necessário.

Então, devagar, quando eu consegui levantar este primeiro ponto de contato, já com o jornaleiro na mão, eu passei a trabalhar, pois embora ele não soubesse quem fazia parte da célula A ou da célula B, ele era um contato, ele era um elo de ligação entre uma célula e outra, ele era um nome de contato, ele tinha que conhecer alguém. E a partir daí eu comecei a seguir os passos dele, vai daqui, vai de lá, até que numa oportunidade, seguindo-o, eu descobri que ele morava no Ipiranga, na rua Rio Grande do Norte. Passamos a vigiar a sua casa. Até que numa noite entrou uma pessoa com as características que nós havíamos levantado, que seria o tal "capitão do mato"¹⁶⁷, o Mário Bugliani, que chegou na casa dele. Nessa altura eu dei voz de prisão neles, partindo para cima da casa. O jornaleiro foi

¹⁶⁷ Aqui o termo "capitão do mato", embora já aplicado em outro contexto histórico, designa a posição de liderança exercida por Mário Bugliani na base rural da organização FALN. O mesmo termo é notado em várias entrevistas de militantes que agiam freqüentemente com Bugliani, tal como José Ivo Vanucchi e Nelson A. Tonetto.

o primeiro capturado. O Mário fugiu, mas posteriormente fui capturado. Presos os dois, começou então o trabalho. Vai daqui, vai de lá e eles negando, negando, negando, negando... até que acabou derrubando algumas coisas e aí começou a degradingolar. Trabalhando ele, ele entregou a Maria e todos sabiam que esta Maria era um dos cérebros do negócio. Uma mulher inteligente, que dava aula de sobrevivência, de socorros de urgência. Essa Maria na verdade era a Áurea, pessoa com a qual eu fui criado junto. Na operação de prisão da Áurea, eu não tive condições psicológicas de participar, quando percebi que era a casa dela, pedi para parar e me afastei na intenção de não comprometer a missão. Fui substituído, fui ao quartel e lá me assombrei quando chegou a Maria presa, a Áurea. Tentei falar com ela, mas ela foi levada pelo pessoal da OBAN, Operação Bandeirantes, que já tinha sede no batalhão.

E aí começaram os interrogatórios. Eu sempre pedi a ela para que falasse, pois quase todo mundo já havia "rodado": o Vanderley Caixe que era o cérebro principal do negócio. Começou a "estourar cana". Entrou o Guilherme Simões Gomes em "cana", entrou Said Haalak, entrou o Raya, entrou Dr. Clarimundo, médico do Hospital das Clínicas. Na época começaram as alcagüetagens, o cidadão não gostava do outro e falava: "O fulano é comunista". A gente tinha que ir lá prender para saber se era mesmo. Por isso que teve muita "cana" injusta, muita gente apanhou, muita gente foi torturada e não devia. Havia a ideologia, o sicrano tinha uma ideologia, pregava aquela ideologia, mas não participava de guerrilha, de assalto. Como era o caso dos meninos que assaltaram a pedreira, tinham roubado dinamites, planos de dinamitar aqui, explodir ali, de fazer acontecer.

A partir das prisões, eu fui tomando parte de várias diligências posteriormente e o desenrolar da história das prisões foi por aí. Começaram a crescer as prisões, pois começa-se a "trabalhar", a trabalhar...

A primeira prisão foi depois do assalto da pedreira, pois eles já tinham feito "arte" já. Já tinham assaltado, roubado, explodido bombas nos cinemas, faziam greves, comícios relâmpagos, distribuíam *O Berro*, que era o jornalzinho, eles já vinham detonando por aí. A polícia já estava em cima deles. Já sabia das coisas. Tinha o plano já com o capitão do mato... De todos eles, o mais violento na realidade, o mais radical, ignorante também, era o Mário. Ele queria era detonar, o negócio dele era a violência mesmo.

Já tinham preparação na mata para raptar o usineiro pois eles precisavam de dinheiro, sem dinheiro não dava para fazer as coisas. Eles tinham a colaboração de alguém que dava papel para imprimir o jornal e outras coisas e a polícia ia vivendo de informações. Prendia um, trabalhava, a OBAN pendurava

mesmo, ia pro pau porque não entregavam nada, eles tinham um código de honra deles, mas diante da tortura... A Áurea foi o ser humano que mais agüentou porrete. Ela ia pro pau-de-arara, levava choque na vagina, choque no seio, molhavam o pé dela para dar carga mais forte de choque. Ela dizia: "Eu não sei, eu não sei". Ela saía do pau-de-arara rindo, isso envenenava os "caras".

O Guilherme, por exemplo, não tinha nada de comunista, ele tinha um envolvimento de amizade com o pessoal. Eu conversava com o Raya. Embora eu era polícia, eu tinha consciência que eles não eram aquela fera que tinham prendido. Isso me acarretou, na época, uma série de problemas porque o pessoal do comando queria saber o que eu tinha com eles, que envolvimento que eu tinha com eles. Que envolvimento? Eu não tinha envolvimento nenhum, eu tinha era amizade com eles. Eu tive um atrito feio com um delegado de polícia, o Miguel Lamano, por causa destes métodos violentos. Ele exercia a função de delegado com muita violência, porque ser violento é uma coisa, ser rígido é outra. Para ele não existia a polícia científica, para ele só existia a polícia empírica, então eu já tinha alguns atritos com ele do tempo de rua que ele era delegado. Na época ele extravasava a ira dele em cima de preso, pendurava no pau-de-arara, batia, chutava, ele era bem violento mesmo. O delegado Renato Ribeiro Soares era o chefe da polícia, ele praticamente não tomava a ação de fazer, mas ficava quieto, porque naquela situação era aquilo, se você não está comigo você está contra mim. Foi o meu caso, eu fui defender a Áurea, vieram me perguntar: "Por que eu estava defendendo a Áurea?"; "Por que eu estava dando jornal para o Guilherme deitar?" Era o radicalismo, se você não está comigo, você está contra mim, todo mundo desconfiava de todo mundo. Era aquele momento político. Eu estava sempre com a tropa de choque em cima desse povo dissolvendo greves onde participavam o padre Ibson de Sylos, o Leopoldo Paulino e tantos outros. Os objetivos deles eram uma revolta armada, que não tinha cabimento. Era um ideal louco. Não tinham estrutura para isso, combater um exército com pica-pau, com espingarda de carregar pela boca, com 36, 28, com espingardinha, eles não tinham condição, sonharam muito alto. Sonharam o que estava na cabeça. O sonho é necessário, o sonho faz parte da vida da gente, mas o sonho dentro de uma medida, dentro de uma possibilidade de êxito. Os meninos sonharam muito alto... Eu conheci o Vanderley Caixe mocinho, a Áurea mocinha... o pessoal ficava sempre na esquina do Café Única.¹⁶⁸

¹⁶⁸ Antônio Felix da Silva (entrevista N.º 1)

Embora empreendessem no campo alguns trabalhos de conscientização, arregimentação e propaganda junto aos trabalhadores rurais do setor sucro-alcooleiro e pretendessem deflagrar a guerrilha rural, as FALN, assim como a grande maioria das organizações revolucionárias da época no Brasil, realizaram suas ações armadas, fundamentalmente, no meio urbano e suburbano, o que, em certa medida, despertou a atenção dos órgãos repressores e facilitou o seu trabalho.

Como percebemos na entrevista acima, a repressão não demorou. Alguns dias após a ação expropriatória, a organização realizaria aquela que seria a sua grande operação se não houvesse o inesperado. As FALN, através dos integrantes Mário Bugliani e os jovens Djalma Quirino de Carvalho e Cesar Marcelino da Silva, transportados por Guilherme Simões Gomes, preparavam-se para mais uma investida contra o regime autoritário.¹⁶⁹ Chegando próximo a um acampamento previamente preparado, os dois guerrilheiros, sob o comando de Bugliani, já haviam sido orientados por Nelson Agenor Tonetto no aparelho Vista Alegre. Os três revolucionários desembarcaram no trecho de asfalto que liga a cidade de Sertãozinho a Pintangueiras e, em seguida, embrenharam-se na vegetação nativa. O local, em meio à mata, tinha um buraco que serviria como cativeiro onde uma pessoa deveria permanecer por algum tempo em poder dos guerrilheiros.

O plano de seqüestro, idealizado por Bugliani, há dias estava sendo preparado, como observamos no "diário da guerrilha" de Djalma Quirino de Carvalho, posteriormente apreendido pela polícia: "Hoje (08/10/69) deve acontecer muita coisa na cidade, aniversário da morte do ché. Até mais tarde.

¹⁶⁹Processo 198/69 vol. 01 fl. 327

Agora são 2 e 30 horas, estamos fazendo um buraco para enterrar um burguês capitalista que vamos raptar".¹⁷⁰

No intuito de arrecadar dinheiro para o movimento armado e de despertar a opinião pública para a causa revolucionária, a operação visava ao seqüestro de uma abastada pessoa da sociedade ribeirão-pretana, identificada como o genro do usineiro Marchezzi.¹⁷¹ Entretanto, Caixe nega em entrevista que o alvo da ação seria o genro Aldo Pedresqui, como noticiou a imprensa¹⁷², argumentando que “eles falaram que era o moço, mas não era não. A idéia de Mário (Bugliani) era seqüestrar o velho, o João Marchezzi, pois já tinha trabalhado com ele e sabia a rotina dele.”¹⁷³

Portando armas de fogo, fardas do exército, redes de dormir e um hábito de freira, os acampados aguardavam a passagem do carro do Marchezzi. Um dos guerrilheiros vestiria o hábito enquanto os outros, fardados, abordariam o veículo, solicitando "carona" para a falsa freira¹⁷⁴. Com o automóvel parado e armas em punho, o escolhido seria presa fácil. Mas isso nunca aconteceria.

Segundo Tonetto¹⁷⁵, que teve participação apenas no início da operação nos treinamentos de tiro em seu “aparelho”, Bugliani foi à cidade talvez buscar suprimentos para a campanha. Os outros dois membros que permaneceram no acampamento armaram as redes de dormir nas margens da mata, portanto fora do local determinado e perfeitamente visível a quem passasse pela estrada marginal.

¹⁷⁰Processo 198/69 vol. 02 fl.440

¹⁷¹Processo 198/69 vol. 01 fl. 06

¹⁷²*Folha de São Paulo*, 25 mai. 1997, caderno *Folha Ribeirão* p.6

¹⁷³ Vanderley Caixe (entrevista N.º 19)

¹⁷⁴ Em entrevista, Áurea Moretti Pires alega que ela própria confeccionou o hábito de freira, apesar de não saber muito bem a arte do corte e costura. Este fato, entre outros, remete à reflexão a respeito da insistência do regime em acusar madre Maurina de envolvimento efetivo com as FALN.

¹⁷⁵ Nelson Agenor Tonetto (entrevista N.º 15)

A mata era de propriedade particular, sendo vigiada freqüentemente por seguranças com bicicleta. No amanhecer do dia 18 de outubro de 1969, os dois militantes que dormiam nas redes, fardados e armados, foram vistos pelo segurança da fazenda que, estranhando, imediatamente alertou a polícia local. Chegando à região indicada, a polícia surpreendeu os dois jovens nas redes, aprisionando-os. Não houve tempo para fuga ou resistência. Presos os militantes, acirraram-se as torturas, desencadeando as prisões generalizadas e o conseqüente desbaratamento das FALN. Esta versão não é contestada por Caixe, mas, segundo ele, ainda há um grande mistério em torno dos fatos que levaram a organização ao seu total desmantelamento. Algumas peças não encontradas deste imenso quebra-cabeça podem-se perder para sempre no tempo.

Nos interrogatórios, os oficiais de justiça, auxiliados pelas anotações apreendidas, iam colhendo vários nomes que, quando interrogados, levavam a outros e assim por diante. É o anteriormente citado efeito dominó ou cascata. Certamente, foi através da constante ameaça e do terror que os policiais conseguiram sufocar as atividades que julgavam subversivas.

Como aqueles que esperam pela calmaria que virá após a tempestade, os protagonistas dessa história forçosamente procuraram algum meio de adequar-se à ordem vigente uma vez acabado o confronto com o regime autoritário. Ao dedicarem-se à carreira profissional, era preciso encontrar formas de ajuste com o passado. Áurea Moretti Pires, por exemplo, na condição de enfermeira, atualmente faz um sério trabalho com plantas medicinais para a população carente e apóia fervorosamente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na região de Ribeirão Preto. José Ivo Vannuchi dedica-se profissionalmente à carreira político-

partidária visando a um mandato popular e democrático. Vanderley Caixe, advogado, auxilia juridicamente ativistas de movimentos sociais e em depoimento ele mesmo justifica: “Essa foi uma das formas que nós encontramos de continuar na luta”.

Considerações Finais

"Fomos fracos, fomos fortes. Mas ninguém poderá dizer que não estivemos presentes" (Vanderley Caixe)

A atmosfera heróica e contestatória dos anos 60 e 70 impulsionou consideravelmente toda uma geração para a negligência catastrófica do inconseqüente imediatismo armado contra um regime autoritário de forte base militar.

O voluntarismo, próprio, porém não exclusivo, da juventude, agudizou a situação complexa, delicada e perigosa da luta armada revolucionária contra o autoritarismo no Brasil e em outras partes do mundo, eliminando fisicamente elevadíssimo número de lutadores sociais.

A análise do período e da existência da organização FALN foi o laboratório utilizado para este vasto campo de estudo que não se exaure com a História desta ou daquela organização armada revolucionária em particular. Os exemplos históricos mostram que não se deve "fechar os olhos" à possibilidade armada ou desdenhá-la perante um processo revolucionário. Entretanto, procurar evitar ou mesmo minimizar os efeitos dos conflitos beligerantes é o caminho menos doloroso do ponto vista humano, principalmente para aqueles que atuam na fragilidade do campo popular.

Confere Saint-Pierre¹⁷⁶ que a via revolucionária várias vezes passa pela ruptura institucional e não se preparar estratégica, tática e politicamente para esta opção pode determinar um suicídio coletivo.

¹⁷⁶ SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A Política Armada* - Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 228

Tolhidos no auge de sua participação política, os jovens que formaram e engajaram-se nas fileiras das FALN, sofrendo o ocasional conflito de geração e a influência entusiástica dos exemplos e discursos cubanos entre outros mais, não visualizaram outra alternativa de luta além do voluntarismo e do imediatismo armado. Segundo os ensinamentos de Mao Tsé-Tung¹⁷⁷, a guerrilha é um peixe e a população o oceano, caso este último não possua condições favoráveis, o peixe fatalmente não sobreviverá. Pelo seu vanguardismo e situação de clandestinidade, as FALN isolaram-se da grande população que, intimidada pela intensificação do terror governamental, dificilmente entendia o motivo daquela luta.

A organização FALN, pelas suas características intrínsecas, foi mais um produto daquele espírito ávido por mudanças sociais que assistiu perplexo ao golpe de Estado de 1964 sem nenhuma reação prática. Por sua vez, a reação armada imediata tardia pagaria um alto preço no seu curto período de efetiva atuação contabilizando pouquíssimos êxitos.

Naquela época, a morte e o exílio foram uma constante, e a própria tortura, uma prática de Estado.

¹⁷⁷ TSÉ-TUNG, Mao. *Obras Escolhidas* (4 vol.) Edições em língua estrangeira, Pequim, 1975; São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979

Fontes utilizadas

Fontes Orais: Entrevistas realizadas pelo próprio pesquisador.

Entrevistados e entrevistas

Aproveitando também as gravações anteriores à pesquisa do Mestrado, seguem em ordem alfabética os 20 nomes de pessoas entrevistadas, constando a posição que ocupavam no período e data da realização da entrevista. Os entrevistados são pessoas que pertenceram ou tiveram alguma aproximação com as atividades das FALN e o período estudado. O número de horas e sessões de entrevistas não foi uniforme a todos os depoentes, variando de acordo com a disponibilidade de cada um e a necessidade da pesquisa. Eis a relação dos entrevistados:

- 1) Antônio Felix da Silva - ex-policial (02/07/1999)
- 2) Antônio Giroto - ex-militante do PCB (30/08/1998)
- 3) Áurea Moretti - ex-militante da FALN (31/01/1998)
- 4) Divo Marino - militante de esquerda opositor ao golpismo.
(20/04/1998)
- 5) Guilherme Simões Gomes - envolvido nas atividades das FALN.
(01/03/1999)
- 6) José Ivo Vannuchi - ex-militante das FALN (13/08/1999)
- 7) José Marietto - ex-militante do PCB e da ALN (05/12/1998 - Ribeirão Preto, com a participação da entrevistada Nancy Marietto)
- 8) João Ripoli - na época e atualmente é padre (14/08/1999)
- 9) João Batista Berardo - ex-militante trabalhista (04/08/1999)

- 10) Luiz Gonzaga da Silva - ex-militante das FALN (07/08/1999)
- 11) Luiz Carlos Henrique Fernandes - ex-militante das FALN (17/08/1999, com a participação de Mauro Correa Neves)
- 12) Mauro Correa Neves - ex-militante das FALN (17/08/1999, com a participação do entrevistado Luiz Carlos Henrique Fernandes)
- 13) Mário Lorenzato - ex-militante das FALN (22/07/1998)
- 14) Nanci Marietto - ex-pecebista (05/12/1998 - Ribeirão Preto, com a participação de José Marietto)
- 15) Nelson Agenor Tonetto - ex-militante das FALN (22/07/1998)
- 16) Patrocínio Henrique dos Santos - ex-militante do PCB, da DISSIDÊNCIA e, posteriormente, da ALN (02/09/1999)
- 17) Paulo Otávio de Azevedo Júnior - ex-militante das FALN (03/06/1999)
- 18) Sebastião Botosso - ex-líder sindical (25/04/1998)
- 19) Vanderley Caixe - ex-líder das FALN (07/10/1997)
- 20) Vicente Alessi Filho - ex-militante das FALN (21/08/1999)

Inclui-se no acervo oral entrevista gravada com Nancy Marietto, realizada por Denise Rollemberg e Daniel Aarão Reis Filho em Roca Priora, Itália, em 20 de janeiro de 1996.

Entrevista auxiliar: Entrevista realizada em 19.05.1998 por Marcelo Botosso em parceria de Márcia Pereira da Silva com João Roberto Martins Filho, professor titular da Universidade Federal de São Carlos (UfsCar)

Fontes escritas: Fontes colidas pelo próprio pesquisador. A maioria dos recortes de jornais, revistas e documentos (fotocópias) foram oriundos de arquivos

particulares, sendo gentilmente viabilizados e cedidos por entrevistados e outros colaboradores.

- *A Palavra de Ribeirão Preto* de 1961 a 1964 - coleção particular de Divo Marino.
- *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 13.11.1969.
- *Folha de São Paulo*, 14.11.1969.
- *Folha de São Paulo*, 25.05.1997.
- *Folha de São Paulo*, 07.07.1998.
- *Folha de São Paulo*, 07.07.1998.
- *O Estado de São Paulo*, 02.04.1964.
- *O Estado de São Paulo*, 03.04.1964.
- *O Estado de São Paulo*, 12.04.1964.
- *O Estado de São Paulo*, 14.11.1969.
- *Tribuna Ribeirão*. Ribeirão Preto, 10.05.1997
- Atas das Sessões Secretas realizada pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto em 1964.
- Processo 198/69 Superior Tribunal Militar (STM)
- Processo 49/70 Superior Tribunal Militar (STM)
- Projeto *Brasil: Nunca Mais* (Arquivo Edgar Leuenroth -IFCH - Unicamp)
- Revista ISTOÉ, 09.02.2000

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. & WEIS, Luiz. "Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar" in *História da vida privada no Brasil* Volume 04, Cia. Das Letras, 1998.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Perfil dos atingidos*. Tomo III, Petrópolis: Vozes, 1988
- _____. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983
- BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina*. São Paulo: Populares, 1981
- BORDA, Orlando Fals. *As revoluções inacabadas na América Latina (1809-1968)* São Paulo: Global, 1979
- BORGES, Mauro. *O golpe em goiás*. História de uma grande traição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965
- BOTOSSO, Marcelo & SILVA, Márcia Pereira da. "FALN: a esquerda em armas." In *Ensaio de História* volume 02, número 02, p.81-92, Franca, 1997
- BOTOSSO, Marcelo et al. Entrevista Prof. Dr. Victor Scotti da Università di Trieste e pesquisador do Instituto do Risorgimento italiano de Milão-Itália, in *Estudos de História*, v.5, n.1,p.9-18, Franca, 1998.
- BOTOSSO, Marcelo. *FALN: A Resistência Armada em Ribeirão Preto* Monografia apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp, 1998.
- _____. "Igreja versus repressão: o caso Maurina Borges" in *Ensaio de História*, Franca - SP, v.3, n.01, 1998.
- _____. "A guerrilha de Caparaó: a sierra maestra tupiniquim". In *Ensaio de História*, Franca - SP, v. 4, n. 02, 1998.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1981.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

- CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 7. ed. São Paulo: Moderna, 1994
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Brasília: UnB, 1979
- CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980
- Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado - IEVE, Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE. *Dossiê dos mortos e desaparecidos*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1996
- CORREA, Carlos Humberto P. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis: UfSC, 1978
- CRUZ, Denise R. *A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961 - 1979)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1992 (dissertação de mestrado)
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese* 13. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*. São Paulo: Relume Dumará, 1994
- DEBRAY, Régis. *A guerrilha do "Che"*. São Paulo: Populares, 1980
- _____. *Revolução na revolução?* São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.). *Entrevistas: abordagens e usos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994
- _____. (coord.). *História oral e multidisciplinariedade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994
- _____. (org.). *Usos & abusos da História oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996
- FREITAS, Alípio. *Resistir é preciso*. Rio de Janeiro: Record, 1991
- FREIRE, Alípio. (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1997
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987

____ *Combate nas trevas* 5. ed. revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998

GUEVARA, Ernesto "Che". *A guerra de guerrilhas*. São Paulo: Populares, 1987

____ *Reflexões sobre a História cubana*. 10. ed. São Paulo: Populares, 1987

HOBBSBAWN, E. J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella, O inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997

JOSÉ, Emiliano. e MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. 8. ed. São Paulo: Global, 1989

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977

LEONE, Matilde. *Sombras da repressão: o outono de Maurina Borges*. Petrópolis: Vozes, 1998

MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 2. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974

____ *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramentos, 1979

____ *Por que resisti à prisão*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

MARINO, Divo. *Orquídeas para Lincoln Gordon, depoimentos sobre o golpe de 64*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998

MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1989

MOURA, Clóvis. (apresentação). *Diário da guerrilha do Araguaia*. 30^a ed. São Paulo: Alfa - Ômega, 1985

PAULINO, Carlos Leopoldo Teixeira. *Tempos de resistência* Ribeirão Preto: Editora Oswaldo Cruz Empreendimentos Ltda., 1998

PCB, Documentos do. Lisboa: Avante, 1976

POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. Brasil Debates, 1980

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador sobre registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981

- REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa - Ômega, 1980
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990
- REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (org.). *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1995
- RIDENTI, Marcelo. *A vanguarda e as massas na revolução que não ocorreu*. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice - ANPOCS, 1987
- _____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993
- ROCHA, João Leonardo da Silva. *A esquerda armada no Brasil*. Lisboa: Moraes, 1976
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *Fundamentos teóricos da guerra revolucionária*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Filosofia da Unicamp, 1996
- _____. *A Política Armada - Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981 (Coleção A Questão Social no Brasil n.º 8)
- _____. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995
- SENTOSÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- SILVA, Antônio Ozai da. *História das tendências no Brasil* (origens, cisões e propostas). 2. ed. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial. s/d.
- SILVA, Wilson da Silva. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda, 1987.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980
- SOUZA, Percival de. *Eu, cabo Anselmo - depoimento a Percival de Souza*. São Paulo: Globo, 1999
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 1999
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- TSE-TUNG, Mao. *Obras escolhidas* (4 vol.) Edições em línguas estrangeira, Pequim 1975; São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988

WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista*. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1992

ZAIS, Mitchell, BOND, Peter "Sobre o Conflito de Baixa Intensidade." Eua: Military Review, 1 Trim. 1987.